

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A FALTA DE QUALIDADE NA ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM JOVENS E ADULTOS

ANALFABETISMO FUNCIONAL EM ALTO
GARÇAS - MATO GROSSO - BRASIL





EDITORA ENTERPRISING

Direção Nadiane Coutinho

Gestão de Editoração Antonio Rangel Neto

Gestão de Sistemas João Rangel Costa

Conselho Editorial

- Alandey Severo Leite Da Silva, Dr. – Ufca – Br
- Antonio Augusto Teixeira Da Costa, Phd – Ulht – Pt
- Eraldo Pereira Madeiro, Dr – Unitins – Br
- Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. UFSM;
- Luama Socio, Dra. - Unitins - Br
- Ismael Fenner, Dr. - Fics – Py
- Francisco Horácio da Silva Frota, Dr. UECE;
- Tânia Regina Martins Machado, Dra. - Unitins – Br;
- Agnaldo de Sousa Barbosa, Dr. UNESP.

Copyright © 2025 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2025 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Diagramação

O autor

Design da capa

Nadiane Coutinho

Revisão de texto

O autor



EDITORA ENTERPRISING

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. : +55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

C975p

CUNHA, Kelly Cristina Bicudo De Souza Da

A percepção dos professores sobre a falta de qualidade na alfabetização nos anos iniciais e suas consequências em jovens e adultos: analfabetismo funcional em Alto Garças / Kelly Cristina Bicudo De Souza Da Cunha. — Brasília: Editora Interprising, 2025.

Dissertação (Mestrado em Educação) — Logos University International, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Jhonata Jankowistisch

ISBN: 978-65-845-4698-1

DOI: 10.29327/5574458

1. Ensino fundamental – alfabetização. 2. Analfabetismo funcional. 3. Anos iniciais do ensino fundamental. 4. Educação de jovens e adultos. 5. Práticas pedagógicas. I. Jankowitsch, Jhonata (orient.). II. Logos University International. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 371.26:37(043.2)

Cutter: C975p

CDD: 370

Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.

Equipe Editora Enterprising.

Resumo

Introdução: O presente estudo aborda o analfabetismo funcional no município de Alto Garças, Mato Grosso, um problema que reflete desigualdades estruturais e socioeconômicas, impactando negativamente o desenvolvimento individual e coletivo. A pesquisa teve como objetivo geral compreender as causas e implicações desse fenômeno, identificando estratégias para sua mitigação. Entre os objetivos específicos, destacam-se o mapeamento das condições socioeconômicas e estruturais que contribuem para o analfabetismo funcional, a investigação de seus impactos na vida cotidiana e no mercado de trabalho, e a avaliação de seus reflexos no desenvolvimento social e econômico local. **Objetivo:** O estudo teve como objetivo geral compreender as causas e implicações do analfabetismo funcional no município de Alto Garças, buscando identificar estratégias para sua mitigação com base em dados locais. Entre os objetivos específicos, destacou-se o mapeamento das condições socioeconômicas e estruturais que contribuem para a perpetuação do analfabetismo funcional na região. Além disso, a pesquisa visou investigar os impactos desse fenômeno na vida cotidiana dos indivíduos e no mercado de trabalho, identificando como a limitação das habilidades de leitura e escrita afeta a inclusão social e econômica. Por fim, buscou-se avaliar os reflexos do analfabetismo funcional no desenvolvimento social e econômico do município, de modo a fornecer subsídios para ações que promovam melhorias na qualidade da educação e na inclusão cidadã. **Método:** A metodologia utilizada combinou dois procedimentos complementares: uma revisão sistemática de literatura, conduzida com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), e um estudo de caso realizado com 129 profissionais da educação de Alto Garças. O estudo de caso incluiu questionários estruturados, cuja análise categorial permitiu identificar fatores-chave relacionados ao analfabetismo funcional e propor intervenções contextualizadas. **Resultados:** Os resultados indicaram que a infraestrutura educacional inadequada, a falta de professores qualificados e a utilização de metodologias de ensino pouco eficazes figuram entre as principais causas do analfabetismo funcional. Observou-se, ainda, que esse fenômeno perpetua desigualdades sociais, limita o acesso ao mercado de trabalho e restringe a participação cidadã, além de afetar diretamente o desempenho escolar das gerações futuras. Por outro lado, esforços como o Plano Municipal de Educação demonstram avanços pontuais, embora insuficientes, na mitigação desse problema.

Conclusões: Concluiu-se que a superação do analfabetismo funcional requer ações integradas que envolvam investimentos em infraestrutura, formação continuada de professores e adoção de políticas públicas que priorizem a alfabetização nos anos iniciais. Além disso, a pesquisa reafirma a alfabetização como um direito essencial à cidadania, indispensável para o desenvolvimento humano e social. Ao propor estratégias baseadas em evidências locais, o estudo contribui para o debate sobre a qualidade da educação básica e o fortalecimento das ações voltadas para a inclusão educacional e social no contexto regional.

Palavras-chave: Alfabetização. Analfabetismo Funcional. Educação Inicial. Metodologia de Ensino. Políticas Educacionais.

Abstract

Introduction: This study looks at functional illiteracy in the municipality of Alto Garças, Mato Grosso, a problem that reflects structural and socio-economic inequalities, negatively impacting individual and collective development. The general aim of the research was to understand the causes and implications of this phenomenon, identifying strategies to mitigate it. Specific objectives included mapping the socio-economic and structural conditions that contribute to functional illiteracy, investigating its impact on daily life and the job market, and assessing its impact on local social and economic development. **Objective:** The general objective of the study was to understand the causes and implications of functional illiteracy in the municipality of Alto Garças, seeking to identify strategies for its mitigation based on local data. The specific objectives included mapping the socio-economic and structural conditions that contribute to the perpetuation of functional illiteracy in the region. In addition, the research aimed to investigate the impacts of this phenomenon on the daily lives of individuals and on the labor market, identifying how the limitation of reading and writing skills affects social and economic inclusion. Finally, we sought to assess the effects of functional illiteracy on the social and economic development of the municipality, in order to provide subsidies for actions that promote improvements in the quality of education and citizen inclusion. **Method:** The methodology used combined two complementary procedures: a systematic literature review, based on Bardin's (2016) content analysis, and a case study carried out with 129 education professionals from Alto Garças. The case study included structured questionnaires, whose categorical analysis made it possible to identify key factors related to functional illiteracy and propose contextualized interventions. **Results:** The results indicated that inadequate educational infrastructure, a lack of qualified teachers and the use of ineffective teaching methodologies are among the main causes of functional illiteracy. It was also observed that this phenomenon perpetuates social inequalities, limits access to the job market and restricts citizen participation, as well as directly affecting the school performance of future generations. On the other hand, efforts such as the Municipal Education Plan show occasional, albeit insufficient, progress in mitigating this problem. **Conclusions:** It was concluded that overcoming functional illiteracy requires integrated actions involving investments in infrastructure, continued teacher training and the adoption of public policies that prioritize literacy in the early years. In addition, the research reaffirms literacy as an essential right to citizenship, indispensable for human and social development. By proposing strategies based on local evidence, the study contributes to the debate on the quality of basic education and the strengthening of actions aimed at educational and social inclusion in the regional context.

Keywords: Literacy. Functional Illiteracy. Initial Education. Teaching Methodology. Educational Policies.

Resumen

Introducción: Este estudio analiza el analfabetismo funcional en el municipio de Alto Garças, Mato Grosso, un problema que refleja desigualdades estructurales y socioeconómicas, impactando negativamente en el desarrollo individual y colectivo. El objetivo general de la investigación fue comprender las causas e implicaciones de este fenómeno, identificando estrategias para mitigarlo. Los objetivos específicos incluían mapear las condiciones socioeconómicas y estructurales que contribuyen al analfabetismo funcional, investigar su impacto en la vida cotidiana y en el mercado laboral, y evaluar su impacto en el desarrollo social y económico local. **Objetivo:** El objetivo general del estudio fue comprender las causas e implicaciones del analfabetismo funcional en el municipio de Alto Garças, buscando identificar estrategias para su mitigación a partir de datos locales. Los objetivos específicos incluyeron el mapeo de las condiciones socioeconómicas y estructurales que contribuyen a la perpetuación del analfabetismo funcional en la región. Además, la investigación pretendía investigar los impactos de este fenómeno en la vida cotidiana de los individuos y en el mercado laboral, identificando cómo la limitación de las habilidades de lectura y escritura afecta a la inclusión social y económica. Por último, se buscó evaluar el impacto del analfabetismo funcional en el desarrollo social y económico del municipio, con el fin de proporcionar subsidios para acciones que promuevan mejoras en la calidad de la educación y la inclusión ciudadana. **Método:** La metodología utilizada combinó dos procedimientos complementarios: una revisión sistemática de la literatura, basada en el análisis de contenido de Bardin (2016), y un estudio de caso realizado con 129 profesionales de la educación de Alto Garças. El estudio de caso incluyó cuestionarios estructurados, cuyo análisis categorial permitió identificar factores clave relacionados con el analfabetismo funcional y proponer intervenciones contextualizadas. **Resultados:** Los resultados indicaron que una infraestructura educativa inadecuada, la falta de profesores cualificados y el uso de metodologías de enseñanza ineficaces se encuentran entre las principales causas del analfabetismo funcional. También se observó que este fenómeno perpetúa las desigualdades sociales, limita el acceso al mercado laboral y restringe la participación ciudadana, además de afectar directamente al rendimiento escolar de las generaciones futuras. Por otro lado, esfuerzos como el Plan Municipal de Educación han mostrado avances puntuales, aunque insuficientes, para mitigar este problema. **Conclusiones:** Se concluye que la superación del analfabetismo funcional requiere de acciones integradas que involucren inversiones en infraestructura, capacitación docente continua y la adopción de políticas públicas que prioricen la alfabetización en los primeros años. Además, la investigación reafirma la alfabetización como un derecho esencial de la ciudadanía, indispensable para el desarrollo humano y social. Al proponer estrategias basadas en evidencias locales, el estudio contribuye al debate sobre la calidad de la educación básica y al fortalecimiento de las acciones dirigidas a la inclusión educativa y social en el contexto regional.

Palabras clave: Alfabetización. Analfabetismo Funcional. Educación Inicial. Metodología de Enseñanza. Políticas Educativas.

Lista de Figuras

<u>Figura 1-Infográfico dos níveis da escala de proficiência</u>	51
<u>Figura 2-Evolução dos níveis de proficiência</u>	52

Lista De Quadros

<u>Quadro 1- Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região – 2012-2017.....</u>	37
<u>Quadro 2- Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região 2012-2016.....</u>	38
<u>Quadro 3- Metas e objetivos do PNE 2001-2010 e estratégias do PNE 2014-2024 para a erradicação do analfabetismo absoluto.....</u>	Destino não encontrado!
<u>Quadro 4- Metas dos planos estaduais e distrital de educação para a erradicação do analfabetismo na população de pessoas de 15 anos de idade ou mais ..</u>	Destino não encontrado!

Lista De Gráficos

<u>Gráfico 1- Número absoluto de pessoas não alfabetizadas de 15 anos ou mais – Brasil – 2012-2021</u>	Destino não encontrado!
Gráfico 2 - Experiências com Analfabetismo Funcional.....	82
Gráfico 3- Sistema Educacional e Causas do Analfabetismo Funcional.....	85
Gráfico 4 - Analfabetismo Funcional e Mercado de Trabalho.....	91
Gráfico 5 - Analfabetismo Funcional e Mercado de Trabalho.....	98

Sumário

1.1 Justificativa.....	Destino não encontrado!
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Problema De Pesquisa	15
1.3.1 Problema de Pesquisa	15
1.3.2 Pergunta de Pesquisa	15
1.4 Estrutura Da Dissertação	15
Capítulo I.....	17
1.1 Alfabetização e Letramento: Duas Faces da Mesma Moeda.....	17
1.2 Metodologias de Alfabetização No Brasil.....	19
1.3 ANALFABESTIMO FUNCIONAL: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO	27
Capítulo II.....	31
2.....	Educação no Brasil: Desafios, Políticas e Perspectivas 31
2.1 Qualidade na Educação do Brasil: Aspectos A Serem Alcançados.	31
2.2 Plano Nacional de Educação de 2014-2024	34
2.2.1 Comparação os Relatórios do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE de 2022 e do 5º Ciclo de 2024.	39
2.3 Desafios e Perspectivas para a Erradicação do Analfabetismo Absoluto no Brasil Até 2024.	42
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA PESQUISA	45
3.....	Metodologia da Pesquisa 45
3.1 Delineamento da Pesquisa	45
3.1.1 Caracterização da pesquisa.....	45
3.1.2 Contexto da pesquisa.....	45
3.1.3 Operacionalização do Quadro de Análise	46
3.1.4 Técnicas de Coleta de Dados.....	46
3.1.5 Técnicas de Tratamento e Análise dos Dados	47
3.1.6 Limitações da Pesquisa.....	47
3.1.7 Segundo Procedimento de Análise.....	47
CAPÍTULO IV	49

4.....	Apresentação e Análise Dos Dados	49
4.1. Primeiro Procedimento de Análise		49
4.1.1 Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) e o Analfabetismo Funcional.....		49
4.1.2 Consequências do Analfabetismo Funcional em Alto Garças.....		53
4.1.3 Principais Causas Do Analfabetismo Funcional em Alto Garças.		55
4.1.4 Alfabetização: Um Direito Essencial ao Exercício da Cidadania.		58
4.1.5 Reflexos do Analfabetismo Funcional no Mato Grosso e por consequência em Alto Garças.		60
4.2 Segundo procedimento de Análise – Estudo de Caso.		62
4.2.1 Perfil Sociodemográfico da pesquisa.		62
4.2.1 Análise Descritiva dos Dados da Pesquisa.....		63
4.2.2 Análise de Conteúdo da Pesquisa.....		102
Considerações Finais		117
Referências		120

1. Introdução

A implementação de políticas públicas que se apoiam em bases científicas para comprovar sua eficácia exige a conjugação de três elementos fundamentais: uma formação científica robusta, a habilidade de mesclar práticas científicas com educacionais e o reconhecimento de que a educação é capaz de superar desafios e contribuir para a eficácia e sustentabilidade das políticas aplicadas (Shelton *et al.*, 2018). A integração entre investigação e prática educativa é essencial para aprimorar o processo de aprendizagem durante a fase de alfabetização e letramento (Olbata *et al.*, 2022). Ademais, a alfabetização emerge como uma ferramenta vital para elevar os resultados educacionais no ensino fundamental, desempenhando um papel crucial na diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil (Wanke *et al.*, 2023). É crucial perceber que os conceitos de alfabetização e educação são interdependentes e devem ser considerados de maneira integrada (Kucybala *et al.*, 2022).

Compreender que alfabetização e letramento são práticas distintas, mas indissociáveis e simultâneas, é vital. A falta de entendimento dessas noções gera confusão tanto teórica quanto prática, diluindo a especificidade de cada conceito. A alfabetização é, essencialmente, o processo pelo qual uma pessoa adquire o sistema de escrita de sua língua e o conhecimento sobre esse sistema (Smith *et al.*, 2008). Portanto, a alfabetização está intrinsecamente ligada ao ambiente escolar e deve ser vista como a aquisição e domínio do sistema de escrita, incluindo o alfabeto e a ortografia, além do desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita (Pittman *et al.*, 2020).

Examinar a realidade da alfabetização e do analfabetismo no Brasil nos ajuda a entender o que ocorre nas escolas do país, onde o analfabetismo funcional se distingue do analfabetismo absoluto. O primeiro refere-se a indivíduos que conseguem escrever palavras e frases curtas, mas não têm capacidade de formular frases longas de forma coerente ou compreender textos integralmente. Este é um dos tristes cenários presentes nas instituições educacionais brasileiras.

Para que uma criança seja verdadeiramente alfabetizada, é necessário criar uma conexão significativa entre leitura e escrita, inserindo a aprendizagem no contexto de sua vida (Mackenzie & Veresov, 2013). As referências conceituais e metodológicas em pesquisas nessa área são cruciais para esclarecer os fatos relacionados ao uso da leitura e escrita, ao analfabetismo e às diferentes interpretações do conceito de alfabetização, suas aplicações e

fundamentação teórica e metodológica. Essas abordagens teóricas ampliam nossa compreensão da alfabetização como um fenômeno multidimensional e de sua relevância para os contextos práticos e ideológicos que tangibilizam o uso da leitura e da escrita.

Além disso, os métodos de ensino e a ênfase nas demandas econômicas, conforme evidenciado por pesquisas recentes e registros históricos, ainda exercem grande influência. Embora nem sempre diretamente ligadas à alfabetização, essas práticas estão associadas ao desenvolvimento econômico ou à modernização. A aprendizagem é um processo contínuo e único para cada indivíduo; quanto mais significativa e contextualizada, melhor será o desempenho. Aumentar a confiança no professor potencializa a eficácia da aprendizagem e da leitura (Munna & Kalam, 2021). A alfabetização infantil é essencial para promover igualdade de acesso e sucesso, especialmente entre crianças de contextos socioeconômicos desfavorecidos, que representam a maioria dos estudantes em escolas públicas (Holder *et al.*, 2017).

As consequências da falta de alfabetização nas classes primárias e o analfabetismo funcional são graves; pessoas que leem palavras mas não as compreendem; escrita incompleta que impede a compreensão mútua; deficiências em habilidades matemáticas básicas para orçamentação, medição e resolução de problemas cotidianos; limitações na busca por emprego, pois a falta de habilidades de leitura e escrita pode dificultar tanto a procura quanto a manutenção de um emprego; e uma diminuição no envolvimento cívico.

Analfabetismo funcional pode restringir significativamente a participação dos cidadãos na vida cívica e política, já que a capacidade de entender documentos oficiais, como boletins de votação e legislações, é crucial para o exercício pleno da cidadania. Essa barreira, no entanto, pode ser mitigada com práticas educacionais bem fundamentadas. Os professores, ao reconhecerem seu papel social, podem adotar metodologias que incentivem o pensamento crítico, facilitando assim um processo de leitura mais eficiente e engajado.

A escassez de habilidades de leitura compromete profundamente a educação geral dos alunos, representando um desafio estrutural significativo, conforme revelado pelas avaliações do Programa Brasileiro de Avaliação Internacional de Alunos (PISA). O êxito educacional depende não apenas do conhecimento do professor, mas principalmente da sua capacidade de criar ambientes de aprendizagem enriquecedores. A discrepância entre a legislação educacional e as práticas em sala de aula torna-se evidente, especialmente entre estudantes universitários e profissionais já estabelecidos.

Para romper com práticas pedagógicas ultrapassadas, é crucial que os sistemas de ensino invistam na alfabetização de qualidade nos primeiros anos. Isso implica na formação adequada de professores, no desenvolvimento de currículos robustos e no suporte precoce aos estudantes com dificuldades em leitura e escrita. Adicionalmente, os programas de alfabetização para adultos são essenciais para auxiliar aqueles que não tiveram acesso à educação adequada em seus primeiros anos, permitindo-lhes desenvolver habilidades básicas de leitura, escrita e matemática.

A leitura, como uma atividade social e reflexiva, fomenta uma interação crítica e libertadora com a escrita, enquanto a escrita, por ser um veículo de pensamento reflexivo, promove o desenvolvimento do pensamento abstrato e complexo, diferenciando-se da linguagem oral. Essas práticas enriquecem a visão de mundo dos indivíduos e ampliam suas perspectivas.

Martins (2015) destaca em seu estudo que apenas uma pequena fração dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental no Brasil possui um aprendizado adequado em português e matemática, o que reflete a insuficiência de investimentos no setor educacional, destacando que apenas 28,7% dos estudantes se formam com o aprendizado adequado em português e apenas 16,4% em matemática. A compreensão insuficiente de textos e a aplicação prática de conhecimentos básicos revelam um déficit significativo na qualidade da educação oferecida, sobretudo nos anos formativos.

Os resultados do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) de 2018 revelam que cerca de 30% dos brasileiros são considerados analfabetos funcionais, enquanto somente 12% alcançam o nível proficiente. Além disso, o aumento na taxa de analfabetismo, de 4% em 2015 para 8% em 2018, indica mais uma estagnação do que um progresso na alfabetização, ressaltando desafios importantes no panorama educacional brasileiro.

A Avaliação Nacional de Alfabetização, conduzida pelo Inep e divulgada em 2016, mostra que uma grande proporção de estudantes com mais de 8 anos apresenta desempenho insatisfatório em leitura, escrita e matemática. Esses dados sublinham as deficiências do sistema educacional brasileiro, especialmente na formação básica de competências.

Em suma, a situação educacional no Brasil, agravada por contextos atípicos como a pandemia de Covid-19, continua a enfrentar desafios significativos que requerem atenção urgente e contínua. Os investimentos em educação e a adoção de práticas pedagógicas

inovadoras são fundamentais para superar essas barreiras e promover uma sociedade mais letrada e participativa.

1.1. Justificativa

O analfabetismo funcional no Brasil é um desafio que exige políticas públicas efetivas e recursos adequados. Argumentos de que o Brasil investe em educação um percentual do PIB similar aos países ricos são enganosos. Nobre e Siqueira (2023) não consideram que o PIB desses países é substancialmente maior, e que os desafios educacionais enfrentados pelo Brasil são mais complexos. Portanto, simples comparações percentuais são insuficientes para compreender a real necessidade de investimento na educação brasileira.

O abandono escolar é um dos problemas críticos no Brasil, potencialmente agravado pela pandemia de COVID-19. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, dos 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos, 20% (aproximadamente 10,1 milhões) não completaram o ensino fundamental ou médio. As causas incluem nunca ter frequentado escola, necessidade de trabalhar, gravidez, ou desinteresse pelas aulas (IBGE, 2019).

Vitória Pereira Virgínio (2023) destaca que o abandono escolar, ocorrendo tanto em escolas públicas quanto particulares, tem um impacto direto no analfabetismo funcional. Eles ressaltam a falta de políticas públicas voltadas para capacitar redes de ensino a recuperar estudantes que deixaram os estudos, o que contribui para o fracasso escolar. Para reverter esses índices, é necessário um esforço sério na alfabetização, leitura, escrita e produção textual.

Santos (2020) ressalta a importância da valorização e formação de professores capazes de alfabetizar e formar leitores críticos. Ele enfatiza a necessidade de professores que possam questionar interpretações óbvias e promover um pensamento mais crítico. Oliveira et al., (2021) argumentam que o investimento em tecnologia nas escolas deve ser acompanhado de profissionais qualificados para utilizá-la efetivamente, enfatizando que as tecnologias são ferramentas valiosas, mas seu uso ético e adequado necessita de uma abordagem mais reflexiva.

Uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento individual e social (Novo, 2023). O analfabetismo pode causar desconforto e exclusão em uma sociedade pautada pelo letramento. Contudo, é importante enfatizar que sempre existe a possibilidade de aprender a ler e escrever, independentemente da idade. O aprendizado contínuo é essencial, e a alfabetização desempenha um papel substancial na inclusão e na melhoria da qualidade de vida.

Como pôde ser visto na pesquisa do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), o Ensino Fundamental representa um ponto crítico na educação, onde os avanços observados nos primeiros anos não se traduzem em melhorias significativas. Esta lacuna no desempenho educacional tem repercussões no Ensino Médio e Superior, com estudantes enfrentando dificuldades para acompanhar o conteúdo mais avançado. Esse desafio sublinha a importância de aprimorar a qualidade da educação na Educação Básica para preparar melhor os estudantes para as etapas subsequentes de sua jornada educacional.

Contudo, ainda existe uma concepção comum, porém equivocada, de que a alfabetização é um processo binário, onde uma pessoa é considerada alfabetizada simplesmente por saber codificar e decodificar a escrita. Essa visão simplista ignora a complexidade da competência leitora, que vai além da alfabetização básica. É fundamental reconhecer que a competência leitora é uma habilidade que deve ser desenvolvida e aprimorada continuamente durante toda a vida escolar, e não apenas assumir que a alfabetização básica é suficiente para o ensino de outras disciplinas como história e geografia.

Oliveira (2022) e Silva et al. (2020), argumentam que o Brasil precisa superar duas barreiras para melhorar a educação. Primeiramente, é preciso garantir que as escolas não produzam mais analfabetos funcionais, destacando a importância da equidade educacional, especialmente em contextos mais desafiadores. Em segundo lugar, enfatizam a necessidade de revitalizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem sido negligenciada e precisa ser modernizada para atender um público que está ficando cada vez mais jovem e inclui aqueles que não seguiram o percurso educacional tradicional. Eles defendem um projeto de nação que reconheça todos, incluindo os semialfabetizados, como sujeitos de direito.

No contexto de Alto Garças, no estado de Mato Grosso, os desafios do analfabetismo funcional são ainda mais evidentes. A falta de infraestrutura escolar adequada, combinada com a carência de programas de formação continuada para docentes, tem perpetuado lacunas significativas na alfabetização dos estudantes. Dados locais apontam que o Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) está abaixo das metas projetadas, evidenciando a necessidade urgente de estratégias específicas para o município. A dispersão geográfica e as desigualdades socioeconômicas também dificultam a implementação de políticas públicas eficazes, agravando a exclusão educacional.

Assim, o analfabetismo funcional, intimamente relacionado à desigualdade social, destaca a necessidade de transformar não apenas as escolas, mas também outros ambientes sociais e contextos não escolares em espaços de aprendizagem. Isso implica um papel ativo da sociedade e do Estado em promover oportunidades educacionais fora do ambiente escolar tradicional, reconhecendo a importância da educação em todos os aspectos da vida cotidiana. A principal causa do analfabetismo funcional, conforme identificado Mohammadi et al., (2020), é a descontinuidade da aprendizagem, onde o baixo nível de educação e a má qualidade do ensino se tornam tão maus que é impossível aprender. Outra razão delineada foi a incapacidade de aprender e melhorar as competências básicas de alfabetização.

Portanto, a justificativa para esta dissertação de mestrado reside na relevância do analfabetismo funcional como um problema social e educacional crítico no Brasil e, especialmente, em Alto Garças. O estudo visa compreender as falhas nas práticas de alfabetização e seus efeitos a longo prazo, como a incapacidade de aplicar habilidades de leitura e escrita em contextos práticos. A pesquisa destaca a necessidade urgente de reformas educacionais, abordando a qualidade do ensino nos anos iniciais e a eficácia das políticas públicas. Contribuirá para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes e assertivas para superar esses desafios, beneficiando assim indivíduos e a sociedade como um todo. Pessoalmente, a motivação para esta pesquisa surge do desejo de contribuir para a melhoria da qualidade educacional, especialmente em contextos desfavorecidos. Este trabalho promove uma compreensão mais profunda do analfabetismo funcional e suas implicações, incentivando a adoção de práticas educacionais mais eficazes.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Compreender as causas e implicações do analfabetismo funcional em Alto Garças na percepção dos professores.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mapear na percepção dos professores as condições socioeconômicas e estruturais que contribuem para o analfabetismo funcional em Alto Garças.
- Investigar na percepção dos professores os impactos do analfabetismo funcional na vida cotidiana e no mercado de trabalho em Alto Garças
- Avaliar na percepção dos professores os reflexos do analfabetismo funcional no desenvolvimento social e econômico do município de Alto Garças.

1.3 Problema De Pesquisa

1.3.1 Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa desta dissertação emerge de uma preocupação com a qualidade da alfabetização no Brasil e seu impacto no analfabetismo funcional. A pesquisa focará na identificação das causas da baixa qualidade na alfabetização nos anos iniciais e como isso leva ao analfabetismo funcional.

1.3.2 Pergunta de Pesquisa

Diante dos desafios observados, tanto em termos de taxa de alfabetização quanto de competência leitora entre diferentes grupos demográficos, surge a seguinte questão: Quais são as causas e implicações do analfabetismo funcional em Alto Garças, e como estratégias específicas podem mitigar esse problema?

1.4 Estrutura Da Dissertação

O estudo está estruturado em capítulos detalhados que abordam diversos aspectos da alfabetização e do analfabetismo funcional no Brasil. Cada capítulo e subcapítulo foca em temas específicos relacionados ao ensino e aprendizagem da leitura e escrita, além de discutir políticas educacionais e metodologias de ensino. A dissertação utiliza uma metodologia qualitativa para explorar as causas e impactos da ineficácia no processo de alfabetização inicial, analisando como a alfabetização inadequada afeta as habilidades cognitivas e sociais, levando ao analfabetismo funcional.

O Capítulo I discute a alfabetização e o letramento, explorando como ambos se interligam e são fundamentais no processo educativo. Aborda o papel da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a importância do letramento para a compreensão e transformação da realidade. O Capítulo II examina as metodologias de alfabetização no Brasil, destacando diferentes abordagens pedagógicas e seus impactos no processo educativo. Analisa as práticas e estratégias de alfabetização adotadas no país e discute a evolução dessas metodologias ao longo do tempo.

Já o Capítulo III aborda o conceito de analfabetismo funcional, sua classificação e impacto na sociedade brasileira. Examina o desafio do analfabetismo funcional e discute as falhas dos sistemas educacionais e as desigualdades sociais que contribuem para este problema. Essa estrutura fornece uma análise abrangente e detalhada sobre a alfabetização e o analfabetismo funcional no Brasil, oferecendo subsídios valiosos sobre a necessidade de reformas educacionais e práticas de ensino mais eficazes.

Capítulo I

1. Alfabetização E Além: Desvendando As Raízes Do Analfabetismo Funcional No Brasil.

1.1 Alfabetização e Letramento: Duas Faces da Mesma Moeda

Alfabetizar e desenvolver o letramento são conceitos intimamente ligados. Durante a implementação de estratégias pedagógicas, esses dois aspectos se entrelaçam, sendo ambos fundamentais para o processo de aprendizado (Silva *et al.*, 2021). Contudo, o letramento engloba um escopo mais amplo. A alfabetização foca no processo de ensinar e aprender a ler e a escrever, enquanto o letramento refere-se à capacidade de aplicar habilidades de leitura e escrita em contextos sociais, mesmo que a pessoa não tenha formalmente aprendido a ler ou escrever (Parraleigo, 2023). Conforme argumenta Freire (1987), a alfabetização é a base, mas o letramento é o que permite a aplicação prática do conhecimento. Além disso, Soares (2004) destaca que o letramento está relacionado ao uso social da leitura e escrita, sendo crucial para a plena participação na sociedade. Nesse sentido, as práticas de alfabetização devem estar alinhadas com o processo de letramento, enriquecendo a experiência educativa.

O desenvolvimento de habilidades de alfabetização e letramento envolve uma variedade de competências importantes. Essas incluem a capacidade de ler e escrever para alcançar diversos objetivos, como obter e compartilhar informações, interagir socialmente, explorar o mundo imaginário e estético, expandir conhecimentos, persuadir ou ser persuadido, entreter-se, orientar-se, auxiliar a memória e buscar catarse. Essas habilidades abrangem também a capacidade de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos, saber navegar pelos protocolos de leitura e escrita, e adotar uma postura ativa no mundo da escrita, ajustando a leitura e escrita de acordo com as circunstâncias, os objetivos e o interlocutor (Silva *et al.*, 2021).

Neste contexto, é essencial compreender o que está sendo enfatizado no debate atual sobre avaliação educacional. Estamos em um período de constante formulação de propostas para a redefinição da rotina escolar, onde a avaliação é um ponto chave. Nesse sentido, torna-se essencial que os professores e educadores reconheçam que seguir rotinas pedagógicas tradicionais pode não ser eficaz, e que deve haver um alinhamento entre a formação docente e

o contexto atual dos alunos. Reconhecer e adaptar-se a essas necessidades é fundamental para um processo educativo efetivo e relevante.

Baseando-se nessa premissa, a leitura envolve um conjunto de habilidades e comportamentos que vão desde a decodificação de sílabas ou palavras até a leitura completa de grandes livros (Silva & Silva, 2018). Da mesma forma, a escrita compreende habilidades e comportamentos que variam desde escrever o próprio nome até redigir uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado.

Neste contexto, alfabetizar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que correspondem à segunda etapa da Educação Básica, assume uma função social significativa. Isso se alinha com as Diretrizes Curriculares Nacionais, que determinam que os primeiros três anos deste ciclo educacional, abrangendo crianças de 6 a 8 anos, sejam dedicados à alfabetização.

Adicionalmente, o Ministério da Educação (MEC) do Brasil enfatiza a importância de considerar os três primeiros anos do Ensino Fundamental como um ciclo contínuo e ininterrupto, mesmo em sistemas de ensino seriados. Este período é essencial para garantir a todos os alunos a oportunidade de sistematizar e aprofundar aprendizados básicos, fundamentais para o avanço nos estudos. Durante esses anos, é vital assegurar a alfabetização e o letramento (MEC, 2018).

Diferenciando alfabetização de letramento, entende-se que a alfabetização é o processo de desenvolvimento e aquisição da língua escrita, enquanto o letramento é o processo pelo qual o indivíduo se envolve ativamente, desenvolvendo habilidades de leitura e escrita com proficiência ou facilidade (Sali *et al.*, 2023). Neste contexto teórico, reconhece-se que ser alfabetizado, ou seja, saber ler e escrever, não é mais suficiente para atender às demandas sociais da pós-modernidade. É necessário compreender o significado e o uso das palavras em diferentes contextos. Assim, na sociedade do conhecimento, ser letrado exige entender os significados e usos das palavras em diversas situações (Pereira & Alves, 2022).

No entanto, segundo Cunha (2018) é importante considerar que a escola muitas vezes presume que a escrita, como um sistema de signos que expressa sons individuais da fala, é um conceito apriorístico para as crianças, o que nem sempre é verdade. No início do processo de aprendizagem, muitas crianças supõem que a escrita é simplesmente outra forma de desenhar as coisas, um conceito que deve ser desmistificado ao longo da educação.

Assim, Alfabetização e letramento são conceitos distintos, mas intrinsecamente interligados e indispensáveis, que devem ser desenvolvidos simultaneamente para garantir que o aluno ao concluir o ensino fundamental seja capaz não apenas de codificar e decodificar letras, palavras e textos, mas também de interpretar diferentes situações e contextos. A alfabetização é essencial para o ingresso na sociedade letrada e, por isso, deve-se enfatizar a importância social desta aprendizagem, promovendo práticas e experiências de leitura e escrita em contextos reais e significativos. A alfabetização é uma ferramenta crucial para a compreensão e transformação da realidade.

Para tanto, é fundamental que o educador se especialize e realize pesquisas sobre metodologias de ensino e construção do conhecimento. Isso envolve conhecer profundamente a teoria que abrange este fenômeno, incluindo a psicologia infantil para entender o processo de alfabetização, os documentos legais que respaldam sua prática, as metodologias mais adequadas às necessidades de seus alunos e os recursos didáticos disponíveis, entre outros aspectos relevantes do processo educativo.

Além disso, é vital reconhecer que os desafios educacionais atuais são numerosos, especialmente no contexto avaliativo em que muitos alunos passam pela escola sem adquirir habilidades efetivas de leitura. Isso reflete uma série de fatores políticos e sociais que há décadas impactam a eficácia dos programas e políticas públicas de alfabetização no país. Portanto, é importante que os resultados da educação não se limitem a reprovações acadêmicas ou desinteresse dos alunos, mas que busquem enfrentar e superar esses desafios, promovendo uma alfabetização efetiva e abrangente que forme leitores competentes e críticos.

Em seguida, é importante explorar como as estratégias pedagógicas podem ser aprimoradas para enfrentar esses desafios e garantir uma educação de qualidade para todos os alunos. Isso inclui a análise de metodologias inovadoras, a formação continuada de professores e a integração de novas tecnologias no processo educativo. Tais medidas são essenciais para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz, que prepare os alunos para os desafios do futuro.

1.2 Metodologias de Alfabetização No Brasil

Muitos pesquisadores como Rogers *et al.* (2006), Chan e Lee (2020) têm dedicado esforços para estudar e refletir sobre os processos de alfabetização e letramento, com especial atenção aos autores de vertentes progressistas. Um destaque nesse campo é a metodologia de

alfabetização desenvolvida, originalmente voltada para jovens e adultos, mas que pode ser adaptada para diferentes níveis de ensino, inclusive para os anos iniciais do Ensino Fundamental (Pertuzatti; Dickmann, 2019). Essa abordagem, na época, representou uma inovação significativa, distanciando-se das técnicas convencionais da época, que frequentemente derivavam de adaptações simplistas de cartilhas.

As metodologias de alfabetização que se destacam por suas inovações e distanciamento das práticas convencionais. As metodologias mencionadas podem ser entendidas como abordagens progressistas, com foco em práticas educativas mais reflexivas e críticas. Embora o parágrafo não descreva detalhadamente as metodologias, pode-se inferir que elas estão alinhadas com práticas que promovem uma alfabetização mais contextualizada, crítica e significativa, especialmente no contexto de jovens e adultos, como mencionado.

Essas metodologias envolvem práticas pedagógicas que vão além da simples decodificação de palavras, buscando integrar o ensino da leitura e escrita com a realidade social e cultural dos alunos, conforme as tendências progressistas da educação. Isso pode incluir métodos que favorecem a construção de sentidos pelos próprios estudantes, valorizando seus conhecimentos prévios e experiências, como acontece em abordagens freirianas de educação.

Segundo Santos e Gomes (2018) o método tradicional de alfabetização se destaca por promover um aprendizado que é libertador e não mecânico, incentivando os alunos a assumirem uma postura crítica diante dos problemas que enfrentam. O cerne desse método é a utilização de temas e palavras geradoras, os quais são codificados e decodificados para explorar seu significado social e a consciência das experiências vividas pelos alunos. Com um tema gerador geral, os educandos podem expandir seus horizontes de conhecimento sobre a própria realidade, alcançando uma compreensão mais aprofundada que lhes permite intervir de maneira crítica nela.

Para Maciel e Moreira (2019) a partir do tema gerador, são derivadas as palavras geradoras, que devem ser acompanhadas de ilustrações para estimular o debate. Esse processo não apenas facilita a aprendizagem da leitura e escrita, mas também promove a reflexão crítica e a conscientização, elementos fundamentais na pedagogia freiriana. Este método se alinha com o objetivo de não apenas ensinar a ler e escrever, mas também de formar cidadãos conscientes e capazes de compreender e agir sobre sua realidade (Silva *et al.*, 2018).

As metodologias de alfabetização no Brasil são diversas e refletem as diferentes abordagens pedagógicas desenvolvidas ao longo do tempo. A evolução dessas metodologias acompanha as mudanças nas teorias de aprendizagem e nos objetivos educacionais do país.

Até a segunda metade do século XIX, a alfabetização no Brasil era caracterizada pelo uso de materiais impressos, como livros de origem europeia, para o ensino da leitura. Normalmente, o processo de ensino da leitura começava com o uso das chamadas "cartas de ABC". Em seguida, os alunos liam e copiavam documentos manuscritos (Navarro, 2021). Nesse período, diferentes métodos de ensino foram utilizados, incluindo:

- **Método alfabético:** É uma abordagem tradicional de alfabetização que coloca o foco inicial no ensino das letras do alfabeto e seus respectivos nomes. Esta metodologia parte do princípio de que a familiaridade com cada letra, tanto em sua forma visual quanto sonora, é a base fundamental para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita (Cagliari, 1990).
- **Método da silabação:** Parte das sílabas como unidades de ensino, ensinando a emitir sons. O método da silabação, também conhecido como método silábico, é uma das abordagens tradicionais de alfabetização. Essa metodologia se concentra nas sílabas como as unidades fundamentais para o ensino da leitura e da escrita. A ideia central é que ao aprender a reconhecer e combinar sílabas, os alunos poderão formar palavras inteiras e, eventualmente, frases e textos (Mortatti, 2006).
- **Método da marcha sintética:** Nesse método, o ensino iniciava-se com a leitura e a apresentação das letras e seus nomes (método alfabético), dos sons correspondentes às letras (método fônico) ou das sílabas (método da silabação). O objetivo era partir de partes individuais para a compreensão do todo (Carvalho, 2008).
- **Método fônico:** Incentiva o aprendizado dos sons correspondentes às letras como base para a leitura. Em outras palavras, este método foca no ensino dos sons das letras e na forma como elas se combinam para formar palavras. A ideia é que, uma vez que a criança entenda a relação entre sons e letras, ela será capaz de decodificar e ler qualquer palavra. Esta abordagem tem ganhado popularidade no Brasil nos últimos anos, especialmente após a aprovação da Política Nacional de Alfabetização, que enfatiza o ensino sistemático e explícito da fonética (Soares, 2004).

- **Método da Globalização (ou Método Global):** Em contraste com o método fônico, o método global enfatiza a compreensão e o significado das palavras e frases no contexto. Neste método, as crianças aprendem a ler por meio de frases inteiras ou textos, focando no entendimento geral e no significado, em vez de decodificar cada palavra individualmente (Ferreiro & Teberosky, 1985).
- **Método Construtivista:** Baseado nas teorias de Jean Piaget e Lev Vygotsky, o construtivismo é uma abordagem educacional que enfatiza o papel ativo do aluno na construção do conhecimento. Na alfabetização, isso significa encorajar as crianças a explorarem a linguagem, experimentar a escrita e a leitura, e compreender as regras e padrões da língua por meio da descoberta e do diálogo (Piaget, 1971; Vygotsky, 1984).
- **Método Montessori:** Criado por Maria Montessori, este método é centrado na ideia de que a educação deve ocorrer em um ambiente preparado, onde a criança pode desenvolver naturalmente suas habilidades. Na alfabetização, isso inclui o uso de materiais didáticos específicos que ajudam as crianças a associarem sons e símbolos de forma concreta e sensorial (Montessori, 2013).
- **Método Socioconstrutivista:** Semelhante ao construtivista, mas com uma ênfase maior no contexto social da aprendizagem. Esta abordagem considera que a alfabetização é mais eficaz quando inserida em práticas sociais significativas. A leitura e a escrita são ensinadas como ferramentas de comunicação e expressão, integradas com as experiências culturais e sociais dos alunos (Vygotsky, 1984).
- **Métodos Integrados:** Atualmente, muitas escolas no Brasil adotam uma abordagem integrada, combinando elementos de diferentes métodos. Por exemplo, podem começar com o método fônico para estabelecer uma base sólida na decodificação de palavras e, posteriormente, incorporar elementos construtivistas para melhorar a compreensão e a expressão (Soares, 2004).

Tendo se familiarizado originalmente com as letras, sons ou sílabas, os alunos eram ensinados a ler palavras formadas por esses elementos. Depois, a leitura de frases isoladas ou agrupadas era adequada. No que diz respeito à escrita, dava-se atenção à caligrafia e à ortografia, sendo o ensino feito por meio de cópia, ditado e construção de frases: enfatizando-se a forma correta de escrever cartas (Araújo, 2018).

A partir de 1890, com a implementação da reforma da instrução pública no estado de São Paulo, ocorreu a reorganização da Escola Normal de São Paulo e a criação da Escola-Modelo Anexa. Em 1896, foi estabelecido o Jardim da Infância nessa escola, marcando um momento significativo no desenvolvimento da educação no Brasil (Araújo, 2022).

A partir da primeira década do período republicano no Brasil, os professores formados pela Escola Normal de São Paulo passaram a promover sistematicamente o método analítico para o ensino da leitura. Eles difundiram esse método para outros estados brasileiros por meio do que ficou conhecido como missões de professores paulistas. Esses professores, especialmente aqueles que ocupavam cargos na administração da instrução pública em São Paulo, desempenharam um papel fundamental na disseminação do método analítico (Maciel, 2019; Silva & Polachini, 2023).

Eles contribuíram para a institucionalização do método analítico, tornando obrigatória a sua utilização nas escolas públicas do estado de São Paulo. Embora muitos professores das escolas primárias expressassem insatisfação devido à percepção de que o método analítico era lento para produzir resultados, a obrigatoriedade desse método persistiu até que os efeitos da "autonomia didática" proposta na "Reforma Sampaio Dória" (Lei 1750, de 1920) começassem a ser sentidos (Silva, 2015; Oliveira, 2017). Conforme detalhado por Mathieson (2018), a reforma buscava dar maior liberdade pedagógica aos professores, permitindo-lhes adaptar suas práticas às necessidades dos alunos.

No método analítico, o ensino da leitura tinha como princípio iniciar pelo "todo" para depois analisar suas partes constitutivas. No entanto, houve variações na abordagem desse método, dependendo do que os seus defensores consideravam como o "todo". Isso poderia ser a palavra, a sentença ou até mesmo uma "historieta" (um conjunto de frases relacionadas entre si por meio de nexos lógicos) (Barbosa, 2023; Ferreira *et al.*, 2020).

A partir desse ponto, começou uma acirrada disputa entre os apoiadores do novo e revolucionário método analítico para o ensino da leitura e aqueles que continuavam a defender e utilizar os métodos sintéticos tradicionais, especialmente o método da silabação. Nesse contexto, no final da década de 1910, o termo "alfabetização" passou a ser usado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita (Taverna *et al.*, 2022).

Vale destacar que a autonomia didática foi introduzida pela Reforma Sampaio Dória e pelas novas contingências políticas e sociais a partir de meados da década de 1920. O resultado disso foi um aumento na resistência dos professores em conviver com o uso do

método analítico, uma vez que este estava sendo ameaçado por novas propostas de: soluções para os problemas de como ensinar e como aprender a leitura e a escrita iniciais (Piza *et al.*, 2020). Os defensores a metodologia analítica continuaram a utilizar e a enfatizar o seu efeito. No entanto, numa tentativa de conciliar formas sintéticas e analíticas de métodos básicos de ensino de leitura e escrita ao longo das décadas seguintes, métodos híbridos entraram em prática (envolvendo abordagens analíticas e sintéticas) que foram vistos como mais rápidos e eficazes.

Essa fase da história da alfabetização se estendeu até aproximadamente o final da década de 1970 e foi marcada pelo surgimento de uma nova abordagem no ensino da leitura e da escrita: a alfabetização sob medida. Nesse contexto, o ensino estava subordinado à maturidade da criança que estava sendo ensinada, ou seja, as questões de ordem didática estavam subordinadas às questões de ordem psicológica (Noletto Neto, 2023).

Um momento significativo na história da alfabetização ocorreu na década de 1980, quando a abordagem tradicional passou a ser questionada sistematicamente. Isso aconteceu devido a novas urgências políticas e sociais que demandavam mudanças na educação, especialmente para enfrentar o problema do fracasso escolar na alfabetização de crianças. Foi nesse contexto que o pensamento construtivista foi introduzido no Brasil, baseado em teóricos como Jean Piaget, Célestin Freinet e Emília Ferreiro (Silva & Silva, 2020).

A década de 1980 também foi marcada pela emergência do pensamento interacionista de Lev Vygotsky em relação à alfabetização, que gradualmente ganhou destaque e gerou uma espécie de disputa entre seus defensores e os defensores do construtivismo. No entanto, a prática construtivista, combinada com outros fatores, mostrou-se problemática em termos de resultados educacionais. Isso se deve em parte ao fato de que o método construtivista pressupõe que a criança, ao iniciar a alfabetização na escola, já tenha conhecimentos prévios, continue a se envolver em atividades educativas fora da escola e tenha acesso a informações e tecnologias adequadas às suas necessidades (Martins & Marsiglia, 2022).

Outra exigência do método construtivista é que as salas de aula sejam equipadas com material didático específico para a construção do conhecimento, o que muitas vezes não condiz com a realidade das escolas brasileiras, que frequentemente não têm a estrutura física e pedagógica necessária para implementar efetivamente esse método (Fernandes *et al.*, 2018).

Vale citar que, a prática dos professores construtivistas nas salas de aula muitas vezes envolve a ideia de que eles devem atuar como mediadores do conhecimento, permitindo que

os alunos escolham o que desejam aprender com base em sua curiosidade. No entanto, essa abordagem pode ser preocupante, pois pode não haver um planejamento adequado dos conteúdos a serem abordados nas aulas (Carraro & Andrade, 2018).

Outro ponto a ser destacado é a organização da sala de aula no contexto do ensino construtivista associado ao interacionismo. Isso muitas vezes resulta na colocação de alunos que progridem mais rapidamente em fileiras ao lado de colegas que podem ter mais dificuldades de aprendizado (Santos & Silva, 2019). Embora essa abordagem tenha a intenção de promover a ajuda entre os alunos, pode desmotivar o aluno que se destaca por aprender com mais rapidez, uma vez que ele precisa constantemente auxiliar seu colega e a professora no processo de ensino. Isso também pode levar o professor a não buscar outros métodos que possam atender às necessidades dos alunos que ainda não conseguiram reter o conhecimento (Bueseli *et al.*, 2020).

Além disso, o número de alunos por sala de aula é um fator preocupante no ensino construtivista. Esse método requer um acompanhamento individualizado dos alunos pelo professor, o que se torna inviável em salas de aula com mais de 30 alunos (Fortes & Tchanchane, 2010). Essas questões apontam para a existência de uma série de desafios relacionados ao ensino inicial da leitura e da escrita, incluindo a falta de uma didática construtivista bem definida. Isso tem levado alguns pesquisadores a proporem novas abordagens de alfabetização baseadas em métodos mais tradicionais, como a marcha sintética e a alfabetização fônica, defendida por Fernando Capovilla (Silva, 2019).

A alfabetização fônica, por exemplo, envolve o aprendizado por meio da compreensão dos fonemas e grafemas, garantindo que os alunos primeiro dominem o alfabeto e, progressivamente, adquiram conhecimento ortográfico por meio de textos elaborados especificamente para esse fim. Essa abordagem também destaca a importância da consciência fonológica, que envolve o entendimento de que cada palavra falada pode ser concebida como uma sequência de fonemas (Nascimento & Rosa, 2023).

Assim, a literatura nos oferece evidências de que a discussão sobre o analfabetismo funcional deve considerar a importância dos métodos de ensino na aquisição de conhecimento. Estudos mostram que metodologias ativas, como o método fônico, têm resultados positivos na alfabetização ao focar na relação entre sons e letras, facilitando a decodificação e a leitura fluente (Soares, 2004). Além disso, o método construtivista, que incentiva a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, tem se mostrado

eficaz na contextualização da aprendizagem (Piaget, 1971). Portanto, é crucial adotar novas metodologias e políticas educacionais que atendam às necessidades do ensino-aprendizagem, otimizando tempo e planejamento nas escolas e focando em abordagens sistemáticas do conhecimento.

A educação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e para o empoderamento de seus cidadãos (Mousena, 2020). Portanto, é essencial que continuemos a refletir sobre a qualidade da educação oferecida e a buscar maneiras de aprimorá-la, considerando não apenas o que é ensinado, mas também como é ensinado. Novas abordagens pedagógicas, métodos de ensino eficazes e políticas educacionais bem planejadas são elementos cruciais para enfrentar o desafio do analfabetismo funcional e garantir que nossos alunos adquiram habilidades de leitura, escrita e pensamento crítico que os capacitem a participar plenamente da sociedade.

Ademais, alfabetizar sob a ótica do letramento implica adotar uma abordagem pedagógica e didática progressista, reconhecendo que a criança na segunda infância é um sujeito ativo e pensante em todas as fases do processo de alfabetização (Ruiz & Soberano, 2021). Nesse contexto, alfabetizar e letrar simultaneamente significa entender que a escola do Ensino Fundamental tem a função social fundamental de promover uma alfabetização significativa e consciente. Assim, o papel do professor nessa fase vai além do aspecto meramente pedagógico, englobando também dimensões políticas e humanas.

Alfabetizar dentro de uma perspectiva interdisciplinar envolve adotar uma didática moderna e dinâmica na prática pedagógica, respeitando a subjetividade e a individualidade do aluno em processo de alfabetização (Bassachs *et al.*, 2020). Isso requer uma escola com propostas inovadoras e educadores com práticas pedagógicas diferenciadas. Para efetivar esse processo, algumas estratégias são sugeridas, consideradas eficazes para favorecer a alfabetização dentro da dimensão do letramento em alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas estratégias devem ser pensadas em duas dimensões: no contexto geral, envolvendo a equipe pedagógica e a comunidade escolar, e no contexto didático, relacionado ao ensino em sala de aula.

Uma chave para o sucesso deste processo é o despertar do interesse e do prazer pela leitura e escrita nas crianças (Yulida, 2020). Quando o professor consegue instigar o gosto pela aprendizagem, o letramento ocorre como uma consequência natural e simultânea à alfabetização. Assim, aprender a ler e a escrever se torna uma experiência enriquecedora,

onde a criança também descobre e aprende coisas novas de maneiras inovadoras e envolventes.

Além de promover o interesse pela leitura, é fundamental considerar como a integração de novas tecnologias pode potencializar esse processo educativo. A tecnologia, quando bem aplicada, oferece ferramentas que tornam o aprendizado mais interativo e acessível, atendendo às diversas necessidades dos alunos. A seguir, exploraremos como diferentes ferramentas tecnológicas podem ser incorporadas nas práticas pedagógicas para melhorar a alfabetização e o letramento, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais dinâmico e eficaz.

1.3 ANALFABETISMO FUNCIONAL: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO

Um dos grandes desafios da educação brasileira é o elevado número de alunos que concluem o ensino fundamental, mas permanecem analfabetos funcionais. Segundo dados do Instituto Paulo Montenegro e da ONG Ação Educativa, em parceria com o Ibope Inteligência, mais de 30% dos brasileiros que concluem o ensino fundamental permanecem como analfabetos funcionais (Farias, 2020; Michelino, 2019).

Apesar dos anos de escolaridade, muitos desses estudantes não conseguem efetivamente absorver e aplicar as habilidades ensinadas. Eles enfrentam dificuldades em localizar, compreender, avaliar e organizar informações, habilidades essenciais para resolver problemas e tomar decisões não apenas no ambiente escolar, mas também em outros contextos da vida cotidiana (Matos *et al.*, 2021). Em um mundo cada vez mais digitalizado e tecnológico, o analfabetismo funcional se manifesta não apenas na incapacidade de ler e escrever, mas também na falta de habilidades para navegar na internet, usar aplicativos e entender informações digitais (Mite & Cale, 2017). A inclusão digital é, portanto, uma dimensão essencial da alfabetização moderna, essencial para a plena participação na sociedade contemporânea (Vieira & Justo, 2018).

Kozol (1985) é um escritor e educador americano, conhecido por seus livros sobre educação e justiça social, como "*Illiterate America*". Ele discute o analfabetismo funcional, destacando as falhas dos sistemas educacionais e as desigualdades sociais que contribuem para esse problema.

Jonathan Kozol examina o analfabetismo no contexto dos Estados Unidos, com um foco particular no analfabetismo funcional. De acordo com Kozol (1985), o analfabetismo

funcional é caracterizado pela incapacidade de um indivíduo utilizar a leitura, a escrita e o cálculo de forma eficaz em suas atividades cotidianas. Kozol argumenta que essa limitação afeta a capacidade das pessoas de participar plenamente na sociedade e de realizar tarefas básicas necessárias para a vida diária.

Kozol (1985) destaca que o analfabetismo funcional não é apenas a incapacidade de ler e escrever em um nível básico, mas também a incapacidade de lidar com as demandas de leitura e escrita que a sociedade moderna exige. Isso inclui a incapacidade de compreender e interpretar documentos, instruções, formulários e textos que são parte integrante da vida diária, como manuais de operação, contratos, bula de medicamentos, notícias, e material escrito relacionado ao trabalho.

Um ponto central na obra de Kozol (1985) é a discussão sobre como o analfabetismo funcional afeta não apenas a vida pessoal dos indivíduos, mas também como ele tem implicações mais amplas na sociedade. Ele argumenta que o analfabetismo funcional contribui para a perpetuação da pobreza e da desigualdade social, limitando as oportunidades de emprego e o acesso a uma vida plena e informada.

O autor critica os sistemas educacionais por não fornecerem educação de qualidade e acessível a todos, enfatizando a necessidade de reformas educacionais e políticas que abordem as raízes da desigualdade e do analfabetismo. Seu trabalho continua sendo uma referência importante no debate sobre educação e justiça social.

Já Wagner (2004) é um conhecido pesquisador em educação, que escreveu extensivamente sobre alfabetização e aprendizagem ao longo da vida. Em trabalhos como "*Literacy: Developing the Future*", ele aborda o analfabetismo funcional, integrando perspectivas de desenvolvimento e educação.

Para Wagner (2004), o analfabetismo funcional é entendido como a incapacidade de uma pessoa de se engajar efetivamente com os textos e as demandas numéricas encontradas na vida cotidiana. Ele destaca que, enquanto o analfabetismo tradicional se refere à incapacidade total de ler e escrever, o analfabetismo funcional se relaciona com a habilidade limitada de compreender e usar informações em contextos reais. Para Gee (2014), isso inclui a dificuldade em interpretar e aplicar informações obtidas de fontes escritas em situações cotidianas, como no ambiente de trabalho, na gestão de saúde pessoal e na participação na sociedade.

Wagner (2004) também enfatiza a importância de considerar o analfabetismo funcional dentro do contexto da sociedade da informação moderna. Ele argumenta que, em um mundo cada vez mais dependente de informações escritas e digitais, as exigências para habilidades de leitura e escrita são mais elevadas do que nunca. Assim, o analfabetismo funcional torna-se uma barreira significativa para a plena participação na vida social e econômica.

Além disso, Wagner aborda a alfabetização como um processo contínuo e dinâmico, não limitado aos anos iniciais de educação. Ele defende a necessidade de oportunidades de aprendizado ao longo da vida, que permitam aos indivíduos desenvolverem e adaptar suas habilidades de alfabetização para atender às mudanças nas demandas da sociedade.

A perspectiva de Daniel A. Wagner sobre o analfabetismo funcional é abrangente e contextualizada dentro das realidades da sociedade contemporânea, destacando a necessidade de políticas e práticas educacionais que se adaptem às necessidades em constante evolução dos indivíduos e das comunidades.

Matos *et al.* (2021) destacam a preocupação com a realidade de uma sociedade letrada onde muitos indivíduos não possuem um domínio adequado da linguagem escrita. Essa limitação se revela particularmente problemática para a participação dessas pessoas em atividades culturais valorizadas socialmente. A questão do letramento, ou alfabetismo funcional, transcende as fronteiras da sala de aula e se conecta diretamente com as habilidades de leitura e escrita em diversos gêneros textuais e contextos sociais.

Por outro lado, ainda que crianças e adolescentes possam aprender a reconhecer letras, sílabas e palavras durante a fase inicial de alfabetização, muitos enfrentam desafios significativos ao tentar usar a escrita de maneira significativa e criativa em seu dia a dia. Essas dificuldades não só geram um sentimento de impotência entre os jovens, mas também impactam negativamente seus salários futuros e qualidade de vida, restringindo suas oportunidades de emprego e a capacidade de enfrentar desafios e conflitos sociais.

Em resposta a essa situação, o Instituto Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), em parceria com o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, realizou em 2018 um estudo abrangente sobre o alfabetismo funcional da população brasileira entre 15 e 64 anos. O objetivo era desenvolver parâmetros para medir os níveis de alfabetismo funcional no país. Conforme os resultados desse estudo, o nível de analfabetismo funcional foi categorizado em cinco grupos distintos:

- **Analfabeto:** Indivíduos que não conseguem realizar tarefas simples, como a leitura de frases e palavras. Segundo Soares (2004), essa condição se refere à incapacidade de decodificar e compreender textos básicos.
- **Rudimentar:** Pessoas que conseguem identificar informações explícitas e literais em textos simples, além de ler e escrever números familiares. Também são capazes de resolver problemas matemáticos simples e estabelecer relações entre grandezas e unidades de medida, reconhecendo sinais de pontuação e suas funções (Mortatti, 2006).
- **Elementar:** Neste grupo, os indivíduos conseguem selecionar unidades de informação em textos de extensão média. Eles resolvem problemas envolvendo operações matemáticas básicas com números da ordem do milhar, comparam ou relacionam informações numéricas ou textuais apresentadas em gráficos ou tabelas. Além disso, sabem reconhecer representações gráficas e direções de grandezas (Cagliari, 1990).
- **Intermediário:** São capazes de identificar informações literais em vários tipos de texto, inclusive científicos. Resolvem problemas envolvendo operações matemáticas complexas com números da ordem dos milhões, interpretam diversos tipos de textos e elaboram sínteses. Reconhecem aspectos estéticos e efeitos de sentido em escolhas lexicais, sintáticas, figuras de linguagem e sinais de pontuação (Piaget, 1971; Vygotsky, 1984).
- **Proficiente:** Este grupo produz textos de maior complexidade, como mensagens, descrições, exposições ou argumentações. Conseguem interpretar tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis e resolver situações-problema relacionadas a tarefas de contextos diversos. A proficiência, segundo Freire (1987), está ligada à capacidade de utilizar a leitura e a escrita para a crítica e transformação social.

É importante ressaltar que os indivíduos classificados nos grupos analfabeto e rudimentar são considerados analfabetos funcionais. Portanto, a falta de habilidades de leitura, escrita e matemática, bem como a capacidade de interpretação e expressão, são resultado de uma série de fatores que, ao longo do tempo, se agravaram sem soluções eficazes para tratar das condições de desenvolvimento desses indivíduos. Nesse contexto, um dos fatores a serem analisados como potencial causador dessa problemática é o método de alfabetização, que será discutido a seguir.

Capítulo II

2. Educação no Brasil: Desafios, Políticas e Perspectivas

2.1 Qualidade na Educação do Brasil: Aspectos A Serem Alcançados.

A qualidade da educação no Brasil tem sido, ao longo dos anos, uma preocupação incômoda. Apesar de várias mudanças e reformas que introduzimos no nosso sistema educativo, ainda existem alguns desafios assustadores que impedem a qualidade da educação do meu país. Alguns dos principais fatores que contribuem para a baixa qualidade da educação no Brasil:

- **Desigualdades Sociais:** O Brasil enfrenta profundas desigualdades socioeconômicas, e essas desigualdades se refletem no sistema educacional. A qualidade da educação muitas vezes varia de acordo com a região do país, com áreas mais pobres tendo menos recursos e professores menos qualificados (Lima, 2020).
- **Infraestrutura Precária:** Muitas escolas no Brasil sofrem com a falta de infraestrutura adequada, incluindo salas de aula superlotadas, falta de materiais didáticos e infraestrutura física precária (Vasconcelos *et al.*, 2021).
- **Formação de Professores:** A formação de professores nem sempre atende aos padrões desejados, e muitos educadores não recebem o treinamento necessário para lidar com as demandas da sala de aula moderna (Damasceno; Fontes, 2019).
- **Falta de Investimento:** O financiamento insuficiente da educação é um problema persistente. O Brasil não investe o suficiente em educação em relação ao seu PIB, o que afeta diretamente a qualidade do ensino (Branco *et al.*, 2018).
- **Avaliação e Monitoramento:** A falta de um sistema eficaz de avaliação e monitoramento da qualidade da educação dificulta a identificação de problemas e a implementação de soluções adequadas (Pontes, 2020).
- **Desafios na Alfabetização:** O analfabetismo funcional ainda é um problema significativo no Brasil, com muitos estudantes concluindo a educação básica sem as habilidades de leitura e escrita necessárias (T. G. Rangel, 2020).

Para melhorar a qualidade da educação no Brasil, é essencial abordar esses desafios de maneira abrangente. Isso inclui aumentar o investimento na educação, melhorar a formação de professores, reduzir as desigualdades regionais, investir em infraestrutura escolar e implementar sistemas eficazes de avaliação e monitoramento. Além disso, é fundamental promover a educação como uma prioridade nacional e envolver todos os setores da sociedade na busca por soluções que elevem o nível educacional do país.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é, de fato, um instrumento substancial para mensurar a qualidade do ensino no Brasil. Instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB combina os resultados das avaliações nacionais de desempenho dos estudantes com as taxas de aprovação, fornecendo uma medida abrangente que avalia tanto o aprendizado quanto a progressão escolar. O IDEB varia de 0 a 10, sendo 10 a pontuação máxima desejada, representando excelência educacional¹.

Ao discutir a qualidade da educação através do IDEB, é essencial considerar o impacto das políticas públicas. Por exemplo, a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, tem demonstrado como a implementação de políticas educacionais bem-sucedidas pode resultar em melhorias significativas nas notas do IDEB. As políticas adotadas incluem formação contínua de professores, melhoria da infraestrutura escolar e programas de apoio ao aluno. Esses esforços, baseados em evidências e adaptados às necessidades locais, mostram que políticas bem planejadas e executadas podem promover avanços substanciais na educação (Besserra *et al.*, 2021).

É encorajador ver exemplos de sucesso como o de Foz do Iguaçu, mas é igualmente importante que tais práticas bem-sucedidas sejam compartilhadas e replicadas em outras partes do país. A manutenção e o aprimoramento dessas políticas ao longo do tempo são essenciais para garantir que o Brasil possa continuar a melhorar a qualidade da educação em todo o sistema.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis na área da educação. A melhoria da qualidade da educação é um processo complexo e contínuo que requer investimentos consistentes, formação de professores de qualidade, infraestrutura adequada e a adoção de metodologias de ensino eficazes. Exemplos de sucesso, como o caso de Foz do

¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador criado em 2007 pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 29 julho 2024.

Iguaçu, demonstram que a liderança política pode desempenhar um papel significativo na melhoria dos índices do IDEB, beneficiando as crianças ao proporcionar-lhes uma educação de maior qualidade.

Esses esforços podem abrir portas para futuras oportunidades de emprego e uma vida melhor, uma vez que uma educação sólida está frequentemente ligada a melhores salários e perspectivas de carreira. No entanto, é importante reconhecer que os resultados de avaliações como a Prova Brasil e o Enem mostram que há muito a ser feito para elevar o padrão educacional. Mesmo com várias políticas públicas implementadas anualmente, o desempenho em exames educacionais continua abaixo do desejado (Brasil, 2018).

Portanto, a análise do IDEB e o reconhecimento de políticas educacionais eficazes são passos positivos, mas há muito trabalho a ser feito para elevar o nível da educação em todo o país e reduzir as desigualdades educacionais. Medidas consistentes são necessárias para melhorar a qualidade da educação no Brasil, e a replicação de exemplos bem-sucedidos, juntamente com o compromisso contínuo das autoridades, pode trazer melhorias substanciais.

Além disso, é fundamental destacar a questão do investimento em educação. Embora o Brasil invista uma parcela considerável de seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação, a comparação com as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que ainda há um déficit de investimento em relação aos padrões internacionais. Esse déficit pode influenciar negativamente a qualidade do ensino, refletida em resultados de redação preocupantes e outras avaliações educacionais.

Portanto, é imperativo continuar buscando soluções eficazes, promovendo reformas educacionais e garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente. Investimentos consistentes e bem direcionados são essenciais para melhorar a infraestrutura educacional, a formação de professores e a adoção de metodologias de ensino eficazes. Dessa forma, podemos proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças e jovens do Brasil, reduzindo as desigualdades educacionais e preparando melhor nossos alunos para os desafios futuros.

A estimativa de que o analfabetismo funcional afeta mais de 35 milhões de adultos no Brasil não foi diretamente encontrada nos artigos disponíveis na busca realizada. No entanto, diversos estudos sobre analfabetismo funcional no Brasil abordam o impacto significativo desse problema na população adulta.

Um dos trabalhos relevantes sobre o analfabetismo funcional no cenário brasileiro que investiga o analfabetismo funcional em contextos variados e suas repercussões na vida adulta, enfatizando os problemas na realização de atividades básicas como compreensão de leitura e matemática simples (Vitória Pereira Virgínio, 2023). O Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF), desenvolvido pelo Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, destaca a importância da alfabetização combinada com a capacidade de compreender e interpretar textos.

Uma das iniciativas para enfrentar esse desafio é o Programa Nacional de Educação (PNE), criado em 2014 pela Lei n. 13.005 durante a gestão da então presidente Dilma Rousseff. O PNE é abrangente em seu alcance, visando beneficiar alunos de todos os níveis educacionais, desde a creche até a pós-graduação stricto sensu, bem como cidadãos e professores (Brasil, 2014).

O plano estabelece 20 metas e diversas estratégias para alcançá-las, incluindo o aumento do investimento em educação em 10% até 2024. A esperança é que o PNE contribua para melhorar a qualidade da rede educacional como um todo, uma vez que aborda medidas em todos os níveis de ensino, desde a pré-escola até o doutorado (MEC, 2018).

No entanto, é importante lembrar que a eficácia do PNE dependerá da implementação eficiente de suas metas e estratégias, bem como do compromisso contínuo do governo e da sociedade com a melhoria da educação no Brasil. É um passo positivo na direção certa, mas a jornada para superar os desafios educacionais é contínua e requer esforços persistentes.

2.2 Plano Nacional de Educação de 2014-2024

Como mencionado, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE/2014), possibilitou a análise das condições de implementação das estratégias da meta nove até o presente momento. Este estudo se concentrou na avaliação da alfabetização de jovens com 15 anos ou mais, considerando as estratégias definidas para serem realizadas ao longo de 10 anos no Brasil (Brasil, 2014). A análise dessa meta buscou utilizar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2001), que define a alfabetização como a capacidade de ler e escrever, bem como o acesso dessa população à educação. Esses dados foram comparados com informações apresentadas no Relatório do PNE (2001), revelando que apenas um terço dos mais de 29 milhões de indivíduos desse grupo populacional concluiu a primeira etapa do ensino fundamental.

Portanto, a preocupação decorrente da análise é evidente quando se olha para a meta estabelecida no PNE (2011) que visa erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir o analfabetismo funcional em 50% (cinquenta por cento) até o final deste mandato do PNE. Para aqueles jovens com 15 anos ou mais que sabem assinar o nome e ler e escrever um simples bilhete, para aqueles que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram depois (IBGE, 2001). A necessidade de transformar esse cenário é urgente, mas é fundamental considerar inicialmente o significado preciso do termo erradicação e identificar as áreas geográficas que demandam maior concentração de esforços, incluindo a abertura de mais escolas, contratação de mais professores e o desenvolvimento de uma educação mais relevante para atender às necessidades dessa população.

É um plano apresentado para os sistemas de ensino e suas escolas como lei orgânica do que determina a Constituição Federal de 1988 e as diretrizes da Lei de Base Nacional da Educação de 1996. O principal objetivo do PNE é concretizar o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (MEC, 2020).

Além disso, o PNA cria metas concretas como o objetivo 9, que aumenta a percentagem de pessoas com 15 anos ou mais para 93,5 em termos de alfabetização em 2005 e, no final do seu mandato, teria erradicado o analfabetismo absoluto e diminuído o analfabetismo funcional em 50% (Oliveira, 2022). A interpretação dessa meta envolve a distribuição de recursos que impactam na implementação das políticas voltadas para o aumento da taxa de alfabetização da população jovem (MEC, 2020).

É fundamental destacar que as definições adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consideram como alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever, enquanto analfabetismo funcional refere-se a pessoas com 15 anos ou mais que possuem menos de quatro anos de escolaridade ou que declaram não saber ler e escrever. Portanto, é de extrema importância o monitoramento das vinte metas estabelecidas no PNE/2014, com relatórios publicados a cada dois anos, para acompanhar o progresso das políticas educacionais e garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos (Melo; Moura, 2017).

Até o momento, foram publicados quatro relatórios de monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), referentes aos períodos de 2014-2016, 2018, 2020 e 2022.

Esses relatórios² analisam o progresso das metas estabelecidas pelo PNE, avaliando aspectos como acesso, qualidade e equidade na educação. O relatório final, que será lançado em 2024, permitirá uma análise abrangente para determinar se as metas propostas no PNE foram alcançadas. Caso contrário, será necessário considerar estratégias para atingi-las em um novo PNE.

O relatório de 2018 examina a progressão da Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE), concentrando-se em dois indicadores cruciais: a taxa de alfabetização de indivíduos a partir dos 15 anos (Indicador 9A) e a taxa de analfabetismo funcional para a mesma faixa etária (Indicador 9B). A análise abrange o período de 2012 a 2017, explorando como a Meta 9 foi alcançada em diversos contextos, incluindo variações regionais, estaduais, por localização geográfica, gênero, cor/raça e níveis de renda.

O Indicador 9B, em particular, almeja uma redução de 50% na taxa de analfabetismo funcional até 2024, baseando-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) coletados em 2012. A revisão desses dados é vital para compreender tanto os avanços quanto os desafios enfrentados na área educacional, possibilitando a criação de políticas públicas mais ajustadas para elevar os níveis de alfabetização e diminuir o analfabetismo funcional no Brasil.

A questão do analfabetismo funcional está profundamente entrelaçada com dinâmicas sociais e evidencia a persistente marginalização social, que se manifesta de forma variada pelas diferentes regiões do país. A análise do indicador sugere que, apesar do sucesso das políticas de universalização do ensino fundamental em fornecer habilidades básicas de alfabetização para muitos, uma parcela significativa da população ainda permanece alheia ao acesso garantido à educação básica obrigatória, um legado dos desafios históricos da educação brasileira.

As disparidades regionais são claras e frequentemente abordadas por programas de alfabetização, porém, estes não têm sido suficientes para reduzir significativamente o analfabetismo funcional. Dessa forma, enfrentar estas questões é fundamental para atingir as metas estabelecidas no PNE e para a melhoria contínua da qualidade educacional no país. O

² O Inep produz relatórios de monitoramento das metas e análises dos desafios em diferentes áreas, além de realizar estudos que auxiliam o acompanhamento do plano. Esses relatórios, publicados bianualmente, apresentam resultados atualizados dos indicadores das metas do PNE e suas tendências. Foram publicados relatórios para os ciclos de monitoramento dos biênios 2014-2016 (em 2016), 2018 (em 2018), 2020 (em 2020), 2022 (em 2022) e 2024 (em 2024). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/estudos-educacionais/relatorios-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 29 julho 2024.

monitoramento contínuo dos indicadores 9A e 9B facilita a revisão e o aprimoramento das estratégias de planejamento educacional, considerando a realidade demográfica e socioeconômica da população brasileira.

A meta do Indicador 9A foi atingir 92,1% em 2014, logo no início do período de vigência do PNE. Observa-se que, em 2017, houve um incremento modesto de 0,7% na taxa de alfabetização para a população jovem a partir dos 15 anos. Esse aumento, embora leve, sinaliza uma evolução na alfabetização dessa faixa etária. De acordo com dados da PNAD (2017), as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste exibem taxas de alfabetização acima da média nacional, enquanto o Norte e o Nordeste permanecem abaixo, revelando disparidades regionais significativas no acesso à educação básica.

Tabela 1- Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil – 2012-2017

Indicador	2011	2013	2014	2015	2016	2017
9A	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1

Fonte: PNAD (2017)

Ao analisar a tabela 1, as taxas de alfabetização melhoraram gradativamente em todas as regiões do Brasil, com o Norte e o Nordeste apresentando os maiores desafios. Ainda que haja progresso, as diferenças regionais persistem, o que reforça a necessidade de políticas educacionais mais direcionadas para essas áreas menos favorecidas. A redução na taxa de analfabetismo funcional tem sido lenta desde 2012, com uma queda acumulada de 1,7% até 2016. Apesar do decréscimo, a taxa permanece alta, distante da meta de redução para 9,2%. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam as menores taxas de analfabetismo funcional, em contraste com as regiões Norte e Nordeste, que exibem as maiores taxas.

Quadro 1.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região – 2012-2017.

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	90,4%	90,6%	91,1%	90,9%	91,5%	92,0%
Nordeste	82,9%	83,4%	83,9%	84,3%	85,2%	85,5%
Sudeste	95,2%	95,5%	95,7%	95,9%	96,2%	96,5%
Sul	95,2%	95,6%	96,0%	96,1%	96,4%	96,5%
Centro-Oeste	93,1%	93,6%	93,9%	94,1%	94,3%	94,8%
Brasil	91,4%	91,7%	92,1%	92,3%	92,8%	93,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD, 2017.

A redução na taxa de analfabetismo funcional tem sido lenta desde 2012, com uma queda acumulada de 1,7% até 2016. Apesar do decréscimo, a taxa permanece alta, distante da meta de redução para 9,2%. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam as menores taxas de analfabetismo funcional, em contraste com as regiões Norte e Nordeste, que exibem as maiores taxas.

Tabela 2.

Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade - por Brasil 2012-2016.

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016
9B	18,3	18,1	17,6	17,1	16,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD, 2017.

As disparidades regionais também são evidentes no analfabetismo funcional. O Norte e o Nordeste continuam enfrentando desafios maiores, indicando que os métodos de ensino e as condições de acesso à educação nessas regiões podem estar contribuindo para os resultados inferiores.

Quadro 2.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região 2012-2016.

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	21,9%	21,7%	20,4%	20,1%	20,2%
Nordeste	28,5%	27,8%	27,2%	26,7%	25,9%
Sudeste	13,2%	13,2%	12,7%	12,4%	11,5%
Sul	13,7%	14,1%	13,8%	13,4%	12,8%
Centro-Oeste	16,5%	16,4%	16,1%	14,7%	15,9%
Brasil	18,3%	18,1%	17,6%	17,1%	16,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD, 2017.

A análise dos Indicadores 9A e 9B evidencia uma melhoria gradual na alfabetização e uma redução lenta do analfabetismo funcional, porém, com diferenças regionais marcantes. Esses indicadores servem como uma ferramenta crucial para monitorar o progresso e adaptar estratégias de planejamento educacional, levando em conta a diversidade demográfica e socioeconômica do Brasil. O foco deve permanecer no fortalecimento das políticas de educação nas regiões com desempenho abaixo da média nacional, especialmente o Norte e o Nordeste, para garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos.

É necessário refletir sobre os fatores que contribuem para que regiões com elevadas taxas de alfabetização também apresentem menores índices de analfabetismo funcional. Esse

fenômeno pode estar intimamente ligado à qualidade da formação docente, que transcende o ambiente escolar e se integra à cultura escrita mais ampla.

A prevalência do analfabetismo no Nordeste é particularmente alarmante, excedendo a média nacional em 8,5% e a do Sudeste em 14,4%. Esses dados sugerem a necessidade de revisão das práticas pedagógicas e métodos de ensino, especialmente considerando a variedade de materiais de leitura e interações disponíveis para os estudantes.

Há uma urgência em repensar as estratégias de alfabetização para engajar efetivamente jovens e adultos, promovendo o interesse pela leitura, escrita e competências numéricas. Tais medidas são fundamentais para mitigar disparidades econômicas, sociais e culturais, além de combater diversas formas de discriminação, incluindo as baseadas em etnia, raça, gênero, orientação sexual, necessidades educacionais especiais, idade e outras.

A alfabetização é vital para o progresso da sociedade, uma realidade enfatizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que inclui a taxa de alfabetização como um dos indicadores no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Apesar de sua reconhecida importância, a alfabetização ainda representa um desafio persistente no Brasil. É evidente a necessidade de uma avaliação mais abrangente do Plano Nacional de Educação (PNE) para abordar lacunas persistentes, incluindo a melhoria da infraestrutura escolar, as condições de trabalho dos professores e o desenvolvimento de currículos que verdadeiramente promovam o aprendizado, em vez de focar apenas em resultados quantificáveis.

Destaca-se a importância de não simplesmente multiplicar programas educacionais sem antes avaliar sua eficácia. Além disso, é imperativo realizar um diagnóstico completo da situação da alfabetização no país. Assim, a erradicação do analfabetismo entre jovens a partir de 15 anos requer uma reflexão profunda e a mobilização da sociedade para assegurar igualdade e educação de qualidade, livre de preconceitos relacionados a crenças, gênero ou raça. Acima de tudo, é crucial que os jovens reconheçam o valor de sua presença contínua nas escolas. Portanto, o cumprimento das metas do PNE no contexto da alfabetização continua a ser um desafio significativo.

2.2.1 Comparação os Relatórios do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE de 2022 e do 5º Ciclo de 2024.

Ao comparar os Relatórios do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE de 2022 e do 5º Ciclo de 2024, nota-se uma evolução em alguns aspectos, enquanto outros mostram retrocessos ou

estagnações importantes. Um dos principais avanços entre os relatórios é o aumento nas matrículas na educação profissional técnica de nível médio, especialmente no setor público. O relatório de 2024 aponta que o número de matrículas nessa modalidade aumentou em cerca de 15,5% desde 2013, alcançando mais de 1,8 milhão de matrículas (Inep, 2022, 2024). A meta era triplicar as matrículas até 2024, e embora o ritmo ainda seja inferior ao necessário para atingir a meta, a expansão observada no setor público ultrapassou a meta intermediária de 50%.

No entanto, o fato de o ritmo de crescimento ainda estar aquém do necessário para atingir essa meta integralmente aponta que, embora o setor público tenha ultrapassado a meta intermediária de 50%, desafios permanecem para alcançar o objetivo total. A superação da meta no setor público pode ser vista como um ponto positivo, destacando o papel das políticas públicas na promoção do acesso à educação profissional, mas também ressalta a necessidade de esforços adicionais para garantir que o crescimento total da modalidade atinja o que foi estabelecido no Plano Nacional de Educação. Isso demonstra que, embora haja avanços, a plena realização das metas requer maior atenção e políticas de incentivo continuadas.

Outro avanço se deu na educação infantil, com um aumento progressivo das matrículas de crianças de 4 a 5 anos, o que reflete um esforço contínuo para universalizar o acesso. Em termos de educação inclusiva, também houve progresso nas matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades em classes regulares. No 5º Ciclo, 93,5% dos estudantes com deficiência estavam matriculados em classes comuns (Inep, 2022, 2024).

A menção de que, no 5º Ciclo, 93,5% dos estudantes com deficiência estavam matriculados em classes comuns sugere um avanço importante na implementação de políticas de educação inclusiva. Isso pode ser interpretado como um reflexo de esforços contínuos para garantir que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades tenham acesso ao ensino regular, em vez de serem segregados em instituições ou classes especiais. A inclusão desses alunos em classes comuns não apenas facilita o acesso ao conteúdo educacional no ambiente escolar regular, mas também promove a convivência e a integração social entre todos os estudantes. Esse dado pode, portanto, indicar uma maior adesão ao princípio de inclusão escolar, conforme previsto por políticas públicas e marcos legais, que visam garantir uma educação de qualidade e acessível para todos.

No entanto, o monitoramento aponta desafios que persistem ou se agravaram. A universalização do ensino médio, por exemplo, segue abaixo das expectativas. Em 2021, apenas 74,5% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados ou haviam concluído essa etapa, uma meta distante dos 85% estipulados para 2024. No relatório de 2024, essa situação permanece crítica, especialmente nas regiões Norte e Nordeste (Inep, 2022, 2024).

Esse dado pode indicar que uma parte significativa da população jovem está fora da escola ou não concluiu o ensino médio, o que reflete obstáculos estruturais e sociais para o acesso e a permanência na educação, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as desigualdades são mais acentuadas. Essas áreas enfrentam maiores dificuldades de infraestrutura, recursos educacionais limitados, além de desafios socioeconômicos que afetam a frequência e a conclusão escolar. Essa situação ainda pode sugerir que, embora esforços estejam sendo feitos, há uma necessidade urgente de políticas mais direcionadas e eficazes para alcançar a meta estabelecida, com foco nas regiões mais vulneráveis e na superação de barreiras que impedem o acesso e a conclusão do ensino médio

A alfabetização infantil também apresentou retrocessos. O relatório de 2024 indica que a pandemia impactou negativamente a alfabetização de crianças, com aumentos das desigualdades regionais. Regiões como Norte e Nordeste têm índices de alfabetização significativamente mais baixos em comparação com o Sul e o Sudeste (Inep, 2022, 2024).

Essa observação sobre a alfabetização infantil no relatório de 2024 reflete os impactos profundos que a pandemia de Covid-19 teve no processo de ensino, especialmente na fase crucial da alfabetização. O fechamento prolongado das escolas e a transição para o ensino remoto, em muitos casos, limitaram o acesso de crianças à educação básica, o que pode ter agravado a situação em áreas que já enfrentavam desafios estruturais.

O fato de que as regiões Norte e Nordeste apresentam índices de alfabetização infantil significativamente mais baixos em comparação com o Sul e o Sudeste evidencia a ampliação das desigualdades regionais. Essas disparidades podem estar relacionadas a fatores como menor acesso a recursos tecnológicos, limitações na infraestrutura escolar e condições socioeconômicas mais adversas nessas regiões. Em contrapartida, as regiões Sul e Sudeste, que geralmente têm melhores indicadores socioeconômicos e educacionais, parecem ter enfrentado a crise com menos danos à alfabetização infantil. Assim, essa situação destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes e voltadas para a recuperação dos déficits de

aprendizagem causados pela pandemia, com especial atenção às regiões mais vulneráveis, a fim de reduzir as desigualdades no processo de alfabetização.

O acesso à educação de jovens e adultos (EJA) continua a ser um desafio. Em 2024, as metas de escolarização média e a erradicação do analfabetismo absoluto e funcional ainda estavam longe de serem alcançadas. Em 2021, apenas 2,2% das matrículas da EJA estavam integradas à educação profissional, percentual muito aquém dos 25% previstos no PNE. O impacto da pandemia de Covid-19 foi profundamente sentido na educação básica, interrompendo o avanço de várias metas e acentuando desigualdades educacionais. Ambos os relatórios mencionam que a pandemia prejudicou a coleta de dados, limitou a implementação de políticas educacionais e, principalmente, reverteu o progresso na cobertura educacional, o que exige medidas de recuperação a longo prazo (Inep, 2022, 2024).

Portanto, embora os relatórios indiquem alguns progressos nas metas de acesso à educação e na inclusão de alunos com necessidades especiais, as desigualdades regionais e os impactos da pandemia desaceleraram ou interromperam avanços importantes em outras áreas do Plano Nacional de Educação.

2.3 Desafios e Perspectivas para a Erradicação do Analfabetismo Absoluto no Brasil Até 2024.

A meta é ousada: o Brasil não terá analfabetos até 2024, trazida no âmbito do PNE. Portanto, os desafios relacionados com as políticas são enormes, dado o emaranhado de fatores que atuam a diferentes níveis nas dimensões socioeconômicas e culturais do analfabetismo. Seria impossível empreender qualquer intervenção eficaz sem uma forte consciência das disparidades regionais apresentadas pelo seu território. O Sudeste e o Sul apresentam taxas de alfabetização mais elevadas, enquanto no Norte e no Nordeste o analfabetismo está bem acima das médias nacionais. Pesquisa de Alencar *et al.* (2020) revela que as regiões Norte e Nordeste são territórios mais vulneráveis educacionalmente no Brasil por apresentarem indicadores de conclusão do ensino fundamental significativamente mais baixos do que territórios localizados em outras regiões, como aquelas que o compõem.

Além disso, Haddad (2018) ressalta que as desigualdades regionais no Brasil, que incluem disparidades em riqueza e indicadores sociais, são acompanhadas por grandes diferenças na qualidade da educação e nos resultados educacionais entre as regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste. Essa disparidade não apenas reflete diferenças

socioeconômicas, mas também aponta para a necessidade de políticas educacionais mais direcionadas e robustas que possam efetivamente atender às necessidades dessas regiões menos favorecidas.

A qualidade da educação nas escolas públicas também é um fator crítico que influencia diretamente a taxa de analfabetismo no país (Nunes Junior *et al.*, 2019). Frequentemente, as escolas enfrentam problemas como infraestrutura precária, escassez de recursos didáticos e deficiências na formação de professores. Essas limitações comprometem a capacidade de oferecer um ensino de qualidade e, por consequência, de promover uma alfabetização efetiva entre os estudantes.

Outro desafio significativo é a elevada taxa de evasão escolar, especialmente marcante em comunidades rurais e entre grupos marginalizados (Silva *et al.*, 2023). Muitos jovens se veem obrigados a deixar a escola para trabalhar e sustentar suas famílias, interrompendo seu processo educacional e perpetuando o ciclo de analfabetismo. Esse fenômeno sublinha a importância de criar estratégias que integrem o suporte educacional com medidas de apoio socioeconômico. O número de alunos que abandonaram a escola em 2019 ainda é elevado em todo o país. Silva *et al.*, (2023) informa que os números estão diminuindo, sim, mas ainda são muito preocupantes, pois entre os quase 50 milhões de estudantes com idade entre 14 e 29 anos no país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não concluíram nenhuma etapa do ensino básico porque abandonaram o ensino da escola ou porque nunca frequentaram. Desse total, 71,7% eram negros ou pardos.

A ineficácia das políticas públicas em abordar as necessidades específicas das diversas populações brasileiras é um grande empecilho. O retrocesso nas políticas públicas brasileiras, especialmente nos direitos sociais, ao afirmar que as populações vulneráveis têm sido prejudicadas por políticas que não atendem às suas necessidades específicas (Bellini & Soares, 2019).

O Programa Brasil Quilombola, que busca promover a igualdade racial para comunidades quilombolas e destaca os problemas de políticas efetivas de regularização fundiária e de reconhecimento dos direitos dessas comunidades (Rodrigues, 2010). Os programas de alfabetização existentes muitas vezes não são suficientemente adaptados para atender as particularidades dos adultos e das crianças em diferentes contextos sociais e culturais. Isso evidencia a urgência de desenvolver políticas mais inclusivas e efetivas que possam verdadeiramente atingir e beneficiar todos os segmentos da população.

A erradicação do analfabetismo absoluto no Brasil até 2024 representa um objetivo ambicioso, que requer investimentos significativos e estratégias inovadoras em diversas frentes da educação. O aumento dos recursos destinados à educação é essencial, englobando não só a melhoria da infraestrutura física das escolas, mas também a qualificação dos professores e a disponibilização de materiais didáticos adequados. Esses investimentos são fundamentais para elevar o padrão de qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas. A influência do investimento público na qualidade da educação é argumentada, mesmo que a despesa tenha uma associação com a qualidade, o efeito não é substancial, o que significa que a quantidade de recursos, mas mais importante ainda, a forma como são utilizados é fundamental para melhorar a qualidade da educação (Haddad *et al.*, 2017).

Outro pilar importante são os programas de alfabetização para adultos, que precisam ser cuidadosamente desenhados para atender às particularidades e desafios específicos enfrentados por esse público. A integração da alfabetização com o desenvolvimento de competências proporcionou, e pode proporcionar, oportunidades concretas para melhorar as nossas vidas e entrar no mercado de trabalho. De acordo com Masykur *et al.* (2019), a combinação da formação em competências para a vida com a mentoria de empreendedorismo revela-se eficaz na manutenção das competências de literacia aprendidas em programas de literacia funcional. Esse modelo educacional é fundamental para não perder essas competências, pois faz uso delas no dia a dia, principalmente no contexto de trabalho e geração de renda. Outra investigação enfatizou que a formação profissional em conjunto com o ensino básico é importante para ajudar os trabalhadores a prepararem-se para o mercado, aumentarem os seus meios, competências sociais, técnicas e comportamentais, e aumentarem as suas hipóteses de serem empregáveis (Haviland *et al.*, 2021).

A tecnologia, por sua vez, desempenha um papel importante na expansão do acesso à educação. Plataformas de ensino à distância e recursos educacionais digitais podem ser particularmente úteis para alcançar indivíduos em áreas remotas ou que enfrentam dificuldades para frequentar aulas presenciais (Abildina *et al.*, 2023). A inovação tecnológica permite também a criação de métodos de ensino mais adaptáveis e interativos, que podem ser mais eficazes em engajar os estudantes no processo de aprendizado.

Além disso, as parcerias e colaborações entre governos, organizações não governamentais, o setor privado e as comunidades locais são essenciais para gerar soluções inovadoras e sustentáveis para o problema do analfabetismo (Thun & Manh, 2021). Tais

colaborações podem ampliar o alcance e a eficácia dos programas de alfabetização, além de fornecer recursos adicionais.

Ademais, é preponderante garantir que todas as crianças tenham acesso à educação básica de qualidade desde os primeiros anos escolares. Programas de intervenção precoce podem não apenas prevenir a evasão escolar, mas também assegurar que as crianças desenvolvam habilidades fundamentais de leitura e escrita, criando uma base sólida para o aprendizado contínuo. Essas perspectivas indicam que, apesar dos desafios significativos, existe um caminho viável para a erradicação do analfabetismo absoluto no Brasil. Um compromisso contínuo com políticas públicas eficazes, combinado com investimentos estratégicos e inovação, pode resultar em avanços substanciais, contribuindo para uma transformação social e educacional duradoura.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA PESQUISA

2. Metodologia da Pesquisa

3.1 Delineamento da Pesquisa

3.1.1 Caracterização da pesquisa

Esta dissertação adota a metodologia de revisão de literatura, conforme descrito por Gil (2002), que enfatiza a importância de uma abordagem sistemática na análise de literatura existente para compreender um fenômeno. A pesquisa é de natureza qualitativa, seguindo as diretrizes de Bogdan e Biklen (1994), que defendem a análise qualitativa como uma forma de explorar profundamente os fenômenos sociais. Segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão holística do objeto de estudo, crucial para temas complexos como a alfabetização e o analfabetismo funcional. Assim, esta pesquisa se propõe a sintetizar e analisar criticamente as literaturas existentes, proporcionando uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados na alfabetização inicial no Brasil e suas implicações no analfabetismo funcional.

3.1.2 Contexto da pesquisa

O contexto da pesquisa engloba a revisão de literatura abrangendo estudos acadêmicos, relatórios de instituições de ensino e documentos governamentais que discutem a

alfabetização e o analfabetismo funcional no Brasil. Este enfoque é sustentado por Creswell (2014), que destaca a importância da definição clara do contexto em pesquisas qualitativas. A seleção de materiais se baseia em critérios de relevância e atualidade, conforme sugerido por Flick (2009), para garantir que a pesquisa reflita as tendências e desafios contemporâneos na educação brasileira. A população de estudo, portanto, não se limita a um grupo específico de indivíduos, mas abrange o espectro de conhecimento disponível sobre o tema.

3.1.3 Operacionalização do Quadro de Análise

Na operacionalização do quadro de análise, foi definido “alfabetização” como o processo de aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, seguindo a perspectiva de Soares (1998). O analfabetismo funcional foi entendido, conforme Ribeiro (2003), como a incapacidade de utilizar essas habilidades em contextos cotidianos. Qualidade educacional foi analisada com base no entendimento de Sousa *et al.*, (2011) sobre a eficácia do ensino em desenvolver capacidades críticas e práticas nos alunos. As categorias para análise incluem métodos de ensino, políticas públicas e impactos socioeconômicos, conforme sugerido por Libâneo (2002), com ênfase em como eles influenciam a alfabetização e o analfabetismo funcional.

3.1.4 Técnicas de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias. Isso incluiu a análise de artigos acadêmicos (artigos, monografias, dissertações e teses), relatórios de organizações educacionais e dados disponibilizados por órgãos governamentais. A estratégia de busca envolveu o uso de palavras-chave como "analfabetismo no Brasil", "educação inclusiva", "políticas públicas de alfabetização" e "indicadores educacionais". Foram definidas como bases de dados principais a SciELO, Google Scholar, CAPES e a biblioteca digital do IBGE. O limite temporal para a busca foi de 2018 a 2023, assegurando a relevância e a atualidade das informações coletadas. Essa abordagem, conforme destacado por Severino (2007), permite uma compreensão abrangente do tema através da revisão crítica da literatura existente, garantindo uma análise detalhada e diversificada do fenômeno estudado.

3.1.5 Técnicas de Tratamento e Análise dos Dados

Na fase de tratamento e análise dos dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2009). Esta abordagem envolve a organização, categorização e interpretação dos dados obtidos das fontes secundárias. O processo incluiu a síntese de informações relevantes e a identificação de tendências, padrões e lacunas nas fontes revisadas, permitindo uma compreensão mais profunda das questões em torno da alfabetização e do analfabetismo funcional no contexto brasileiro.

3.1.6 Limitações da Pesquisa

As limitações desta pesquisa incluem o escopo restrito às publicações disponíveis no marco temporal dos últimos 5 anos (2018-2023), o que pode limitar a representatividade e abrangência das conclusões. Além disso, há o potencial viés nas fontes selecionadas, pois a interpretação dos dados depende da perspectiva dos autores dos estudos revisados. Esses fatores devem ser considerados ao interpretar os resultados e conclusões da pesquisa.

3.1.7 Segundo Procedimento de Análise.

Este estudo configura-se como um estudo de caso, cujo objetivo é identificar os atributos e características relacionadas à alfabetização nos anos iniciais, analisando suas causas, consequências e impacto no analfabetismo funcional em Alto Garças. A abordagem metodológica combina análise quantitativa e qualitativa, permitindo uma visão abrangente sobre o problema investigado.

A amostra foi composta por 129 participantes, professores e profissionais da área de educação da rede pública e privada, selecionados por meio de amostragem probabilística estratificada. Esse método foi escolhido para garantir representatividade e abrangência, considerando os diferentes perfis profissionais que atuam na educação municipal, como professores, auxiliares pedagógicos, psicólogos e psicopedagogos. A estratificação levou em conta variáveis como função profissional, tempo de experiência e faixa etária, assegurando que todas as categorias fossem adequadamente representadas. Tal abordagem visa minimizar vieses e aumentar a validade externa do estudo, possibilitando que os resultados sejam generalizáveis ao contexto educacional do município.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, composto por 47 questões, sendo 44 de múltipla escolha na escala *Likert* de 3 e 5 pontos, e 3 questões abertas para exploração qualitativa. O instrumento foi elaborado com base em literatura consolidada, conforme os referenciais de Baburajan *et al.* (2021), e submetido a validação de conteúdo por um painel de especialistas em educação e metodologia. Um pré-teste foi realizado com 10 participantes não pertencentes à amostra final, para garantir clareza, pertinência e confiabilidade das questões.

A coleta foi conduzida entre 1º de setembro de 2024 e 31 de outubro de 2024, utilizando plataformas digitais, como redes sociais e e-mail, devido à sua praticidade e alcance. Reconhecendo possíveis limitações de acesso à internet por parte de alguns participantes, foram disponibilizados dispositivos e locais de acesso gratuitos em escolas e centros educacionais do município, de modo a garantir ampla participação. A participação foi voluntária, mediante consentimento informado, assegurando a confidencialidade das informações coletadas.

Os dados coletados foram sistematizados e analisados com o auxílio de ferramentas e métodos que asseguraram rigor e precisão. Inicialmente, as respostas foram codificadas e organizadas no Microsoft Excel 2023, permitindo a categorização e a visualização preliminar das informações.

As respostas às questões abertas foram submetidas à análise de conteúdo, conforme a metodologia de Bardin (2016), estruturada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Durante a pré-análise, os dados foram organizados e lidos exaustivamente para identificação de temas principais. Na exploração do material, as informações foram codificadas e categorizadas, utilizando núcleos de sentido que orientaram a identificação de padrões temáticos. Na etapa final, os resultados qualitativos foram integrados aos dados quantitativos, permitindo uma análise mais abrangente. Essa abordagem possibilitou compreender como os desafios na alfabetização impactam a formação dos alunos e sua relação com o analfabetismo funcional.

CAPÍTULO IV

4. Apresentação e Análise Dos Dados

4.1. Primeiro Procedimento de Análise

4.1.1 Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) e o Analfabetismo Funcional.

O Instituto Paulo Montenegro, em parceria com a ONG Ação Educativa e o Ibope Inteligência, conduz estudos anuais sobre a alfabetização funcional no Brasil. O Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF), desenvolvido por essas instituições, avalia as habilidades de leitura, escrita e matemática de brasileiros entre 15 e 64 anos, focando em sua aplicação no cotidiano. O estudo classifica os analfabetos funcionais em duas categorias: absolutos, que enfrentam dificuldades extremas, como a leitura de palavras ou números telefônicos, e rudimentares, que têm desafios em compreender ironias em textos e realizar cálculos simples (INAF, 2018). No contexto do estado de Mato Grosso, o INAF reflete as dificuldades enfrentadas para alcançar índices satisfatórios de alfabetização funcional, sendo um reflexo das disparidades regionais observadas no país.

O analfabetismo funcional é caracterizado pela dificuldade em utilizar habilidades básicas de leitura, escrita e cálculos matemáticos em situações cotidianas, mesmo quando a pessoa é capaz de reconhecer letras e números. Esse fenômeno vai além do conhecimento básico do alfabeto, abrangendo a capacidade de compreender e aplicar essas informações em contextos práticos, como a interpretação de textos e a execução de operações matemáticas básicas.

Em Mato Grosso, o analfabetismo funcional persiste como um desafio, mesmo com esforços de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade da educação. Dados oficiais sobre o estado indicam que a educação básica ainda enfrenta obstáculos significativos, incluindo infraestrutura insuficiente, carência de professores qualificados e disparidades no acesso à educação em áreas urbanas e rurais.

No município de Alto Garças, iniciativas como o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025), instituído pela Lei Ordinária nº 1.033/2015, refletem os esforços locais para mitigar os índices de analfabetismo funcional. O PME prevê estratégias de inclusão, qualificação do ensino e formação docente como mecanismos para reduzir desigualdades educacionais (Alto Garças, 2015). Embora o INAF não apresente dados específicos para Alto

Garças, as metas estabelecidas no plano municipal estão alinhadas com a redução das lacunas educacionais, especialmente no combate ao analfabetismo funcional.

Araújo (2022) enfatiza a gravidade do analfabetismo funcional e suas consequências muitas vezes negligenciadas. Indivíduos que, embora alfabetizados de forma técnica, não conseguem compreender e interpretar plenamente textos escritos, enfrentam desafios significativos em suas vidas diárias. Essa limitação pode dificultar a participação ativa na sociedade, restringindo o acesso a diversas oportunidades e comprometendo a realização de atividades cotidianas. A Unesco (2017) reforça que o analfabetismo funcional ocorre quando a pessoa é capaz de assinar seu nome e ler palavras ou frases simples, mas não possui a capacidade de interpretar textos ou utilizar a leitura e a escrita de forma eficaz para o desenvolvimento pessoal e para atender às demandas sociais.

O combate ao analfabetismo funcional no Brasil é um reflexo das desigualdades socioeconômicas e educacionais presentes em estados como Mato Grosso, onde o desafio é amplificado por disparidades regionais e limitações de acesso à educação de qualidade. No contexto estadual, superar essas barreiras exige não apenas a aplicação de políticas públicas, mas também ações integradas que priorizem a qualificação do ensino, a formação continuada de professores e a implementação de programas de alfabetização voltados a diferentes faixas etárias.

O Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) classifica a alfabetização no Brasil em quatro níveis: analfabetismo, analfabetismo rudimentar, alfabetismo básico e alfabetismo pleno, com os dois primeiros representando analfabetos funcionais e os demais funcionalmente alfabetizados, alfabetismo em nível básico e alfabetismo em nível pleno, sendo os dois últimos considerados como funcionalmente alfabetizados. Em 2018, o INAF apontou que 71% dos brasileiros se enquadravam como funcionalmente alfabetizados. Embora os dados mostrem uma lenta redução no número de analfabetos funcionais ao longo dos últimos 22 anos, esses números ainda refletem um cenário preocupante. A persistência do analfabetismo funcional representa um desafio contínuo para o desenvolvimento nacional (INAF, 2018). O mesmo instituto apontou que no Mato Grosso, quase 20% da população de 15 anos ou mais era analfabeta funcional, o pior índice do Centro-Oeste.

Desde a sua primeira edição, em 2001, o INAF tem desempenhado um papel fundamental na avaliação do alfabetismo e analfabetismo funcional no Brasil. Ao longo de 17 anos, o indicador evoluiu de maneira constante, refinando suas metodologias e apresentando

dados que revelam a realidade educacional do país. Esse aprimoramento metodológico é essencial para compreender as complexidades da alfabetização no Brasil e para direcionar políticas públicas mais eficazes.

O INAF coleta dados em cada edição da pesquisa a partir de uma amostra representativa de 2.002 brasileiros, com idades entre 15 e 65 anos, abrangendo tanto áreas urbanas quanto rurais de todas as regiões do país. Para melhorar a análise dos dados, a Prova Brasil, desde 2015, adotou cinco níveis de proficiência, os quais podem ser agregados em duas ou três categorias, facilitando assim a interpretação dos resultados. Esse ajuste metodológico é ilustrado no infográfico que detalha a metodologia empregada, demonstrando o esforço contínuo em refinar as ferramentas de avaliação para proporcionar uma visão mais clara e precisa da alfabetização no Brasil.

Figura 1.
Infográfico dos níveis da escala de proficiência.



Fonte: Indicador de Alfabetismo Funcional. INAF, 2018.

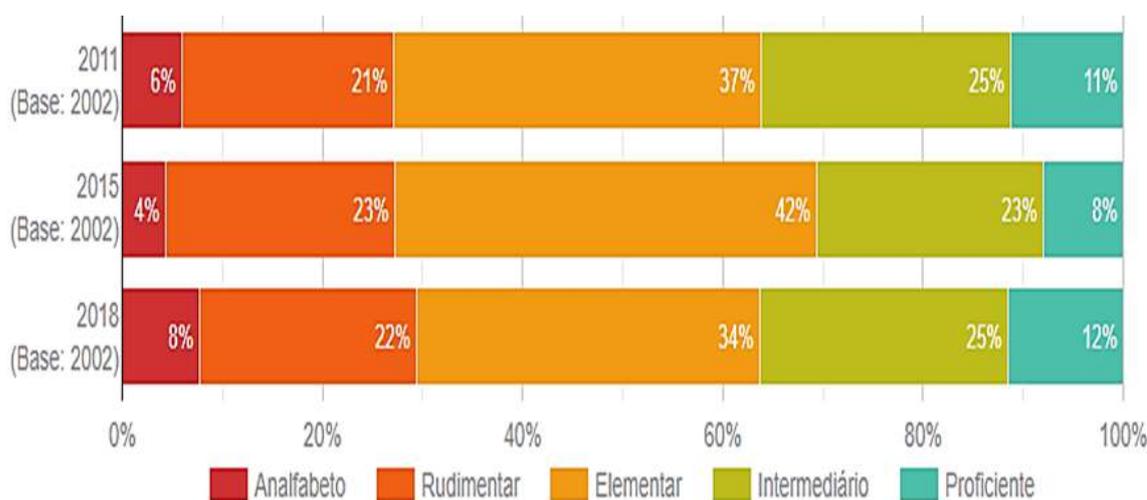
O INAF divulga os resultados da alfabetização em três níveis principais, começando pelo analfabetismo funcional, que abrange os níveis analfabeto e rudimentar. Em contraste, o alfabetismo consolidado compreende os níveis intermediário e proficiente. Entre esses extremos, encontra-se o alfabetismo de nível elementar, que representa a maior proporção (34%) da faixa etária estudada. Embora esses indivíduos não sejam classificados como analfabetos funcionais, ainda enfrentam limitações significativas em suas habilidades. A divisão em três níveis permite uma análise mais detalhada de subgrupos populacionais, considerando fatores como sexo, idade e escolaridade.

Na análise de dois níveis, o INAF agrupa os níveis analfabeto e rudimentar como analfabetos funcionais, enquanto os níveis elementar, intermediário e proficiente são

considerados funcionalmente alfabetizados. Essa categorização simplificada facilita a compreensão dos diferentes graus de proficiência, destacando as habilidades progressivamente mais complexas que cada nível envolve. Além disso, o INAF fornece resultados detalhados por categorias e subgrupos populacionais, o que permite uma compreensão mais profunda da distribuição da alfabetização no Brasil.

A figura 2 do relatório exhibe a evolução dos níveis de proficiência ao longo do tempo, com comparações entre os anos de 2011, 2015 e 2018. Essa análise temporal evidencia as mudanças na alfabetização funcional no país, oferecendo uma perspectiva sobre os progressos alcançados e os desafios ainda presentes.

Figura 2.
Evolução dos níveis de proficiência.



Fonte: Indicador de Alfabetismo Funcional. INAF, 2018

Os desafios associados ao analfabetismo funcional em Alto Garças tornam-se evidentes por meio de seus indicadores educacionais. De acordo com dados do QEdU, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023 para os anos finais do ensino fundamental foi de 4,5, abaixo da meta projetada de 5,2. Esse resultado sugere a necessidade de aprimorar a qualidade do ensino oferecido. Além disso, a taxa de distorção idade-série, que indica o percentual de alunos com atraso escolar de dois anos ou mais, apresentou uma redução nos últimos anos, passando de 29% em 2006 para 11,5% em 2023 (QEdU, 2023).

Essa redução aponta avanços, embora persista um contingente de estudantes em atraso escolar, o que sugere a urgência de acompanhar o progresso individual e oferecer suporte

pedagógico adequado. A análise desses dados evidencia que, em Alto Garças, é imprescindível investir na formação continuada de professores, visando aprimorar as práticas pedagógicas e atender às necessidades específicas dos alunos. Além disso, o fortalecimento de programas de alfabetização direcionados a adultos e a implementação de estratégias que considerem as particularidades de grupos vulneráveis são fundamentais para promover a inclusão educacional e social no município.

Por fim, ressalta que o êxito no enfrentamento do analfabetismo funcional em Alto Garças depende de esforços conjuntos entre a comunidade, os gestores e os educadores. Ao vincular a formação docente às demandas dos estudantes e fortalecer programas de alfabetização para adultos, torna-se possível assegurar melhores oportunidades acadêmicas e sociais. Desse modo, que somente uma ação integrada, aliada ao planejamento cuidadoso de metas educacionais, poderá reverter o quadro de analfabetismo funcional no município.

4.1.2 Consequências do Analfabetismo Funcional em Alto Garças.

O município de Alto Garças, em Mato Grosso, enfrenta desafios que tornam o analfabetismo funcional uma preocupação constante, visto que limita a capacidade de muitas pessoas participarem ativamente da comunidade. Nesse contexto, indivíduos com lacunas no domínio pleno da leitura e da escrita encontram obstáculos em atividades cotidianas, como interpretar receitas médicas e sinais de trânsito, bem como preencher documentos básicos (Souza *et al.*, 2023; Matos *et al.*, 2021). Essas dificuldades resultam em maior dependência de terceiros para resolver situações simples, situação que reforça a vulnerabilidade social de quem vive nessa condição (Ottaviani, 2021).

A questão laboral em Alto Garças é afetada pelo analfabetismo funcional, pois trabalhadores sem competência para compreender documentos, manuais e instruções permanecem restritos a posições de baixa remuneração. Essa realidade perpetua ciclos de pobreza e exclui parcela da população de melhores oportunidades (Villatore, 2021). A carência de qualificação atinge tanto a renda familiar quanto o desenvolvimento local, revelando que o domínio da leitura e da escrita está diretamente ligado ao crescimento econômico do município.

O acesso à saúde também sofre impacto diante do analfabetismo funcional. Pessoas que não compreendem informações médicas tendem a falhar no seguimento de prescrições e orientações, acarretando complicações clínicas e custos elevados em atendimentos (Oliveira

et al., 2021). Em comunidades de baixa renda de Alto Garças, esse problema se agrava e realça desigualdades na assistência em saúde, uma vez que a falta de leitura e escrita atrapalha o entendimento de procedimentos básicos e a prevenção de doenças.

A perpetuação do analfabetismo funcional ao longo das gerações é outro ponto a ser observado no cenário de Alto Garças. Pais com pouca familiaridade com a leitura e a escrita encontram obstáculos para acompanhar a vida escolar dos filhos, o que pode comprometer o desempenho acadêmico e favorecer o abandono escolar (Lima *et al.*, 2022). Essa realidade estabelece um ciclo de desvantagem educacional que se repete sem ações específicas que estimulem melhorias na alfabetização das famílias.

Alguns programas de alfabetização para adultos promovidos em regiões com características semelhantes às de Alto Garças têm mostrado resultados positivos, pois muitos participantes relatam elevação da autoconfiança e aquisição de competências práticas (Harmbach & Santos, 2023). Esses avanços, no entanto, dependem da solidez das iniciativas, do engajamento dos aprendizes e do suporte pedagógico após o período de alfabetização. Quando esses fatores são considerados, a inclusão social ganha força e abre novas possibilidades no mercado de trabalho.

A formação escolar desde as etapas iniciais demonstra relevância para reduzir o analfabetismo funcional, pois abrange desenvolvimento intelectual, social e motor (Amaral, 2019). No convívio escolar, as crianças aprendem a conviver e cooperar, assimilando valores que as tornam aptas a participar da vida comunitária. Esse compromisso com a educação infantil e o ensino médio prepara bases que podem interromper a sucessão de dificuldades na leitura e escrita (Araújo, 2018).

Em Alto Garças, o domínio da leitura e da escrita influi diretamente na qualidade de vida, já que a aptidão para ler e interpretar textos se reflete em decisões cotidianas, no exercício da cidadania, no desenvolvimento familiar e na autoestima (Santos & Sobrinho, 2021). A deficiência no sistema educacional nacional agrava tais limitações, inclusive em nível superior, demonstrando que possuir um diploma nem sempre assegura competências adequadas (Winck, 2019). Essa lacuna impede a ascensão social e fomenta a desigualdade.

A falta de domínio pleno das letras, segundo Tavares (2018), expõe os analfabetos funcionais a situações de fraude e abuso, pois muitos não compreendem contratos ou termos legais. Essa condição se manifesta ainda na vida familiar, dificultando o apoio aos filhos no ambiente escolar e afetando o desenvolvimento integral das crianças (Moreira; Silva, 2020;

Beserra et al., 2021). Além disso, a sensação de estigma e a baixa autoestima alimentam o isolamento social (Cruz, 2021), o que reforça a importância de programas que ofereçam acesso a aprendizado efetivo e contínuo.

Para reverter esse quadro em Alto Garças, iniciativas que envolvam alfabetização de qualidade, projetos de educação continuada e treinamentos profissionais mostram-se relevantes para diminuir as disparidades existentes. Tais esforços se tornam ainda mais urgentes quando se percebe que as limitações na leitura e na escrita reduzem a participação cívica e ampliam a distância entre grupos mais e menos favorecidos (Winck, 2019). Ao integrar essas iniciativas a políticas públicas consistentes, pode-se promover uma sociedade mais justa e com oportunidades ampliadas para todos.

4.1.3 Principais Causas Do Analfabetismo Funcional em Alto Garças.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos indica que há mais de 960 milhões de adultos analfabetos ao redor do mundo, apontando que mais de um terço da população global permanece sem acesso a materiais e tecnologias impressas que poderiam melhorar suas condições de vida e adaptar-se às transformações sociais e culturais (Unesco, 2018). Esse contexto afeta tanto os países industrializados quanto outros em desenvolvimento, evidenciando lacunas na formação leitora e escritora que prejudicam o crescimento individual e coletivo.

No âmbito brasileiro, a desigualdade na distribuição de renda repercute no setor educacional, criando barreiras ao acesso pleno a uma formação de qualidade (Sousa & Gonçalves, 2021). Contudo, não se deve recorrer a explicações simplistas que responsabilizam a pobreza ou problemas familiares, como desestruturação do lar, pelo insucesso escolar de forma generalizada (Novaes *et al.*, 2020). A superação dessa realidade demanda abordagens que considerem fatores múltiplos e integrados.

A disparidade socioeconômica aparece entre as causas mais recorrentes do analfabetismo funcional no país. Famílias de baixa renda enfrentam limitação de recursos educativos, carência de materiais didáticos e problemas de infraestrutura em escolas públicas. A ausência de professores capacitados em áreas socialmente fragilizadas agrava esse quadro, restringindo o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita.

Algumas camadas privilegiadas mantêm hábitos que ampliam experiências culturais, como viagens frequentes e acesso a materiais de leitura (Silva, 2018). Paralelamente, tendem

a investir em escolas com propostas mais estruturadas e avaliações rigorosas (Barreto et al., 2019). Essas famílias costumam cobrar altos padrões de desempenho acadêmico, pois reconhecem na educação um instrumento de crescimento e ampliação de oportunidades futuras.

Ana *et al.*, (2019) assinalam que parte do insucesso escolar está vinculada às abordagens de alfabetização adotadas ao longo das últimas décadas. O foco excessivo na função social da leitura e da escrita, sem uma visão plena do processo de alfabetização, gerou lacunas na consolidação do código linguístico. Em consequência, muitos estudantes passam pelos anos iniciais sem adquirir competências fundamentais de leitura, o que dificulta sua progressão escolar.

Algumas escolas com recursos adequados e corpo docente mais bem preparado alcançam menores índices de analfabetismo funcional, o que revela a importância de investimentos constantes no ensino básico. Ao mesmo tempo, observa-se que o tamanho das turmas, a remuneração dos educadores e a formação contínua influenciam a eficácia dos métodos adotados em sala de aula (Marques & Godoy, 2020; Basílio, 2020). Sem esses fatores, as dificuldades tendem a se perpetuar, prejudicando gerações de alunos.

A ausência de metodologias que promovam a alfabetização de modo estruturado levou a sucessivos fracassos, evidenciados por índices como o do INAF 2018, segundo o qual apenas 15% dos alunos da 5ª à 8ª série podem ser considerados plenamente alfabetizados. Essa situação demonstra que muitas crianças chegam ao segundo ciclo do Ensino Fundamental sem capacidade leitora consolidada, mesmo após anos de escolarização (INAF, 2018).

Várias tentativas de corrigir tais problemas resultaram em propostas fragmentadas, que descartaram conteúdos tidos como ultrapassados, como o estudo sistemático das letras, das sílabas e das palavras (Melo, 2019). Abdelkarem (2019) aponta que esse equívoco culminou na supressão de conhecimentos essenciais ao entendimento do código escrito, agravando o desafio para alunos e professores, especialmente em escolas com poucos recursos pedagógicos.

O método sociolinguístico, proposto por Mendonça e Mendonça (2007), sugere uma organização mais clara do trabalho docente, privilegiando o diálogo em sala de aula e detalhando o processo de codificação e decodificação da língua. Pesquisas comparativas realizadas em 2006 e 2008 mostraram resultados expressivos ao aplicar essa metodologia

(Santos & Santos, 2019; Rangel, 2021). Quando bem executada, a alfabetização demonstrou ganhos notáveis, especialmente para crianças em fase inicial de aprendizagem.

A formação de professores e a recuperação de jovens e adultos que já deixaram o sistema escolar figuram como tarefas desafiadoras (Lima, 2021). Muitos programas de alfabetização apresentam materiais voltados a alunos que já possuem algum domínio leitor, sem oferecer suporte àqueles que ainda desconhecem o funcionamento das letras ou a composição das sílabas. Ademais, questões culturais e socioeconômicas, como a desvalorização da educação formal em algumas áreas e a necessidade de trabalho precoce, tornam a evasão escolar um problema constante.

A pandemia de Covid-19 realçou a fragilidade do ensino remoto em comunidades carentes, onde a falta de acesso à internet ampliou as lacunas educacionais. Esse cenário acentua a urgência de estratégias de ensino que atendam às diferentes realidades regionais e fomentem a participação ativa das comunidades locais. Na ausência de políticas públicas bem direcionadas, programas de alfabetização para adultos tendem a apresentar índices tímidos de adesão e continuidade, mesmo onde há maior interesse em combater o analfabetismo funcional.

A busca por soluções passa pela cooperação entre governo, iniciativa privada e sociedade civil, com foco na melhoria da infraestrutura escolar, na valorização do magistério e na formulação de estratégias que integrem as realidades das famílias. Medidas de apoio, como a redução do número de estudantes por sala de aula, a remuneração mais justa dos docentes e a disponibilização de formação continuada, podem criar ambientes propícios à alfabetização de crianças, jovens e adultos.

A erradicação do analfabetismo funcional configura um compromisso que extrapola a mera presença dos alunos na escola. A garantia de que cada estudante saia apto a ler e escrever depende da seleção criteriosa de metodologias, da implementação de políticas efetivas e do fortalecimento do papel docente (Prioste, 2020). Ao unir esforços, a sociedade brasileira ganha a oportunidade de edificar um futuro no qual todos tenham condições de participar plenamente da vida social, econômica e política, reduzindo as desigualdades históricas que afetam tantas comunidades.

No município de Alto Garças, observam-se traços do cenário descrito por Unesco (2018) e outros autores, pois a desigualdade socioeconômica tem impacto direto na qualidade da formação escolar. Famílias de baixa renda, ao enfrentar limitações de recursos e

infraestrutura inadequada nas escolas, veem seus filhos progredirem sem o domínio adequado de leitura e escrita. A carência de políticas públicas consistentes e a adoção de metodologias de alfabetização pouco efetivas podem agravar o quadro, fazendo com que o aprendizado das crianças não acompanhe o que seria esperado nos anos iniciais de escolaridade (Melo, 2019; Ana *et al.*, 2019). Nesse contexto, o domínio do código linguístico permanece frágil, e isso repercute na vida adulta, dificultando a inserção no mercado de trabalho e a participação ativa na comunidade.

Em programas voltados à alfabetização de jovens e adultos, há relatos de necessidades semelhantes às descritas em pesquisas nacionais, como a falta de materiais adequados para quem inicia o contato com as letras na idade adulta (Lima, 2021). Esse panorama dialoga com o que Barreto *et al.* (2019), apontam em relação ao papel das famílias mais estruturadas, que exigem melhores resultados dos filhos e investem em escolas bem equipadas. Já em Alto Garças, muitas vezes, faltam estímulos suficientes, o que reforça a importância de formar professores, reduzir o número de alunos em sala e avaliar currículos para garantir uma aprendizagem sólida (Marques & Godoy, 2020; Basílio, 2020). Dessa forma, busca-se evitar que os estudantes percorram anos de escolarização sem conquistar a proficiência leitora e escritora que os habilita a evoluir pessoal e profissionalmente.

4.1.4 Alfabetização: Um Direito Essencial ao Exercício da Cidadania.

No município de Alto Garças, em Mato Grosso, a alfabetização e a busca pela plena proficiência leitora e escritora apresentam desafios que remontam às disparidades socioeconômicas e à insuficiência de políticas educacionais abrangentes. Apesar da expansão do acesso ao ensino, muitos alunos ainda não desenvolvem as habilidades essenciais para ler e escrever de maneira consistente, o que afeta o desempenho acadêmico e limita a autonomia individual. Nesse contexto, a alfabetização torna-se um direito incontornável para a participação cidadã, pois permite que cada pessoa compreenda documentos, expresse suas ideias e encontre oportunidades de crescimento tanto pessoal quanto profissional (Sousa, 2021).

Em Alto Garças, a construção de uma educação mais inclusiva depende de medidas como a melhoria da infraestrutura escolar, a formação continuada de docentes e a adoção de abordagens pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada estudante. Assim como ocorre em outras regiões do país, programas de reforço escolar, bibliotecas comunitárias

e iniciativas de engajamento familiar podem fortalecer o apreço pela leitura e escrita. Esses recursos, aliados à adoção de tecnologias educacionais, facilitam a personalização do aprendizado, tornando-o mais atrativo e significativo para crianças e jovens locais.

Além disso, a oferta de formação especializada para professores de alfabetização contribui para o aprimoramento das práticas em sala de aula, o que inclui abordar a oralidade e a variante popular da língua, mostrando aos estudantes que há diferentes usos do português e orientando-os sobre como manejar o padrão formal (Nascimento & Brun, 2018; Ferrari, 2021). Em Alto Garças, essa preocupação ganha relevo, pois o domínio da norma culta amplia as perspectivas acadêmicas e profissionais dos alunos, fortalecendo vínculos com o mercado de trabalho e a participação ativa na vida cívica do município.

A valorização do professor é outro ponto que repercute na qualidade do ensino. Remuneração adequada, condições dignas de trabalho e oportunidade de aperfeiçoamento constante dão respaldo ao educador, que enfrenta desafios como salas numerosas e realidades familiares diversas (Souza, 2019; Veiga et al., 2018). Para alcançar melhores resultados em Alto Garças, faz-se necessário articular políticas públicas que garantam apoio técnico e pedagógico, de modo a reduzir a evasão escolar e favorecer a formação de turmas com número de alunos condizente com a atenção que cada um necessita.

Nesse sentido, a alfabetização emerge como pilar básico, pois possibilita o acesso a conhecimentos mais avançados nos anos seguintes. Em comunidades onde o índice de desenvolvimento é limitado, o investimento na leitura e escrita consolida a cidadania e o desenvolvimento social, considerando que o domínio pleno das letras se relaciona diretamente com a capacidade de exercer direitos, compreender políticas públicas e interagir de forma produtiva no tecido social (Covaleski & Cardoso, 2021; Moura, 2024). Entretanto, a realidade educacional em Alto Garças, assim como em boa parte do país, não se restringe apenas à sala de aula. É necessário envolver famílias, poder público e a própria comunidade em iniciativas que promovam um ambiente escolar de qualidade. A universalização do ensino fundamental é louvável, mas requer metodologias que acompanhem a evolução de cada aluno, inclusive quando estes apresentam dificuldades específicas (Vidal & Rabelo, 2019). Ao atender essas particularidades, cria-se uma escola inclusiva que não subestima nenhum aprendiz, mas oferece o suporte necessário para que todos alcancem altos níveis de competência leitora e escritora.

Assim, a alfabetização em Alto Garças representa um direito indispensável ao exercício da cidadania, conferindo voz a indivíduos que, sem domínio da língua, ficariam à margem das decisões de sua coletividade. Ao priorizar investimentos e revisões nos currículos de formação docente, ao aprimorar infraestrutura e metodologias pedagógicas e ao valorizar o professor, constrói-se uma trajetória educacional capaz de tornar o município mais coeso, participativo e alinhado com as exigências de um mundo em constante transformação.

4.1.5 Reflexos do Analfabetismo Funcional no Mato Grosso e por consequência em Alto Garças.

A alfabetização constitui um direito fundamental ao pleno exercício da cidadania, pois habilita indivíduos a participarem das decisões em sua comunidade e amplia as possibilidades de desenvolvimento pessoal (Sousa, 2021). Em Alto Garças, município localizado em Mato Grosso, as condições de ensino precisam ser observadas sob o prisma da desigualdade de renda, das lacunas na formação de professores e da inadequação das políticas públicas que visam à melhoria dos processos de leitura e escrita. Quando o domínio da linguagem não é assegurado, observa-se o surgimento de adultos que, embora conheçam letras e números, encontram dificuldade em interpretar textos e organizar ideias de modo coerente (Barbosa et al., 2023; Andrade, 2019).

A realidade educacional de Alto Garças, assim como em outras regiões do estado, requer iniciativas integradas para reforçar a qualidade da alfabetização logo nos primeiros anos de escolaridade. Essas ações incluem a revisão dos currículos, o investimento na capacitação de professores e a manutenção de ambientes de aprendizagem bem estruturados, sobretudo em áreas com recursos escassos. Um olhar atento aos índices de analfabetismo funcional indica que muitos estudantes concluem etapas de ensino sem possuir as competências necessárias para compreender o conteúdo que leem ou escrevem (Carvalho, 2019; Cunha, 2018).

Além disso, programas de leitura e escrita voltados tanto para crianças quanto para jovens e adultos necessitam de estratégias de incentivo que envolvam a comunidade local e o setor privado (Oliveira, 2020). Iniciativas como bibliotecas comunitárias, círculos de estudo e projetos itinerantes podem despertar o interesse pela leitura desde a infância, combatendo o abandono escolar e favorecendo o protagonismo estudantil. Em Alto Garças, integrar tais

propostas ao cotidiano escolar contribui para criar uma rede de suporte à alfabetização e despertar o senso de colaboração entre famílias, voluntários e gestores municipais.

Nesse processo, é fundamental direcionar esforços para a formação continuada dos docentes, fornecendo-lhes as ferramentas para identificar e suprir deficiências apresentadas pelos alunos em sala de aula (Menezes, 2020; Oliveira & Pereira, 2020). A adoção de políticas educacionais que reforcem o acompanhamento pedagógico e estabeleçam metas claras de melhoria na leitura e escrita constitui um passo decisivo para reduzir os índices de analfabetismo funcional. Em comunidades que vivenciam grandes distâncias entre zonas rurais e áreas urbanas, as soluções devem ser adaptadas à realidade local, considerando estratégias como turmas multisseriadas ou ensino semipresencial.

Em Alto Garças, assim como em outras regiões de Mato Grosso, a superação do analfabetismo funcional não se resume ao acesso à escola ou à matrícula de crianças e adolescentes. Demanda, igualmente, o aprimoramento da qualidade do ensino, a atenção à estrutura física das unidades escolares e a adoção de métodos mais eficazes de ensino-aprendizagem (Sarceño, 2018; Araújo, 2022). Observa-se que muitos jovens, embora contem com ampla oferta de informação pela internet e pelos recursos audiovisuais, carecem de orientação sistemática para desenvolver raciocínio crítico, leitura fluente e expressão escrita coesa (Boas et al., 2019).

Diante dessa conjuntura, a educação em Alto Garças deve almejar não apenas índices de matrícula, mas também o fortalecimento da leitura e da escrita como motores de crescimento intelectual e inclusão social (Capra & Ferreira, 2023; Silva, 2023). Mobilizar parcerias entre prefeituras, universidades e empresas locais pode favorecer um ambiente formativo mais dinâmico, no qual as práticas pedagógicas sejam ajustadas continuamente. Tal esforço viabiliza o surgimento de pessoas mais preparadas para concorrer a vagas universitárias, atuar no mercado de trabalho e exercer plenamente a cidadania.

Portanto, ao reconhecer a alfabetização como direito fundamental à vida comunitária, espera-se que Alto Garças, ao lado de outras regiões mato-grossenses, implemente políticas eficazes e sustentadas, assegurando que os estudantes de hoje sejam os cidadãos reflexivos de amanhã. O investimento na capacitação de professores, a oferta de materiais didáticos adequados e a criação de uma cultura de valorização da leitura representam caminhos viáveis para abrir horizontes de conhecimento. Assim, cada habitante do município poderá acessar

oportunidades que dependem do domínio da língua, exercitando a cidadania em sua totalidade.

A realidade de Alto Garças indica que o enfrentamento do analfabetismo funcional se relaciona a um conjunto mais amplo de intervenções, que abrangem aspectos estruturais e pedagógicos. Medidas como a redução do número de alunos por classe, o fortalecimento de programas de alfabetização de jovens e adultos e o incentivo à participação das famílias no processo educativo podem colaborar de forma decisiva para a melhoria dos indicadores. Além disso, o envolvimento das lideranças locais e o estabelecimento de políticas educacionais de longo prazo são iniciativas promissoras, pois ajudam a alinhar recursos e metas de maneira mais consistente.

Outro ponto significativo é a observação das condições de trabalho dos docentes, já que a saúde mental dos professores e o reconhecimento profissional afetam diretamente a qualidade das práticas em sala de aula. Quando se criam condições favoráveis para o exercício do magistério, os docentes têm mais disponibilidade para acompanhar de perto o desenvolvimento dos alunos, o que potencializa a autonomia leitora e escritora.

Para um município como Alto Garças, o diálogo entre o poder público, a comunidade escolar e agentes privados é parte do caminho rumo ao fortalecimento da alfabetização enquanto instrumento de emancipação individual e social. Assim, ao adotar políticas abrangentes de formação continuada, atualizar metodologias e promover a integração das famílias, a educação local pode assegurar que as habilidades de leitura, escrita e compreensão sejam cultivadas desde os primeiros anos, garantindo a todos a oportunidade de participar plenamente da vida em sociedade.

4.2 Segundo procedimento de Análise – Estudo de Caso.

4.2.1 Perfil Sociodemográfico da pesquisa.

A análise do perfil sociodemográfico dos participantes revela que a faixa etária predominante é de 40 a 49 anos (39,32%), seguida por 50 a 59 anos (21,37%) e 30 a 39 anos (18,80%). Os mais jovens, com 18 a 29 anos, representam 11,97%, enquanto as faixas etárias de menos de 18 anos e 60 anos ou mais correspondem cada uma a 4,27% dos respondentes. Em relação ao nível de escolaridade, a maior parte possui especialização (24,79%), enquanto outros 19,66% também relataram ter especialização, porém com pequenas variações no termo.

As graduações completas aparecem em menores proporções, como "Ensino Superior completo" (6,84%) e "Ensino Superior (Graduação) completo" (5,13%).

4.2.1 Análise Descritiva dos Dados da Pesquisa.

Para compreender as implicações do analfabetismo funcional, foi solicitado aos participantes que compartilhassem suas vivências a partir de quatro perguntas direcionadas. A primeira indagação visou captar experiências pessoais de dificuldade, perguntando se em algum momento eles já se sentiram desafiados ao tentar entender ou interpretar um tipo específico de texto. Essa questão explora as barreiras individuais na interpretação textual, permitindo identificar como e em quais contextos essas dificuldades se manifestam.

A segunda pergunta buscou aprofundar essa reflexão ao questionar os participantes sobre as situações em que percebem maior dificuldade na compreensão de textos. Esse ponto revela as condições ou temas que podem acentuar as limitações interpretativas, evidenciando os cenários específicos que agravam o problema e apontando possíveis lacunas na alfabetização. O terceiro questionamento convidou os participantes a refletirem sobre sua convivência com pessoas consideradas analfabetas funcionais, explorando se conhecem alguém que, mesmo enfrentando tais limitações, consegue viver na sociedade em condições semelhantes às demais pessoas. Essa questão busca iluminar a realidade social e as estratégias que esses indivíduos desenvolvem para se adaptarem e sobreviverem no ambiente coletivo.

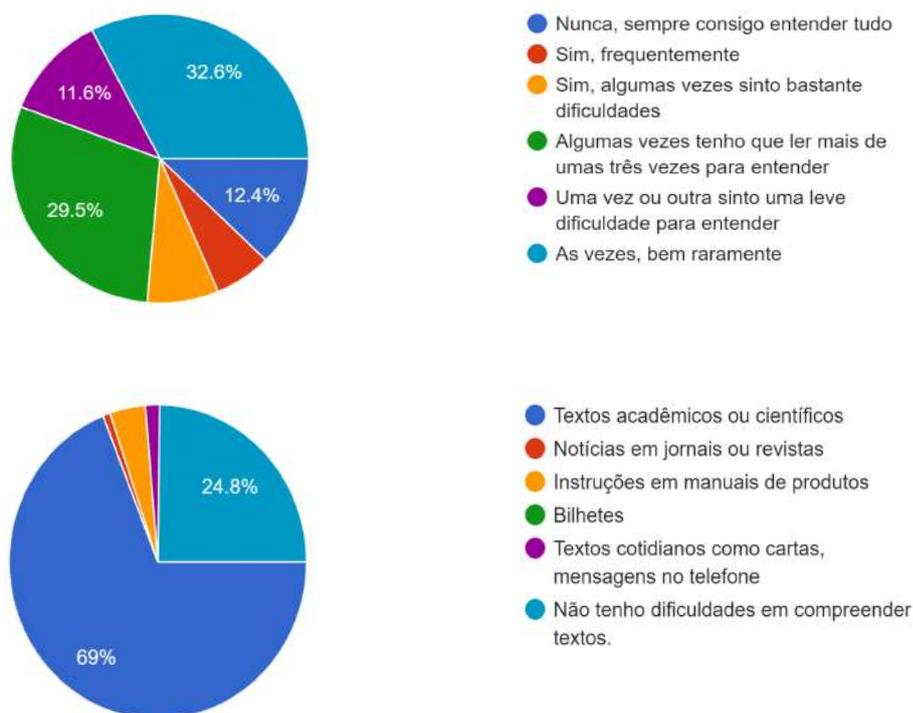
Por fim, a última pergunta abordou a percepção sobre o impacto do analfabetismo funcional na vida das pessoas. Essa questão pretende entender se os participantes enxergam consequências significativas dessa limitação em aspectos cotidianos, sociais e econômicos, buscando uma visão abrangente dos efeitos desse fenômeno na qualidade de vida e na inclusão social.

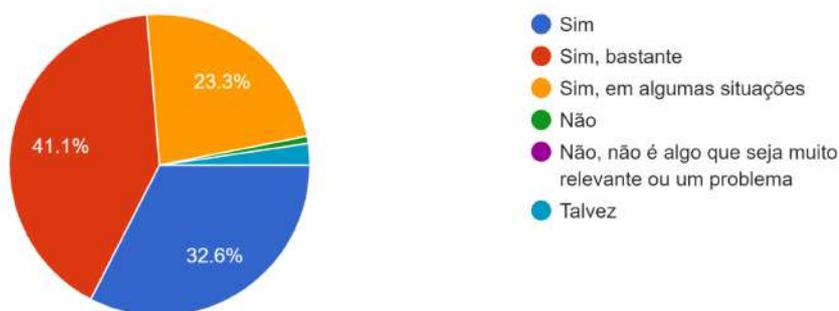
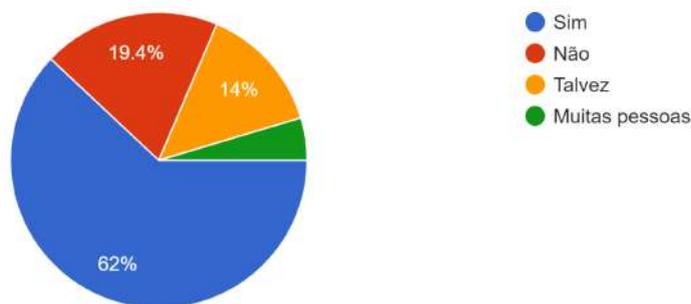
As perguntas 7 a 10 foram elaboradas para explorar as vivências e percepções dos participantes sobre os desafios e o impacto do analfabetismo funcional em sua rotina. Essas questões investigam desde o grau de dificuldade que os respondentes enfrentam na interpretação de textos até as situações específicas em que tais dificuldades se tornam mais evidentes. Além disso, questionam se os participantes conhecem pessoas que, apesar de serem consideradas analfabetas funcionais, conseguem viver de forma aparentemente igual aos demais na sociedade.

A última questão explora a percepção sobre o quanto o analfabetismo funcional pode influenciar de maneira expressiva a vida das pessoas. Esses pontos permitem traçar um panorama do impacto pessoal e social desse fenômeno, indicando sua relevância para a autonomia individual. Em termos percentuais, observa-se que 31,62% dos participantes precisam reler textos várias vezes para compreendê-los, enquanto outros 31,62% indicam essa dificuldade como algo “bem raro”. Além disso, 11,11% afirmam “nunca” enfrentar dificuldades na leitura, e mais 11,11% mencionam dificuldades ocasionais. Apenas 7,69% relatam enfrentar “bastante dificuldade” em algumas situações, enquanto 6,84% afirmam ter essa dificuldade com frequência.

Gráfico 2

Experiências com Analfabetismo Funcional





Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Os resultados indicam que muitos participantes apresentam algum grau de dificuldade na interpretação de textos, com percepções que variam entre episódios pontuais e casos mais recorrentes. É possível verificar que, enquanto certa parcela precisa reler várias vezes para compreender o conteúdo, outra se depara com desafios apenas em situações específicas ou em gêneros textuais mais complexos, como textos científicos ou instruções técnicas. Esses achados refletem a multiplicidade de perfis de leitores, bem como possíveis lacunas nos processos de alfabetização e na vivência leitora de cada indivíduo.

A distribuição das respostas sugere ainda que o analfabetismo funcional não se restringe a pessoas completamente alheias às práticas de leitura e escrita, mas inclui também quem, por falta de formação sólida ou de incentivo, não desenvolveu as competências necessárias para interpretar adequadamente determinados tipos de texto. Mesmo participantes que indicam “nunca” ter dificuldades podem apresentar limites quando expostos a conteúdos de maior complexidade, apontando a importância de estimular diferentes modalidades de leitura desde a educação básica, alinhando metodologias de ensino às demandas reais dos estudantes.

Outro aspecto relevante emerge do fato de que muitos entrevistados conhecem pessoas que, embora classificadas como analfabetas funcionais, conseguem viver de modo aparentemente semelhante a quem não enfrenta esse problema. Esse dado realça estratégias adaptativas, como buscar auxílio de terceiros ou recorrer a experiências práticas para contornar as dificuldades. Contudo, não elimina o caráter excludente que o analfabetismo funcional pode representar em situações de competitividade profissional, no acesso à informação ou mesmo na garantia plena de direitos – áreas em que a leitura e a interpretação textual são indispensáveis.

O reconhecimento de que o analfabetismo funcional pode ter repercussões significativas na vida social, econômica e pessoal dos indivíduos traz à tona a necessidade de políticas públicas e intervenções pedagógicas voltadas à consolidação das habilidades leitoras. Ações de incentivo à leitura, uso de tecnologias educacionais, formação continuada de professores e a criação de espaços de prática leitora são iniciativas capazes de reduzir essas dificuldades, promovendo a autonomia e a inclusão social. Dessa forma, a discussão desses resultados reforça que, ainda que o acesso à informação seja mais amplo na atualidade, a qualidade da compreensão leitora demanda investimentos estruturais e políticas educacionais consistentes.

No que diz respeito às situações de maior dificuldade (Pergunta 8), 70,94% dos respondentes apontam textos acadêmicos ou científicos como os mais complexos para entender. Em contraste, 22,22% declaram não ter dificuldades para compreender textos em geral, enquanto 4,27% enfrentam desafios ao interpretar manuais de produtos, 1,71% têm dificuldades com textos do dia a dia, e 0,85% com notícias. Sobre o conhecimento de pessoas que convivem com o analfabetismo funcional (Pergunta 9), 64,10% dos participantes indicam conhecer alguém que, embora analfabeto funcional, sobrevive de maneira relativamente equivalente na sociedade. Em comparação, 17,09% afirmam não conhecer ninguém nessa condição, 13,68% responderam “talvez” e 5,13% afirmam conhecer “muitas pessoas” assim.

Por fim, quanto ao impacto do analfabetismo funcional (Pergunta 10), 41,03% dos respondentes consideram que ele afeta “bastante” a vida das pessoas, enquanto 32,48% responderam apenas “sim” e 23,08% indicam que o impacto ocorre “em algumas situações”. Uma minoria de 2,56% respondeu “talvez”, e 0,85% não acredita que haja um impacto significativo. Esses dados ilustram como o analfabetismo funcional afeta diversas áreas da vida dos indivíduos, restringindo a compreensão em contextos de leitura mais complexos e

criando uma percepção de impacto relevante, mesmo quando alguns conseguem se adaptar em certas situações.

O analfabetismo funcional representa uma limitação cotidiana significativa para a compreensão de textos, seja no trabalho, na vida social ou em interações cotidianas. As dificuldades em interpretar informações, especialmente em situações complexas ou formais, como a leitura de instruções de produtos, documentos oficiais, e-mails e relatórios, podem gerar barreiras que limitam o acesso a informações importantes, reduzem a eficiência no trabalho e dificultam a participação social plena. Para aqueles que convivem com o analfabetismo funcional, o impacto prático pode incluir uma maior dependência de familiares, amigos ou colegas para intermediar o entendimento de conteúdos escritos e a exclusão de oportunidades de emprego que exijam habilidades de leitura e interpretação mais avançadas.

Andrade (2019) oferece uma análise aprofundada do conceito de analfabetismo funcional, abordando sua etiologia e os subníveis que caracterizam essa condição. Essa exploração teórica se mostra relevante para compreender as dificuldades enfrentadas por indivíduos que apresentam limitações na interpretação de textos mais complexos. Ao identificar as causas e variações do analfabetismo funcional, Andrade (2019) contribui com uma base conceitual que facilita a análise de como essas limitações impactam a compreensão textual, influenciando diretamente a interação desses indivíduos com informações essenciais no cotidiano e no trabalho.

Complementando essa perspectiva, Carvalho (2019) discute as implicações sociais e educacionais do analfabetismo funcional, contextualizando o impacto dessa condição na vida cotidiana. As considerações de Carvalho destacam que a incapacidade de interpretar textos afeta a autonomia das pessoas em situações básicas, como compreender contratos, seguir instruções médicas ou interpretar informações públicas. Essa abordagem reforça a visão de que o analfabetismo funcional não se restringe a uma limitação educacional, mas acarreta uma série de desafios sociais que podem restringir o acesso a serviços, o engajamento em práticas cidadãs e o desenvolvimento pessoal.

Os dados reforçam a visão de que o analfabetismo funcional é um fenômeno estrutural, não apenas uma limitação individual. O estudo de De Souza *et al.*, (2023) aprofunda a discussão sobre como o analfabetismo funcional perpetua desigualdades sociais no Brasil, explorando as adaptações que esses indivíduos fazem para lidar com suas limitações. Os autores analisam as estratégias de sobrevivência que pessoas com

analfabetismo funcional desenvolvem para navegar nas interações sociais e profissionais, muitas vezes buscando apoio de terceiros ou evitando situações que demandem leitura e interpretação. Esse enfoque amplia a compreensão do analfabetismo funcional como uma condição que não só limita o acesso a oportunidades, mas também força adaptações que podem resultar em uma exclusão social progressiva.

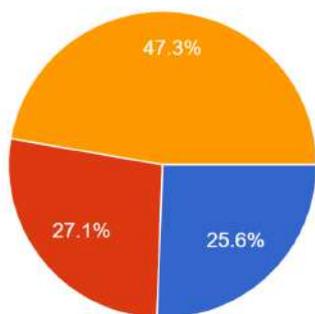
Ainda revelam as deficiências no sistema educacional que não proporciona uma formação interpretativa completa aos alunos, resultando em uma formação que não prepara totalmente os indivíduos para a complexidade das demandas sociais e profissionais da vida adulta. Matos *et al.*, (2021) refletem sobre o desenvolvimento educacional brasileiro em relação ao analfabetismo funcional, examinando o impacto dessa condição na inclusão social e no avanço educacional. O estudo considera as dificuldades que o sistema educacional enfrenta para assegurar uma formação completa e eficaz que desenvolva habilidades de leitura e interpretação. A análise sugere que a condição limita o acesso ao aprendizado contínuo e dificulta a inserção social plena, influenciando o desenvolvimento de uma educação inclusiva que possa atender às necessidades de toda a população.

Além disso, essas respostas destacam a necessidade de discutir o analfabetismo funcional em termos de capital social e de inclusão, apontando para o quanto a capacidade de interpretar e compreender é essencial para a cidadania ativa. Os dados sugerem que a alfabetização funcional precisa ser uma prioridade nas políticas públicas, pois vai além da decodificação básica de palavras, englobando a formação de cidadãos aptos a compreender, interpretar e atuar de forma autônoma em diferentes esferas da sociedade.

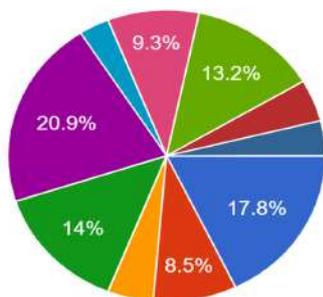
Para entender como o sistema educacional afeta as causas do analfabetismo funcional, foi solicitado que os inqueridos respondessem sobre o assunto em 4 perguntas. As perguntas 11 a 16 investigam a percepção dos participantes sobre a eficácia do sistema educacional em desenvolver habilidades de leitura, interpretação e escrita, além de explorar as causas do analfabetismo funcional no Brasil e as razões para sua ocorrência entre pessoas com ensino superior completo. Esses questionamentos permitem analisar as falhas percebidas na educação e apontar fatores estruturais e metodológicos que contribuem para o analfabetismo funcional, mesmo entre aqueles com níveis mais altos de escolaridade.

Gráfico 3.

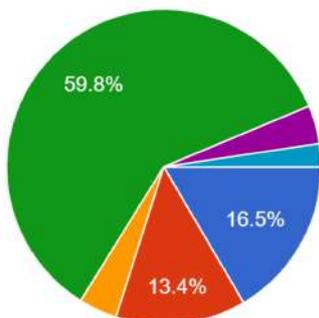
Sistema Educacional e Causas do Analfabetismo Funcional



- Sim
- Não
- Em parte
- Não sei

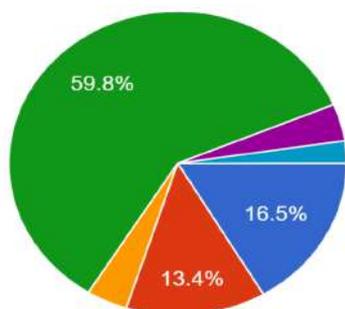


- Educação de baixa qualidade
- Falta de investimentos
- Falta de formação adequada para os...
- Desigualdades sociais
- Currículos escolares mal estruturados...
- Currículos escolares mal estruturados
- Professores sobrecarregados
- Falta de incentivo à leitura



- Falta de qualidade na educação básica
- Desinteresse por parte do indivíduo
- Excesso de foco em decoreba e memorização
- Falta de práticas pedagógicas voltadas para interpretação de texto, pensamento crítico e raciocínio lógico
- Outro

.....



- Falta de qualidade na educação básica
- Desinteresse por parte do indivíduo
- Excesso de foco em decoreba e memorização
- Falta de práticas pedagógicas voltadas para interpretação de texto, pensamento crítico e raciocínio lógico
- Outro

.....

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

O conjunto de gráficos apresentam no gráfico 3 são dados relativos à percepção dos participantes sobre a eficácia do sistema educacional no desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação e escrita, bem como sobre os fatores que contribuem para o analfabetismo funcional, mesmo entre indivíduos com ensino superior completo. Uma das representações revela que 47,3% consideram que o sistema educacional contribui “em parte” para a formação leitora satisfatória, ao passo que 25,6% acreditam que ele efetivamente cumpre esse papel, enquanto 27,1% veem essa contribuição como inexistente ou insuficiente. Esses índices evidenciam a disparidade de opiniões a respeito do preparo oferecido pelas escolas, sugerindo que, embora haja quem reconheça avanços, uma parcela significativa aponta lacunas na consolidação de competências de leitura e escrita.

As causas do analfabetismo funcional também aparecem distribuídas em diferentes categorias, como “Educação de baixa qualidade”, “Falta de investimentos”, “Desigualdades sociais” e “Falta de incentivo à leitura”. A concentração de respostas em “Currículos escolares mal estruturados” e “Falta de práticas pedagógicas voltadas para interpretação de texto, pensamento crítico e raciocínio lógico” indica que muitos participantes percebem a ausência de abordagens didáticas que estimulem a autonomia leitora. Conforme revelado em outro gráfico, 59,8% relacionam o analfabetismo funcional à carência de atividades destinadas a promover competências de análise textual, raciocínio crítico e domínio da linguagem, enquanto 16,5% atribuem essa condição à “Falta de qualidade na educação básica” e 13,4% ao “Desinteresse por parte do indivíduo”. Essa distribuição reforça a ideia de que o problema não se restringe apenas à insuficiência de recursos ou à falta de empenho pessoal, mas envolve também a estrutura pedagógica e o modo como o ensino é conduzido (Matos et al., 2021).

A percepção de que mesmo pessoas com diplomas universitários podem apresentar dificuldades interpretativas sugere que o *déficit* não se explica unicamente pela baixa escolaridade. O excesso de foco em “decoreba e memorização” (apontado por alguns respondentes) pode contribuir para uma formação superficial, sem ênfase nas capacidades de reflexão e interpretação textual (Carvalho, 2019). Nesse sentido, os resultados indicam a necessidade de repensar o planejamento educacional em todos os níveis, reforçando práticas pedagógicas que priorizem a leitura crítica e a escrita autônoma, bem como a busca constante por metodologias que promovam a aprendizagem significativa.

Em síntese, esses gráficos evidenciam fatores estruturais e metodológicos que afetam a proficiência leitora, corroborando análises anteriores de De Souza *et al.*, (2023) e Andrade (2019) sobre as adaptações e desafios enfrentados por indivíduos com analfabetismo funcional. A falta de incentivo à leitura, a sobrecarga dos professores e os currículos pouco voltados à interpretação e ao pensamento crítico contribuem para a persistência desse cenário. Tais achados reforçam a importância de políticas públicas e programas de formação continuada que auxiliem as escolas na elaboração de estratégias mais coerentes com as exigências atuais, preparando alunos para lidar de forma independente e reflexiva com os textos que permeiam sua vida cotidiana e profissional.

No que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação e escrita pelo sistema educacional, 50,43% dos participantes acreditam que ele contribui apenas "em parte" para essa formação, evidenciando uma percepção de insuficiência na abordagem educacional. Outros 26,50% responderam "sim", reconhecendo um certo nível de eficácia, enquanto 23,08% afirmaram que o sistema não contribui de maneira plena, sugerindo lacunas significativas na formação básica dessas competências essenciais.

Ao considerar as causas do analfabetismo funcional no Brasil, 21,37% dos participantes apontam para a presença de currículos escolares mal estruturados nos anos iniciais como o principal fator. Outras causas também foram mencionadas, incluindo a falta de incentivo à leitura (14,53%) e a educação de baixa qualidade (14,53%), além de desigualdades sociais (13,68%) e a sobrecarga de professores (10,26%). Esses dados refletem uma percepção de múltiplos fatores que contribuem para o problema, com destaque para a estrutura curricular e o ambiente educacional que pouco estimula práticas de leitura.

Para o analfabetismo funcional observado em indivíduos com ensino superior, a falta de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de interpretação, pensamento crítico e raciocínio lógico foi identificada por 59,48% dos participantes como a principal causa. Além disso, 16,38% mencionaram a falta de qualidade na educação básica como um fator determinante, enquanto 13,79% atribuíram ao desinteresse individual uma possível explicação. Esses resultados indicam uma lacuna na formação superior em relação ao estímulo de habilidades críticas e reflexivas, fundamentais para a superação do analfabetismo funcional.

Quanto à preparação do sistema educacional para reduzir o analfabetismo funcional, 35,65% dos participantes indicaram que são necessárias melhorias significativas para que o

sistema possa cumprir efetivamente esse papel. Outros 23,48% sinalizaram a presença de "muitas falhas" no sistema, enquanto 22,61% destacaram a importância de melhorar especialmente a educação básica nos anos iniciais. Apenas 4,35% consideraram que o sistema educacional oferece uma preparação adequada em "todos os níveis", sugerindo que a maioria dos participantes acredita que o sistema atual ainda precisa de ajustes profundos para abordar o problema do analfabetismo funcional de forma eficaz.

Essas percepções destacam, na prática, as limitações do sistema educacional em garantir uma formação sólida em habilidades interpretativas e analíticas desde os anos iniciais. Andrade, (2019) e Carvalho, (2019) investigam o analfabetismo funcional e seus subníveis, com foco nas lacunas no desenvolvimento de habilidades essenciais dentro do sistema educacional. Suas análises podem fornecer contexto sobre como as deficiências educacionais impactam a formação dessas habilidades críticas.

A falta de práticas pedagógicas que desenvolvam o pensamento crítico e a interpretação contribui para que muitos alunos, mesmo com ensino superior, tenham lacunas em compreensão e raciocínio. Essa deficiência afeta diretamente a autonomia e a capacidade dos indivíduos de lidar com textos complexos, limita o acesso a oportunidades de emprego e restringe a participação ativa na sociedade.

Os dados sugerem a necessidade de uma revisão estrutural e metodológica na educação. Scliar-Cabral, (2020) aborda as políticas públicas voltadas à alfabetização no Brasil, analisando as dificuldades na implementação de práticas eficazes de leitura e escrita. Este autor contribui para a discussão sobre como as políticas atuais falham em enfrentar o analfabetismo funcional de forma eficaz, uma preocupação central para a maioria dos respondentes.

A ênfase em currículos que priorizem a interpretação de texto, o pensamento crítico e o raciocínio lógico pode ser uma abordagem necessária para superar o analfabetismo funcional. Além disso, a percepção de que o sistema educacional precisa de melhorias significativas, especialmente na educação básica, reforça a importância de políticas públicas que priorizem a formação integral dos alunos, focando não apenas em conteúdo, mas no desenvolvimento de habilidades fundamentais para o exercício pleno da cidadania e para a competitividade no mercado de trabalho.

Os resultados indicam que boa parte dos participantes avalia o sistema educacional como insuficiente para formar competências adequadas de leitura, interpretação e escrita.

Aproximadamente metade deles (50,43%) considera que o ensino contribui apenas “em parte” para o desenvolvimento dessas habilidades, ao passo que um grupo menor (26,50%) reconhece algum nível de eficácia. Os números mostram que ainda há lacunas consideráveis na formação básica, com 23,08% declarando que o sistema não consegue suprir de maneira eficaz a necessidade de aprimorar a compreensão textual. Essa percepção traz à tona uma preocupação geral com a consistência e a profundidade dos conteúdos oferecidos nas escolas.

Entre as causas do analfabetismo funcional, destaca-se a atenção dada a currículos mal estruturados (21,37%), falta de incentivo à leitura (14,53%) e educação de baixa qualidade (14,53%). A sobrecarga dos professores (10,26%) e as desigualdades sociais (13,68%) também aparecem como fatores relevantes, compondo um quadro multifatorial que inviabiliza práticas pedagógicas mais sólidas. Nesse contexto, Andrade (2019) e Carvalho (2019) reforçam em suas análises a importância de métodos de ensino que priorizem habilidades fundamentais, sob pena de os estudantes prosseguirem na escolarização sem consolidar competências interpretativas e analíticas.

Em relação aos estudantes que chegam ao ensino superior, os dados apontam que 59,48% dos participantes enxergam a carência de práticas voltadas à interpretação, ao pensamento crítico e ao raciocínio lógico como principal causa do analfabetismo funcional nessa etapa. Outros fatores, como a falta de qualidade na educação básica (16,38%) e o desinteresse individual (13,79%), ajudam a explicar por que alunos graduados ainda encontram dificuldades para ler e analisar textos mais complexos. Scliar-Cabral (2020) acrescenta que, sem uma estratégia de política pública consistente, o sistema educacional tende a reproduzir essa lacuna, ampliando as desigualdades e comprometendo a formação de cidadãos plenos.

Diante das falhas elencadas, mais de um terço dos entrevistados (35,65%) acredita que o sistema necessita de melhorias significativas, enquanto 23,48% observam “muitas falhas” e 22,61% ressaltam a urgência de investir na educação básica. Esse cenário torna patente o caráter essencial de reformulações estruturais, abrangendo desde a revisão curricular até a implementação de práticas de leitura e escrita que estimulem a reflexão e a análise. Nesse sentido, a formação integral dos alunos desponta como uma meta inadiável, pois as habilidades críticas, comunicativas e interpretativas são indispensáveis tanto para a inserção profissional quanto para o exercício consciente da cidadania.

O bloco 4 de perguntas exploram os impactos do analfabetismo funcional na vida adulta, abrangendo áreas como desempenho acadêmico, participação no mercado de trabalho, desempenho profissional e engajamento político e social. Esse conjunto de perguntas revela como o analfabetismo funcional afeta a autonomia e a integração social dos indivíduos, apontando para consequências que vão desde a limitação em atividades diárias até a redução de oportunidades de emprego e dificuldades em participar ativamente da sociedade.

Quando questionados sobre o impacto do analfabetismo funcional na vida adulta (Pergunta 17), 44,83% dos participantes identificaram a dificuldade em realizar atividades cotidianas que envolvem leitura, como compreender contratos, manuais e formulários, como o principal efeito. Outros 34,48% selecionaram "todas as alternativas", sugerindo que o analfabetismo funcional afeta diversas áreas simultaneamente. Além disso, 11,21% apontaram que a baixa autoestima em interações sociais é uma consequência relevante, e 7,76% destacaram as dificuldades em interpretar notícias e informações veiculadas pela mídia, ressaltando um impacto abrangente na vida pessoal e social.

No contexto acadêmico, especificamente no ensino superior (Pergunta 18), uma expressiva maioria de 93,97% acredita que o analfabetismo funcional prejudica o desempenho acadêmico, principalmente pela dificuldade de interpretar textos complexos. Apenas 5,17% dos participantes afirmaram que o impacto se restringe a áreas específicas, enquanto uma minoria de 0,86% não observa influência significativa. Esse dado indica que, para a maioria, as habilidades de leitura e interpretação são fundamentais para o sucesso acadêmico em nível superior.

Em relação ao mercado de trabalho, 66,67% dos participantes consideram que o analfabetismo funcional representa uma barreira frequente para o ingresso e crescimento profissional (Pergunta 19). Outros 28,07% creem que essa limitação afeta apenas áreas específicas, e 3,51% acreditam que algumas carreiras demandam menos habilidades de leitura e interpretação. Esse panorama sugere que, embora algumas ocupações possam exigir menos competências de leitura, a maioria das áreas vê a proficiência em interpretação como um requisito essencial para o progresso no trabalho.

O impacto do analfabetismo funcional no desempenho profissional (Pergunta 20) é percebido principalmente na dificuldade de interpretar e-mails, relatórios e manuais, apontada por 43,10% dos participantes. Outros 19,83% identificaram uma limitação no crescimento profissional e nas oportunidades de promoção, enquanto 16,38% relataram que a dependência

de colegas para lidar com textos complexos representa um obstáculo significativo. Esses dados reforçam a ideia de que o analfabetismo funcional afeta a autonomia e o desenvolvimento profissional dos indivíduos.

No ambiente de trabalho, 79,31% dos respondentes afirmaram já ter presenciado colegas ou funcionários enfrentando dificuldades em função do analfabetismo funcional (Pergunta 21), o que evidencia a frequência desse problema em situações práticas. Apenas 12,93% nunca observaram esse tipo de situação, sugerindo que, para a maioria, o analfabetismo funcional é uma questão visível e relevante no dia a dia profissional.

Por fim, o impacto do analfabetismo funcional na participação política e cidadã (Pergunta 24) é apontado por 37,93% dos participantes como uma limitação para a compreensão de políticas públicas e processos eleitorais. Outros 30,17% acreditam que a falta de pensamento crítico e reflexivo, decorrente do analfabetismo funcional, prejudica as decisões e atitudes cidadãs, enquanto 18,97% ressaltaram que isso compromete a capacidade de opinar e tomar decisões informadas. Esses resultados mostram como o analfabetismo funcional pode restringir a atuação cidadã, limitando o engajamento político e a participação consciente nas decisões da sociedade.

A literatura sobre analfabetismo funcional evidencia um quadro multifacetado das consequências dessa condição para a vida social, econômica e política dos indivíduos. De Souza *et al.*, (2023) abordam como o analfabetismo funcional sustenta desigualdades sociais, tornando-se um fator limitante para a inclusão econômica e a participação cidadã. Esse estudo permite compreender que a falta de habilidades básicas de leitura e interpretação não apenas impede o pleno exercício da cidadania, mas também restringe o acesso ao mercado de trabalho, onde a capacidade de ler e interpretar informações é frequentemente exigida. Em suma, os dados levantados por Souza *et al.*, (2023) sinalizam que o analfabetismo funcional pode dificultar um engajamento político informado e consciente, perpetuando, assim, desigualdades sociais.

Por outro lado, Pertuzatti e Dickmann (2019) investigam as discordâncias entre políticas públicas de alfabetização e as práticas efetivas aplicadas nas escolas. Essa análise ajuda a entender como a falta de alinhamento entre políticas e práticas educacionais resulta em lacunas na formação de habilidades de leitura e interpretação, fatores essenciais para o desenvolvimento acadêmico no ensino superior. A pesquisa sugere que a ausência de uma abordagem eficaz na alfabetização inicial tem implicações que se estendem à formação

universitária e ao pleno exercício da cidadania, restringindo a integração social e limitando a participação ativa na sociedade.

Além disso, Souza e Gonçalves (2021) acrescentam que o analfabetismo funcional leva a um processo de exclusão social, afetando a autoestima e as relações interpessoais dos indivíduos. A falta de habilidades adequadas para compreender textos básicos gera, em muitos casos, um sentimento de inadequação e dependência, o que afeta tanto o bem-estar emocional quanto o acesso a oportunidades de emprego. A partir dessa perspectiva, compreende-se que o analfabetismo funcional não se limita a uma barreira para o trabalho, mas se traduz em desafios para o engajamento político e social, que são aspectos cruciais para a inclusão e a dignidade humana.

No mesmo sentido, Capra e Ferreira (2023) abordam as barreiras enfrentadas por adultos com analfabetismo funcional no que tange à autonomia e à necessidade de suporte de colegas para tarefas que exigem leitura e interpretação. Esse cenário torna-se especialmente limitante para o crescimento profissional, uma vez que a dependência de apoio alheio restringe o desenvolvimento de competências essenciais para uma progressão na carreira. Essa análise converge com as observações sobre a restrição no desempenho profissional e destaca a relevância da acessibilidade educacional para a inclusão plena desses indivíduos na vida social e econômica.

O conjunto de respostas indica que o analfabetismo funcional interfere de forma abrangente na autonomia e na integração social de quem enfrenta dificuldades em leitura e interpretação de textos. Muitos participantes sinalizam impactos diretos nas tarefas rotineiras, como preencher formulários e interpretar contratos, o que pode gerar dependência de terceiros e fragilizar a autoestima. Esse cenário se reflete no campo acadêmico, onde a limitação leitora e interpretativa prejudica a compreensão de textos mais complexos, compromete a produção de trabalhos e dificulta o pleno aproveitamento das aulas no ensino superior.

No mercado de trabalho, há indícios de que a barreira leitora afeta tanto o ingresso quanto a progressão profissional, pois e-mails, relatórios e outros documentos exigem competência interpretativa. A dependência de colegas e a dificuldade em lidar com instruções escritas evidenciam que o analfabetismo funcional restringe a participação plena no ambiente corporativo, gerando obstáculos no desenvolvimento de tarefas cotidianas e na evolução na carreira.

Esses desafios transbordam para o plano social e político, pois a compreensão de políticas públicas, notícias e processos eleitorais depende de habilidades de leitura e análise. A falta de pensamento crítico e reflexivo, apontada como decorrência do analfabetismo funcional, limita decisões mais conscientes e inibe o exercício efetivo da cidadania. Assim, o engajamento político e a participação ativa na sociedade acabam enfraquecidos, contribuindo para a perpetuação de desigualdades.

Na literatura, De Souza *et al.* (2023) vinculam o analfabetismo funcional a mecanismos de exclusão social, enquanto Pertuzatti e Dickmann (2019) denunciam discrepâncias entre políticas públicas e práticas de alfabetização aplicadas nas escolas, fator que resulta em formações iniciais falhas. Souza e Gonçalves (2021) reforçam que essa condição afeta as relações interpessoais e o bem-estar emocional, enquanto Capra e Ferreira (2023) ressaltam o impacto na autonomia profissional. Nesse conjunto de análises, evidencia-se a necessidade de políticas educacionais e abordagens pedagógicas que trabalhem as competências de leitura e interpretação desde os anos iniciais, a fim de reduzir barreiras que prejudicam a vida adulta em diversas esferas.

No caso de Alto Garças, por se tratar de um município com amplas áreas rurais, os desafios do analfabetismo funcional assumem contornos ainda mais marcantes. O acesso limitado a escolas bem equipadas, a carência de materiais didáticos adequados e a dificuldade de manter docentes qualificados em zonas afastadas repercutem diretamente na formação leitora dos habitantes. Além disso, a dependência das atividades agrícolas e a necessidade de trabalho precoce podem levar muitos jovens a abandonar os estudos, agravando a deficiência em leitura e interpretação de textos.

Essas limitações têm reflexos significativos no cotidiano local. A compreensão de documentos oficiais, contratos de compra e venda de produtos agrícolas, instruções de uso de defensivos ou fertilizantes, bem como orientações técnicas para aprimoramento da produção rural, fica comprometida, resultando em menor autonomia para a tomada de decisões. Ademais, o vínculo mais restrito à internet e a outros meios de comunicação pode dificultar o acesso a informações atualizadas sobre linhas de crédito, leis trabalhistas e oportunidades de formação e empregabilidade além do setor rural.

Os habitantes também enfrentam desafios na busca de serviços de saúde e na compreensão de prescrições médicas ou campanhas de prevenção, o que pode afetar a qualidade de vida, sobretudo em regiões onde o posto de saúde encontra-se distante das

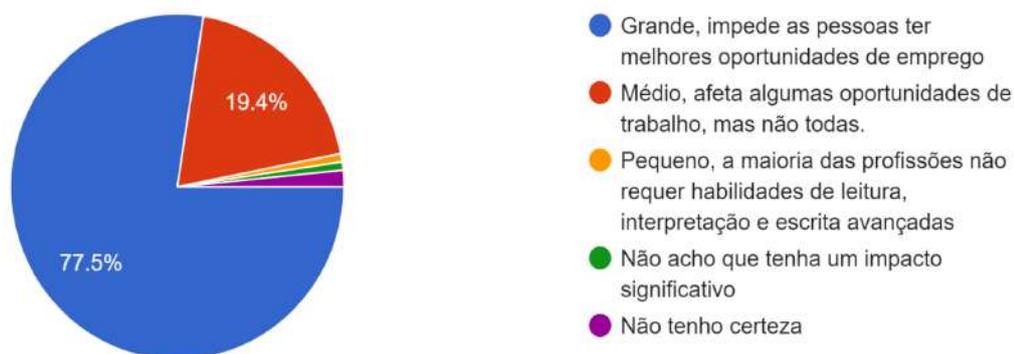
comunidades. Nesse mesmo contexto, o engajamento político e o exercício da cidadania são prejudicados, pois o acesso às propostas eleitorais, à leitura de material informativo e à interpretação de políticas públicas torna-se mais difícil, limitando a participação consciente na esfera pública.

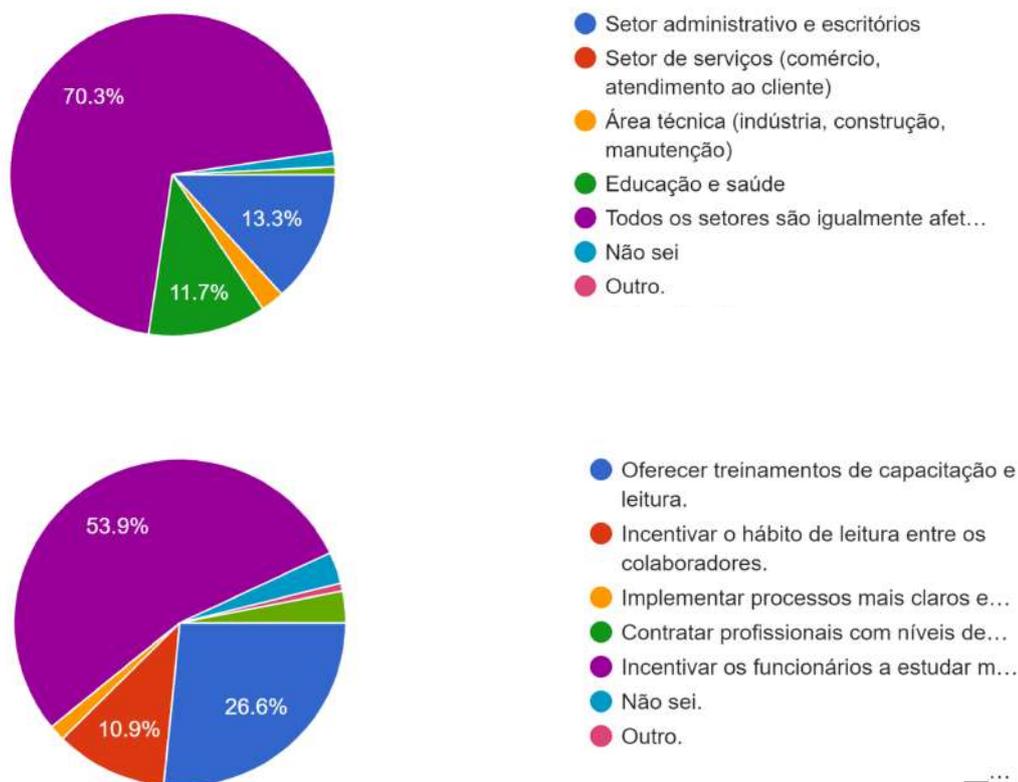
Diante dessa realidade, compreende-se que o combate ao analfabetismo funcional em áreas rurais requer políticas específicas de incentivo à educação, tais como programas de alfabetização itinerantes, transporte escolar adequado, materiais de apoio adaptados à rotina do campo e ações de valorização e retenção de professores em localidades distantes. Medidas desse tipo podem impulsionar o desenvolvimento social e econômico de Alto Garças, fortalecendo a autonomia dos cidadãos para participar plenamente das decisões comunitárias e ampliar suas perspectivas de vida.

No quinto bloco foi questionado como o analfabetismo funcional impacta no mercado de trabalho. As perguntas 13, 22 e 23 exploram as percepções dos participantes sobre o impacto do analfabetismo funcional no mercado de trabalho, as áreas onde ele é mais problemático e as ações que as empresas podem adotar para combatê-lo. Esse conjunto de perguntas fornece uma visão sobre como o analfabetismo funcional afeta as oportunidades profissionais e como as empresas podem contribuir para reduzir essa barreira por meio de estratégias de incentivo ao aprendizado e capacitação.

Gráfico 4.

Analfabetismo Funcional e Mercado de Trabalho





Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

No que se refere ao impacto do analfabetismo funcional no mercado de trabalho (Pergunta 13), 77,78% dos participantes acreditam que essa limitação exerce uma influência significativa, impedindo que indivíduos alcancem melhores oportunidades de emprego. Outros 18,80% consideram que o impacto é moderado, afetando algumas, mas não todas, as possibilidades de crescimento profissional. Uma pequena parcela, 1,71%, indicou incerteza quanto ao efeito do analfabetismo funcional no emprego, enquanto 0,85% avaliam que o impacto é reduzido ou inexistente. Esses dados evidenciam a percepção majoritária de que o analfabetismo funcional limita a ascensão profissional e restringe o acesso a cargos mais qualificados.

No que diz respeito às áreas mais problemáticas no mercado de trabalho devido ao analfabetismo funcional (Pergunta 22), 69,83% dos participantes acreditam que todos os setores são igualmente afetados, sugerindo uma visão generalizada dos impactos dessa limitação. No entanto, algumas áreas foram destacadas como especialmente impactadas, como o setor administrativo e escritórios (14,66%), além das áreas de educação e saúde (10,34%). O

setor técnico, que inclui indústria, construção e manutenção, foi mencionado por 2,59% dos respondentes, indicando que, embora o problema seja visto como amplo, alguns campos específicos podem demandar maior atenção quanto à proficiência em leitura e interpretação.

Quanto às ações que as empresas poderiam adotar para mitigar o impacto do analfabetismo funcional (Pergunta 23), 53,45% dos participantes sugerem que as empresas incentivem os funcionários a buscarem conhecimento e aprendizado contínuo. Outros 26,72% recomendam que as empresas ofereçam treinamentos específicos de capacitação e leitura para apoiar o desenvolvimento das habilidades necessárias. Além disso, 11,21% dos respondentes sugerem que se promova o hábito de leitura entre os colaboradores, apontando para a criação de um ambiente que valorize o desenvolvimento contínuo e o aprimoramento das competências de interpretação. Esses dados revelam uma preocupação com a necessidade de políticas empresariais voltadas à superação dos obstáculos impostos pelo analfabetismo funcional no mercado de trabalho.

Capra e Ferreira (2023) apresentam uma abordagem prática voltada para a acessibilidade educacional de adultos com analfabetismo funcional, enfatizando estratégias de capacitação que podem ser integradas ao ambiente corporativo. Os autores argumentam que, ao se implementar treinamentos específicos voltados ao desenvolvimento das habilidades de leitura e interpretação, é possível fomentar a autonomia dos funcionários e potencializar seu desempenho profissional. Essa perspectiva ressalta a importância de iniciativas internas nas organizações para que os colaboradores possam se capacitar em suas áreas, promovendo, assim, uma maior independência nas atividades que exigem habilidades básicas de comunicação e compreensão textual.

Complementando essa análise, Pertuzatti e Dickmann (2019) focam nas limitações das políticas públicas e dos currículos escolares na preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho. Segundo os autores, a desconexão entre o que é ensinado nas escolas e as reais demandas do mercado acentua dificuldades, especialmente em setores técnicos, administrativos e educacionais, onde as habilidades de leitura e interpretação são fundamentais. Ao observar as carências nesses setores, fica evidente que uma reformulação educacional é necessária para que os estudantes, desde a formação básica, desenvolvam competências aplicáveis e alinhadas com as necessidades profissionais, reduzindo, assim, os impactos negativos do analfabetismo funcional no ambiente corporativo.

A análise dos resultados indica que os participantes veem no analfabetismo funcional uma barreira expressiva para o crescimento profissional, pois dificulta o acesso a posições que exigem domínio de leitura e compreensão de textos. Embora alguns setores, como o administrativo e o de saúde, sejam apontados de modo mais evidente, grande parte dos respondentes entende que a limitação se espalha por diferentes áreas de atuação, o que sugere um problema geral no mercado de trabalho. Ao destacar o incentivo ao aprendizado contínuo e a oferta de treinamentos específicos como possíveis soluções, os participantes colocam as empresas em um papel colaborativo na superação dos obstáculos criados pelo analfabetismo funcional.

Os estudos de Capra e Ferreira (2023) reforçam essa perspectiva ao defenderem estratégias corporativas de capacitação voltadas à autonomia do funcionário, indicando que treinamentos direcionados a leitura e interpretação podem melhorar o desempenho e elevar a produtividade. Essa visão converge com as reflexões de Pertuzatti e Dickmann (2019), para quem as falhas no alinhamento entre o que se ensina nas escolas e o que o mercado de trabalho requer resultam em profissionais pouco preparados para as demandas de interpretação e análise. Nesse contexto, a criação de programas de educação e formação continuada, organizados pelas próprias empresas ou em parceria com instituições de ensino, desponta como alternativa plausível para amenizar os problemas detectados.

Em Alto Garças, onde se identificam características essencialmente rurais e uma economia dependente da agricultura e agropecuária, o analfabetismo funcional repercute de forma particular. A carência de mão de obra altamente qualificada, somada à oferta de oportunidades que cada vez mais exigem leitura e compreensão de instruções técnicas (contratos de arrendamento, documentação para financiamentos, manuais de equipamentos agrícolas), agrava a dependência de terceiros para a execução de tarefas básicas. Essa limitação, por sua vez, pode reduzir a competitividade do município, pois impede que trabalhadores se desenvolvam profissionalmente ou busquem colocações em setores que demandem maior nível de interpretação e análise de informações.

O reflexo disso é sentido tanto nas atividades voltadas ao agronegócio quanto em outras áreas de serviços e administração pública local. Profissionais com lacunas na leitura e escrita podem ter dificuldade em lidar com fichas cadastrais, procedimentos de segurança, materiais de capacitação e legislação específica. Em alguns casos, essas limitações levam à

necessidade de mais tempo e recursos para a execução de tarefas, impactando a produtividade e dificultando o crescimento econômico. Além disso, a pouca oferta de treinamentos formais, principalmente nas áreas rurais, contribui para que o analfabetismo funcional se perpetue e se torne mais difícil de ser superado.

Em contrapartida, a percepção de que o problema se espalha por todos os setores sugere que as empresas locais, sejam cooperativas, estabelecimentos comerciais, escritórios ou unidades de processamento de produtos agrícolas, podem desempenhar um papel relevante na mobilização de ações de formação. Parcerias com instituições de ensino, cursos de alfabetização e programas de incentivo à leitura no ambiente de trabalho representam caminhos para atenuar o analfabetismo funcional e garantir maior inclusão e crescimento econômico em Alto Garças. Dessa forma, além de fortalecer o mercado local, essas iniciativas podem ampliar as oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal, contribuindo para a emancipação dos munícipes e a elevação do nível educacional de toda a região.

Scliar-Cabral (2020) assinala que políticas adaptativas, que ultrapassem o âmbito escolar e alcancem a esfera corporativa, podem favorecer a inclusão de adultos que não consolidaram habilidades de leitura em etapas anteriores. Esse enfoque amplia a discussão ao situar o analfabetismo funcional como um desafio social que impacta a competitividade econômica e impede o pleno desenvolvimento do capital humano. Desse modo, as empresas atuariam não apenas como contratantes, mas também como parceiras na formação dos colaboradores, ao criar ambientes de trabalho que valorizem a alfabetização funcional e o aprendizado constante.

Os dados analisados reforçam a necessidade de ações conjuntas que unam políticas públicas, iniciativa privada e instituições de ensino para reverter o quadro de analfabetismo funcional no mercado de trabalho. Ao reconhecer que a limitação em ler, interpretar e escrever afeta tanto a realização pessoal do trabalhador quanto a performance das equipes, as organizações podem assumir um papel ativo, criando oportunidades de capacitação e fomentando uma cultura orientada à leitura e ao aprendizado contínuo.

Para entendermos como as Políticas Públicas e Ações Governamentais impactam nesse aspecto da educação, as perguntas 14, 25, 26, 39 e 40 abordam as percepções dos participantes sobre as estratégias e ações que o governo e instituições educacionais poderiam adotar para reduzir o analfabetismo funcional no Brasil. Essas perguntas exploram os métodos propostos para melhorar a alfabetização nas séries iniciais e a viabilidade das metas

estabelecidas pelo Ministério da Educação, além de investigar a relação entre o analfabetismo funcional e a exclusão social.

Para reduzir o analfabetismo funcional, 39,13% dos participantes acreditam que uma abordagem integrada seria a estratégia mais eficaz, optando pela seleção de "todas as alternativas" (Pergunta 14). Outros 8,70% recomendaram que se investisse mais na educação básica e nos primeiros anos escolares, enquanto outros 8,70% apontaram para a necessidade de reformulação dos currículos, com foco na alfabetização desde os anos iniciais. Esses dados indicam uma percepção de que uma ação eficaz contra o analfabetismo funcional demanda múltiplas iniciativas, que vão desde mudanças estruturais no sistema educacional até o fortalecimento das bases de ensino.

Em relação às ações governamentais voltadas para a alfabetização de adultos, 43,48% dos respondentes acreditam que o governo deveria priorizar a melhoria da qualidade da educação básica e média (Pergunta 25). Além disso, 27,83% sugeriram que o governo incentive práticas de capacitação e leitura no mercado de trabalho. Outros 13,04% apontaram para a criação de programas específicos de alfabetização para adultos, enquanto 11,30% recomendaram o incentivo à leitura por meio de políticas públicas. Esses resultados demonstram a preocupação com uma intervenção governamental mais ampla, que contemple tanto a formação inicial quanto o apoio à educação continuada no contexto adulto.

Na percepção dos participantes, o analfabetismo funcional tem uma relação direta com a exclusão social (Pergunta 26), sendo apontado por 56,03% deles como um fator que contribui para a desigualdade social. Além disso, 25,86% destacaram que o analfabetismo funcional dificulta o entendimento de direitos e deveres, o que prejudica a cidadania ativa. Outros 10,34% consideram que o analfabetismo funcional é um fator de exclusão, embora avaliem que outras questões possam ter impacto ainda maior. Esses dados indicam que, para a maioria dos respondentes, o analfabetismo funcional aprofunda as desigualdades, limitando o acesso a oportunidades e o pleno exercício da cidadania.

Quanto às melhorias necessárias nas políticas de alfabetização nas séries iniciais (Pergunta 39), as respostas foram variadas, mas indicam uma visão comum sobre a importância de fortalecer a educação básica. Entre as sugestões, destacam-se o aumento do incentivo à leitura desde os primeiros anos e a capacitação contínua dos professores. Tais medidas são vistas como fundamentais para reduzir o analfabetismo funcional, fortalecendo as habilidades de leitura e interpretação desde a infância e dando suporte aos educadores.

Por fim, sobre a meta estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) de alfabetizar todas as crianças até o 3º ano, a maioria dos participantes manifestou ceticismo quanto à sua realização (Pergunta 40). As respostas indicaram preocupações com dificuldades estruturais e a percepção de falta de políticas efetivas para garantir a qualidade da alfabetização. Esse ceticismo reflete uma visão de que alcançar tal meta exigiria transformações profundas e sistemáticas, com suporte adequado às escolas e intervenções direcionadas para as carências educacionais nas séries iniciais.

Scliar-Cabral (2020) destaca a relevância de políticas de alfabetização que incluam intervenções integradas, especialmente no âmbito do ensino básico, como uma forma de combater o analfabetismo funcional. O autor argumenta que o fortalecimento da educação básica e a implementação de estruturas educacionais mais sólidas são elementos essenciais para garantir que as habilidades de leitura e interpretação sejam adquiridas nas séries iniciais. Essa análise é coerente com as percepções dos participantes, que reconhecem a eficácia de abordagens educacionais integradas e reforços constantes no início da vida escolar, visando a formação de leitores competentes.

Paralelamente, Pertuzatti e Dickmann (2019) discutem a necessidade de reformas curriculares para adequar o ensino às demandas da alfabetização nas séries iniciais. Eles apontam que o incentivo à leitura e a consolidação de práticas que estimulem a compreensão textual são fundamentais para fortalecer a educação básica. A pesquisa desses autores corrobora a visão dos participantes sobre as medidas indispensáveis para reduzir o analfabetismo funcional, ao sublinhar a importância de práticas pedagógicas focadas no desenvolvimento dessas habilidades desde os primeiros anos escolares, para que a leitura deixe de ser uma mera habilidade mecânica e passe a contribuir para a compreensão crítica e a autonomia intelectual.

Andrade (2019) oferece uma visão abrangente sobre as causas do analfabetismo funcional, propondo estratégias educativas que priorizem o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação. Ao enfatizar a necessidade de currículos mais sólidos e focados na alfabetização desde os anos iniciais, o autor fornece um embasamento teórico para as demandas por uma educação que prepare os estudantes para a compreensão complexa de textos, facilitando o aprendizado em diferentes etapas da vida. Essa perspectiva reforça a importância de um ensino que vá além da memorização, promovendo uma formação mais reflexiva e crítica.

No contexto da exclusão social, Souza e Gonçalves (2021) analisam como o analfabetismo funcional limita o entendimento dos direitos e deveres dos cidadãos, dificultando uma participação cidadã ativa. A pesquisa sugere que a falta de habilidades de leitura e interpretação impede muitos indivíduos de se envolverem plenamente nos processos sociais e políticos, o que resulta em uma cidadania limitada. Este estudo complementa a preocupação dos participantes em relação à conexão entre analfabetismo funcional e desigualdade social, defendendo a implementação de intervenções educacionais que promovam uma participação mais consciente e ativa, fortalecendo, assim, a base democrática da sociedade.

Por fim, De Souza *et al.*, (2023) abordam o papel do analfabetismo funcional na perpetuação das desigualdades sociais, propondo que melhorias na educação básica e em políticas governamentais são fundamentais para a redução da exclusão social. Os autores sugerem que intervenções governamentais voltadas para a alfabetização nas séries iniciais, bem como programas específicos para adultos, poderiam mitigar os impactos negativos dessa condição. Esse enfoque está em sintonia com a percepção dos participantes sobre a necessidade de um investimento mais robusto em políticas educacionais que possam favorecer a inclusão social e a igualdade de oportunidades, alinhando o desenvolvimento individual ao progresso coletivo.

As respostas evidenciam uma percepção de que o enfrentamento do analfabetismo funcional depende de intervenções amplas e contínuas, desde a educação básica até programas específicos para adultos. Ao mesmo tempo em que parte dos participantes destaca a relevância de reformular currículos e investir na alfabetização nas séries iniciais, outros reforçam a importância de práticas de capacitação no mercado de trabalho, sugerindo a união de esforços entre governo, escolas e sociedade para promover a leitura e a formação de competências interpretativas. Essa pluralidade de propostas converte-se em um chamado por políticas de longo alcance, capazes de contemplar tanto a formação inicial de crianças quanto a qualificação de jovens e adultos que não consolidaram suas habilidades leitoras.

O ceticismo em relação à meta do MEC de alfabetizar plenamente todas as crianças até o 3º ano reflete a visão de que melhorias estruturais são necessárias para garantir uma educação realmente formativa, vinculada ao desenvolvimento de autonomia e pensamento crítico. Diversos participantes associam a falta de domínio leitora e escritora à exclusão social, indicando que o analfabetismo funcional repercute na compreensão de direitos, no

exercício da cidadania e no acesso a oportunidades profissionais. Essa constatação reforça estudos que apontam para a interdependência entre a qualidade da alfabetização e a possibilidade de inclusão social.

Em diálogo com obras como Scliar-Cabral (2020) e Pertuzatti e Dickmann (2019), percebe-se convergência na recomendação de fortalecer a alfabetização nas séries iniciais e de atualizar propostas curriculares que estimulem o hábito de leitura e a capacidade de interpretação desde cedo. Ao lado disso, Andrade (2019) enfatiza a relevância de práticas que desenvolvam a leitura crítica, enquanto Souza e Gonçalves (2021) abordam o peso dessa lacuna na efetivação dos direitos e deveres, indispensável ao exercício de uma cidadania participativa.

A preocupação dos respondentes sobre a exclusão social reforça a visão de que o analfabetismo funcional não se restringe à esfera educacional, refletindo em diversos âmbitos da sociedade. A necessidade de políticas de incentivo à leitura, aliada a reformas pontuais no ensino básico, desponta como caminho para fomentar a inclusão. Em síntese, esses resultados convergem na proposta de uma ação governamental integrada, em que a alfabetização seja abordada como processo contínuo, iniciando na infância e consolidando-se por toda a vida, para promover a equidade de oportunidades e fortalecer a participação ativa de cada indivíduo na sociedade.

Em Alto Garças, município com perfil socioeconômico marcado pela atividade rural e dispersão geográfica, o êxito de qualquer política pública que vise reduzir o analfabetismo funcional demanda ações ainda mais específicas. A precariedade de recursos e as distâncias em relação aos centros urbanos dificultam tanto a formação continuada de professores quanto o acesso frequente a programas de incentivo à leitura. Além disso, questões como o trabalho precoce nos campos e a necessidade de complementar a renda familiar podem induzir a evasão ou à desvalorização da prática leitora, agravando o problema.

Nesse cenário, ações que reforcem a alfabetização desde as séries iniciais, em consonância com sugestões apontadas pelos participantes, assumem uma importância ainda maior. O investimento na capacitação dos docentes, a oferta de materiais didáticos de qualidade e o estímulo a projetos de leitura na escola e na comunidade são medidas capazes de favorecer a melhoria no desempenho dos alunos, garantindo que eles alcancem a proficiência leitora em tempo hábil.

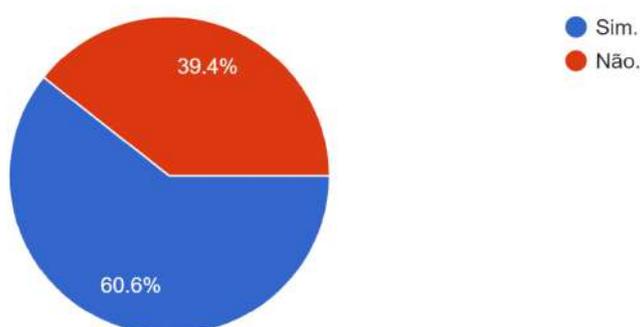
Para o público jovem e adultos que já se encontra em situação de analfabetismo funcional, pode-se considerar a implantação de programas de alfabetização e cursos de formação profissional voltados às necessidades locais, por exemplo, com abordagem aplicada à agricultura e à comercialização de produtos. Além disso, a parceria com empresas do agronegócio e com órgãos públicos de extensão rural pode ampliar o alcance dessas iniciativas, oferecendo incentivos ou atividades formativas contínuas.

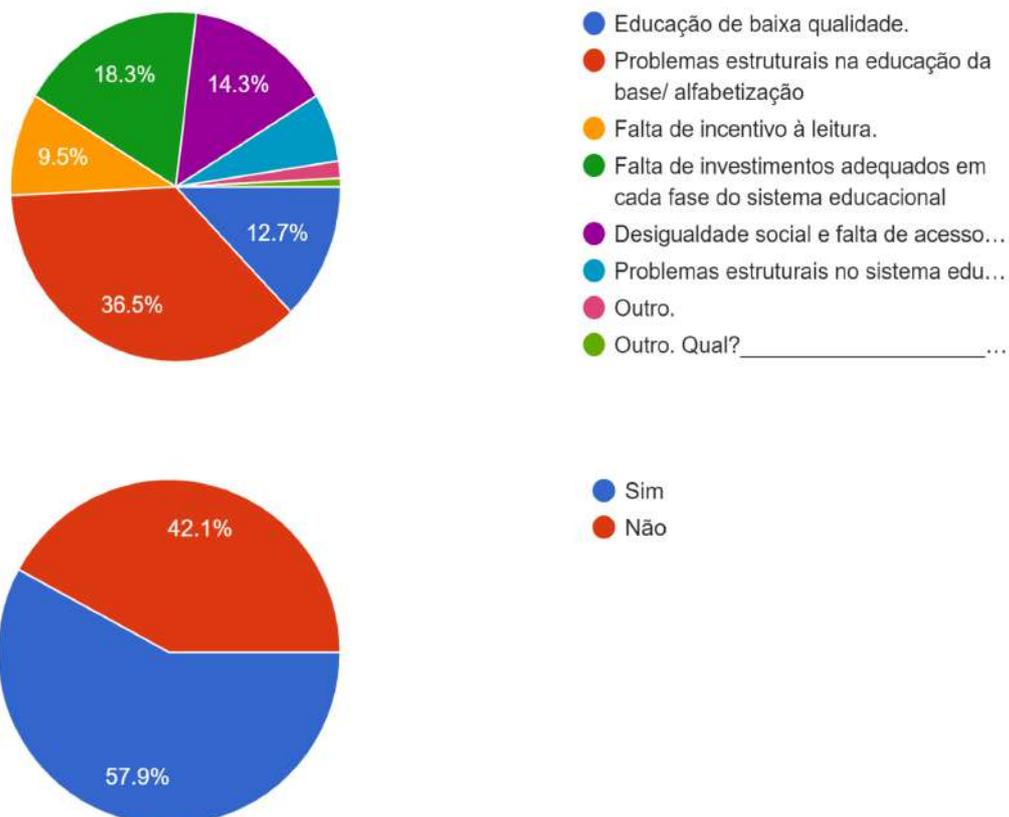
A relevância de engajar a população na compreensão de direitos e deveres ganha força no contexto de Alto Garças, pois grande parte dos cidadãos depende de informações sobre políticas públicas, crédito rural, programas de saúde ou previdenciários. Sem o domínio adequado da leitura, muitos ficam alheios a tais oportunidades, perpetuando uma desigualdade que reforça a exclusão social. Nesse sentido, políticas educacionais focadas no combate ao analfabetismo funcional podem não apenas criar melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal, mas também fortalecer a cidadania e o crescimento socioeconômico do próprio município.

As perguntas 27 a 29 examinam o conhecimento dos participantes sobre as estatísticas do analfabetismo funcional no Brasil e em outros países, bem como suas percepções sobre as causas desse problema. Essas questões destacam a natureza global do analfabetismo funcional e exploram fatores que limitam a compreensão de textos mais complexos, mesmo entre indivíduos alfabetizados.

Gráfico 5.

Analfabetismo Funcional e Mercado de Trabalho.





Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

No que diz respeito ao conhecimento sobre o índice de analfabetismo funcional no Brasil, 60,87% dos participantes estavam cientes de que cerca de 29% da população brasileira possui algum nível de analfabetismo funcional (Pergunta 27). Esse dado revela que uma maioria relativa dos respondentes tem uma percepção informada sobre a extensão do problema, enquanto 39,13% desconheciam essa estatística. Essa falta de conhecimento entre uma parcela significativa dos participantes pode indicar uma lacuna na divulgação de dados educacionais relevantes, essencial para a conscientização e mobilização em prol de soluções.

Em relação às causas da dificuldade de interpretação de textos complexos, 37,72% dos respondentes apontaram para problemas estruturais na educação básica e na alfabetização como fatores principais (Pergunta 28). Além disso, 19,30% destacaram a falta de investimentos adequados em cada etapa do sistema educacional, e 14,91% atribuíram a dificuldade à desigualdade social e ao limitado acesso à educação. Outros fatores mencionados incluem a baixa qualidade da educação, citada por 10,53% dos participantes, e a falta de incentivo à leitura, apontada por 8,77%. Esses dados refletem uma compreensão

multifatorial das causas do analfabetismo funcional, onde questões estruturais e sociais se entrelaçam, afetando as competências de leitura e interpretação da população.

Sobre o conhecimento do analfabetismo funcional em países desenvolvidos, 57,89% dos participantes estavam informados de que esse problema também ocorre em nações com altos índices de desenvolvimento humano (Pergunta 29). Por outro lado, 42,11% não tinham ciência dessa realidade. Esse dado sugere que, embora a percepção de que o analfabetismo funcional é um problema global esteja presente em uma parcela considerável dos participantes, ainda há um percentual significativo que associa o problema exclusivamente a países em desenvolvimento, possivelmente por conta de estereótipos ou pela falta de acesso a informações internacionais sobre educação e alfabetização.

Beserra (2021) foca na qualidade da educação no Brasil e nas metas para seu aprimoramento, abordando a necessidade de investimentos educacionais em todas as etapas do sistema. O autor discute a importância de intervenções planejadas e do suporte governamental contínuo para garantir que a educação oferecida seja adequada e eficaz. Essa análise fornece um contexto que sustenta as preocupações dos participantes sobre as dificuldades estruturais e a necessidade de melhorias, reforçando a ideia de que o fortalecimento de cada etapa da educação é fundamental para combater o analfabetismo funcional e promover uma cidadania mais plena.

O conhecimento sobre o alto índice de analfabetismo funcional no Brasil e em outros países destaca a necessidade de políticas públicas que invistam em reformas educacionais abrangentes. A percepção de que os problemas estruturais na educação e a falta de incentivos são causas principais sugere que esforços de alfabetização precisam ser contínuos, e não apenas focados nos primeiros anos de ensino. A divulgação ampla dessas informações pode mobilizar a sociedade e os gestores educacionais a adotar uma postura mais ativa para combater o analfabetismo funcional.

Andrade (2019) investiga as causas e subníveis do analfabetismo funcional no Brasil, identificando fatores estruturais na educação básica e a carência de incentivo à leitura como elementos centrais que contribuem para essa condição. Ao abordar a influência de uma formação inicial deficiente e de uma ausência de estímulo contínuo para a leitura, Andrade fornece uma base teórica para discutir as falhas estruturais e a baixa qualidade educacional, aspectos que os respondentes identificaram como problemáticos. Essa análise reforça a compreensão de que o analfabetismo funcional é, em grande parte, uma consequência de um

sistema educacional que ainda enfrenta desafios para oferecer uma formação robusta e inclusiva.

A pesquisa de De Souza *et al.*, (2023) complementa essa perspectiva ao examinar o impacto do analfabetismo funcional nas desigualdades sociais no Brasil. Os autores mostram que a educação limitada e as dificuldades de interpretação de textos mais complexos não apenas dificultam o progresso acadêmico e profissional, mas também reforçam ciclos de exclusão social. Esse estudo aponta que o analfabetismo funcional é mais prevalente em contextos de desigualdade econômica e acesso limitado à educação de qualidade, revelando como esses fatores influenciam a capacidade de compreensão e de interação com o mundo letrado.

Pertuzatti e Dickmann (2019) exploram o papel das políticas públicas de alfabetização e da estrutura curricular na formação das habilidades de leitura e interpretação dos estudantes. Ao destacar a influência dos currículos escolares e a falta de reformas significativas, os autores elucidam o impacto dessas deficiências estruturais na perpetuação do analfabetismo funcional. Essa análise é valiosa para entender como a ausência de políticas educativas direcionadas e a falta de incentivo à leitura nas séries iniciais podem resultar em adultos com competências limitadas, comprometendo sua inserção social e econômica.

Scliar-Cabral (2020) oferece uma visão mais ampla do problema, ressaltando que o analfabetismo funcional não é uma questão restrita aos países em desenvolvimento, mas também ocorre em nações com altos índices de desenvolvimento humano. Ao adotar uma perspectiva comparativa, Scliar-Cabral contextualiza o analfabetismo funcional como uma questão global, presente em diversos sistemas educacionais, independentemente do nível socioeconômico. Essa abordagem esclarece a percepção de que, embora o problema possa ser mais grave em países como o Brasil, a falta de habilidades de leitura crítica é um fenômeno observado em várias partes do mundo, exigindo atenção universal.

Por fim, Beserra (2021) foca na qualidade da educação no Brasil e nas metas para seu aprimoramento, abordando a necessidade de investimentos educacionais em todas as etapas do sistema. O autor discute a importância de intervenções planejadas e do suporte governamental contínuo para garantir que a educação oferecida seja adequada e eficaz. Essa análise fornece um contexto que sustenta as preocupações dos participantes sobre as dificuldades estruturais e a necessidade de melhorias, reforçando a ideia de que o

fortalecimento de cada etapa da educação é fundamental para combater o analfabetismo funcional e promover uma cidadania mais plena.

As respostas mostram que, embora boa parte dos participantes reconheça que quase um terço da população brasileira vivencie algum nível de analfabetismo funcional, ainda há quem não conheça essa realidade. Esse fato sugere falhas na divulgação de dados educacionais e reforça a importância de ampliar debates sobre o tema. A percepção de que problemas estruturais no ensino básico, baixa qualidade educacional e falta de incentivo à leitura são causas centrais indica que o analfabetismo funcional não pode ser combatido apenas com ações pontuais, mas requer uma revisão global do sistema educacional e estratégias de formação continuada.

Os participantes também evidenciam que a desigualdade social e o acesso restrito à educação de qualidade se relacionam diretamente a essas limitações em leitura e interpretação. Nesse sentido, estudiosos como Beserra (2021) e De Souza *et al.*, (2023) apontam como um sistema de ensino precário pode perpetuar dificuldades na compreensão de textos, prejudicando tanto o avanço acadêmico quanto a ascensão profissional. Ainda que o problema seja mais evidente em países em desenvolvimento, Scliar-Cabral (2020) esclarece que ele ocorre também em nações mais ricas, revelando a dimensão global do fenômeno.

A ideia de que políticas públicas mais eficazes, reforçadas por investimentos em cada etapa do sistema educacional, podem amenizar o quadro, reforça a perspectiva de Andrade (2019) e Pertuzatti e Dickmann (2019). Esses autores enfatizam a importância de reformular currículos, valorizar a formação inicial e contínua de professores, além de promover um ambiente que estimule a leitura desde cedo. A adoção de metodologias que vão além do ensino mecânico e privilegiem a interpretação textual e o pensamento crítico desponta como essencial para romper o ciclo do analfabetismo funcional.

Os dados corroboram a visão de que o combate ao analfabetismo funcional demanda políticas educativas integradas e uma conscientização mais ampla sobre a gravidade do problema, tanto nacional quanto internacionalmente. Sem investimentos estruturais e práticas pedagógicas sólidas, as lacunas no letramento tendem a se perpetuar, afetando a qualidade de vida dos indivíduos e reforçando a exclusão social.

Em Alto Garças, onde persistem desafios típicos de municípios menores e de forte base rural, a conscientização em torno dos índices de analfabetismo funcional ganha ainda mais relevância. A dificuldade de acesso a recursos educacionais de qualidade e a dispersão

geográfica podem agravar os problemas de alfabetização identificados em todo o país, tornando as lacunas estruturais ainda mais visíveis. Dessa forma, o fato de parte da população desconhecer a extensão do analfabetismo funcional reforça a necessidade de ações de sensibilização local, que divulguem dados concretos e fomentem a discussão sobre as causas do problema.

Além disso, o reconhecimento de que problemas na educação básica, falta de incentivo à leitura e desigualdades sociais estão na raiz do analfabetismo funcional indica que qualquer iniciativa em Alto Garças precisa contemplar desde melhorias na formação inicial até a implementação de programas de alfabetização continuada. Por se tratar de um município com desafios logísticos, como grandes distâncias entre as comunidades e uma economia marcada pela atividade rural, projetos que envolvam a formação de professores, a distribuição de materiais didáticos e a criação de ambientes de leitura demandam planejamento diferenciado, contando com apoio de secretarias municipais, instituições de ensino e possíveis parcerias com empresas locais.

Nesse cenário, compreender a realidade do analfabetismo funcional em nível nacional e internacional auxilia o município a perceber que essa questão vai além de condições locais e requer políticas estruturais, adaptadas às suas particularidades. O engajamento de lideranças comunitárias, a adesão de educadores e a sensibilização das famílias em relação à importância da leitura e interpretação de textos tornam-se pilares para reverter o quadro, garantindo mais oportunidades de desenvolvimento social, econômico e cultural para a população de Alto Garças.

As perguntas 30 a 38 examinam as consequências do analfabetismo funcional, tanto em experiências pessoais e profissionais dos participantes quanto em relação à qualidade da educação no Brasil. Essas perguntas exploram o impacto do analfabetismo funcional na vida dos indivíduos, as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho e as causas relacionadas à baixa qualidade da educação nos anos iniciais.

O impacto do analfabetismo funcional na vida pessoal foi reconhecido por 50,89% dos participantes, que afirmaram que essa limitação afetou suas vidas de alguma maneira. Outros 29,46% responderam que o analfabetismo funcional não teve impacto direto em suas experiências pessoais, enquanto 14,29% mencionaram que, talvez, em algumas situações, essa deficiência tenha influenciado suas rotinas e decisões. Esse dado sugere que, para a maioria,

as limitações de leitura e interpretação repercutem na vida diária, restringindo atividades cotidianas e relacionamentos sociais.

No campo acadêmico e profissional, 38,05% dos participantes relataram ter enfrentado dificuldades em interpretar textos ou relatórios, enquanto 35,40% testemunharam colegas em situações similares, seja no trabalho ou nos estudos. Em contrapartida, 21,24% afirmaram que nunca passaram por esse problema, indicando que uma parcela considerável percebe barreiras significativas na compreensão de documentos e comunicações formais. Essa realidade reforça a ideia de que o analfabetismo funcional afeta não apenas o indivíduo, mas também o ambiente de trabalho e estudo, influenciando a produtividade e as oportunidades de desenvolvimento.

Sobre a preparação das empresas para lidar com o analfabetismo funcional, 81,58% dos participantes acreditam que a maioria das empresas no Brasil não está preparada para enfrentar esse desafio. Apenas 7,89% indicaram que algumas empresas oferecem programas de formação continuada para melhorar as habilidades de leitura e interpretação de seus funcionários. Esses dados revelam uma carência de políticas e iniciativas nas organizações para apoiar o desenvolvimento dessas competências, que são fundamentais para o desempenho profissional.

Quando questionados sobre a taxa de analfabetismo funcional de 29% informada pelo IBGE, 70,18% dos respondentes consideraram esse índice "muito alto", refletindo uma percepção de gravidade acerca do problema. Outros 21,05% avaliaram essa taxa como "moderada" e 7,02% a classificaram como "baixa". Essa diversidade de opiniões indica que, para a maioria, o analfabetismo funcional é visto como uma questão urgente que requer atenção e ações mais intensas.

Dentre os fatores que contribuem para a baixa alfabetização nos anos iniciais, os participantes apontaram turmas numerosas (22,81%), a falta de infraestrutura nas escolas (21,93%) e a desigualdade socioeconômica (14,04%) como as principais causas. Essas respostas revelam uma percepção de que problemas estruturais no sistema educacional dificultam o aprendizado, criando um cenário desfavorável para o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e interpretação.

Em relação aos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 70,18% dos participantes acreditam que os baixos índices refletem a qualidade do ensino nos anos iniciais, enquanto 25,44% responderam "talvez". Essa visão indica que a qualidade da

educação básica é considerada um fator essencial para o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas, sendo vista como um indicador da eficácia do ensino.

A principal consequência da baixa qualidade de alfabetização na vida adulta foi abordada pelos participantes de diversas formas, incluindo a falta de oportunidades de emprego, a baixa capacidade de compreensão de textos e a limitação no desenvolvimento pessoal e profissional. Esses aspectos ressaltam as dificuldades que indivíduos com analfabetismo funcional enfrentam ao tentar progredir socialmente e profissionalmente, destacando a importância de uma educação sólida para a construção de uma vida autônoma.

Quanto às oportunidades de emprego, 91,23% dos participantes acreditam que as dificuldades de leitura e escrita limitam o acesso a essas oportunidades, e 7,89% responderam "talvez". Esse dado reflete a percepção de que o analfabetismo funcional restringe o leque de opções profissionais, fechando portas para posições que exigem maior compreensão de informações escritas.

Por fim, o impacto da desigualdade regional nos níveis de alfabetização foi destacado por 87,72% dos participantes, que consideram que as diferenças regionais afetam significativamente os índices de analfabetismo funcional. Outros 9,65% acreditam que "talvez" haja um impacto, o que sugere que, para a maioria, as disparidades regionais são um fator relevante, indicando que o contexto socioeconômico local pode influenciar as oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades essenciais.

Carvalho (2019) analisa o analfabetismo funcional no contexto brasileiro, revelando o impacto direto dessa condição na vida cotidiana dos indivíduos e nas oportunidades profissionais. O autor mostra que a limitação nas habilidades de leitura e interpretação restringe a capacidade dos indivíduos de interagir plenamente com o ambiente, dificultando desde a compreensão de documentos simples até o acesso a posições mais qualificadas no mercado de trabalho. Essa análise contribui para a compreensão das dificuldades de interpretação mencionadas pelos respondentes, evidenciando como o analfabetismo funcional influencia o desenvolvimento pessoal e social de maneira abrangente, limitando o potencial de crescimento e autonomia dos indivíduos.

De Souza *et al.*, (2023) focam no papel do analfabetismo funcional como um fator de perpetuação das desigualdades sociais e econômicas, explorando especificamente como essa condição afeta a inclusão profissional e o desempenho no ambiente de trabalho. O estudo evidencia que muitos empregadores não estão preparados para lidar com o analfabetismo

funcional entre seus funcionários, o que torna evidente a necessidade de políticas internas de capacitação para desenvolver essas habilidades no ambiente corporativo. Essa perspectiva reforça a percepção dos participantes de que o analfabetismo funcional representa um desafio tanto para os trabalhadores quanto para as empresas, sugerindo que o investimento em capacitação pode ser uma estratégia de inclusão e melhoria do desempenho organizacional.

Beserra (2021) aborda a qualidade da educação no Brasil, enfatizando os desafios estruturais enfrentados no ensino básico, como a superlotação de salas de aula e a falta de infraestrutura. Segundo o autor, esses problemas comprometem a eficácia do processo educativo e dificultam o desenvolvimento das habilidades de leitura e interpretação nas fases iniciais. A análise de Beserra (2021) alinha-se com as percepções dos participantes ao destacar que a ausência de uma estrutura adequada impede que o ensino básico cumpra seu papel de formar cidadãos plenamente capacitados, o que contribui para o aumento do analfabetismo funcional e suas consequências para o desenvolvimento individual e coletivo.

Alencar *et al.*, (2020) discutem a universalização da educação no Brasil, enfatizando a persistência do analfabetismo funcional em diferentes regiões do país. A pesquisa destaca como as desigualdades regionais influenciam os níveis de alfabetização, refletindo as disparidades no acesso à educação de qualidade. Essa análise é relevante para entender os desafios enfrentados em áreas mais vulneráveis, onde o ensino básico apresenta limitações ainda mais acentuadas, conforme apontado pelos respondentes. Alencar *et al.* (2020) demonstram que, embora o acesso à educação tenha sido ampliado, a qualidade do ensino oferecido ainda apresenta variações significativas, perpetuando assim desigualdades no nível de alfabetização.

Por fim, Pertuzatti e Dickmann (2019) investigam a estrutura curricular e as políticas de alfabetização no Brasil, defendendo a necessidade de reformas que promovam uma alfabetização efetiva e de qualidade desde os primeiros anos escolares. Eles ressaltam que a base educacional sólida tem impacto direto no desempenho acadêmico e profissional futuro, indicando que a formação inadequada nas fases iniciais limita o desenvolvimento das habilidades necessárias para a interpretação e compreensão crítica. Esse enfoque está em consonância com as percepções dos participantes sobre a importância de uma educação básica de qualidade para evitar o analfabetismo funcional e promover a inclusão e o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

Os dados demonstram que o analfabetismo funcional impacta diversas áreas da vida dos indivíduos, desde dificuldades acadêmicas até limitações profissionais e econômicas. A percepção de que empresas brasileiras não estão preparadas para lidar com o analfabetismo funcional ressalta a necessidade de programas internos de capacitação e apoio para colaboradores que enfrentam essa barreira. Além disso, fatores como a falta de infraestrutura e a sobrecarga das turmas indicam uma necessidade urgente de reforma na estrutura do sistema educacional básico para oferecer uma educação de qualidade desde o início.

Os dados refletem ainda a relação entre a qualidade da educação básica e as desigualdades sociais, mostrando que o analfabetismo funcional é um problema estrutural que limita o desenvolvimento pessoal e econômico dos cidadãos. A alta taxa de analfabetismo funcional e sua ligação com a desigualdade regional sugerem que políticas públicas precisam priorizar a educação nas regiões mais carentes, abordando não apenas o acesso à escola, mas a qualidade e a eficácia do ensino. A correlação entre analfabetismo funcional e restrições no mercado de trabalho reforça a importância de uma alfabetização plena e funcional para a participação equitativa na sociedade e para o fortalecimento do desenvolvimento econômico do país.

Em Alto Garças, onde a economia local é fortemente ligada às atividades rurais e a oferta de oportunidades de capacitação costuma ser mais restrita, esses resultados trazem implicações marcantes. A carência de uma formação sólida nas séries iniciais, somada a desafios como salas de aula numerosas, infraestrutura limitada e distâncias entre as comunidades, tende a dificultar ainda mais o desenvolvimento de competências de leitura e interpretação. Quando esses obstáculos não são superados, forma-se um cenário em que o analfabetismo funcional se estende à vida adulta, restringindo tanto as possibilidades acadêmicas quanto as perspectivas de ascensão no mercado de trabalho.

A dificuldade de lidar com textos, relatórios e manuais, relatada em âmbito nacional, também se faz presente em Alto Garças, especialmente em setores que requerem maior domínio da leitura, seja na administração pública, em cooperativas agrícolas ou na prestação de serviços. A falta de iniciativas empresariais para mitigar o analfabetismo funcional reforça o problema, pois funcionários sem pleno domínio da leitura e escrita encontram barreiras no desempenho profissional e na busca de oportunidades melhores.

Adicionalmente, o quadro de desigualdade regional citado nos dados intensifica-se em localidades com amplas áreas rurais e menores recursos, como é o caso de Alto Garças. Isso

significa que, sem políticas públicas de alfabetização específicas e sem investimento em infraestrutura escolar, a disparidade no nível de educação em relação a outras regiões tende a perpetuar. Assim, a ausência de uma estratégia local de formação continuada e de estímulo à leitura contribui para manter índices elevados de analfabetismo funcional.

Em suma, os resultados reforçam a necessidade de medidas que fortaleçam a educação básica no município, bem como práticas de formação e apoio para jovens e adultos que não tiveram acesso a uma alfabetização plena. A adoção de projetos de leitura, a capacitação de professores e a integração entre escolas, empresas e órgãos públicos podem criar um ambiente mais favorável à superação do analfabetismo funcional em Alto Garças, contribuindo para ampliar as oportunidades econômicas e a inclusão social de sua população.

Como último bloco de perguntas, busca-se entender as expectativas dos participantes para o futuro da alfabetização no Brasil e captar suas experiências pessoais relacionadas ao analfabetismo funcional. As perguntas exploram a percepção sobre o impacto do analfabetismo funcional nas diversas faixas etárias e investigam possíveis conexões entre a alfabetização nos anos iniciais e dificuldades em habilidades matemáticas, como indicado pelo INAF. A intenção é compreender se, na visão dos respondentes, as deficiências educacionais na infância influenciam o desempenho em habilidades essenciais, como leitura e cálculo, ao longo da vida.

Outro ponto de interesse é avaliar a opinião dos participantes sobre o potencial das novas tecnologias e metodologias de ensino na melhoria da qualidade da alfabetização. A pesquisa explora também o conhecimento ou envolvimento dos respondentes em programas educacionais que tenham promovido impactos positivos na alfabetização, tanto de crianças quanto de adultos, identificando experiências que possam oferecer insights para práticas educacionais mais eficazes.

Além disso, o bloco aborda a percepção dos participantes sobre a importância de uma alfabetização de qualidade para o desenvolvimento econômico e social do país, buscando avaliar a relação entre educação e progresso nacional. Ao investigar as perspectivas para os próximos dez anos, a pesquisa tenta captar o otimismo ou ceticismo em relação às melhorias significativas na alfabetização, tendo em vista os desafios estruturais e políticos.

Por fim, a pesquisa abre espaço para que os participantes compartilhem experiências pessoais, profissionais ou familiares sobre o impacto do analfabetismo funcional na vida acadêmica e profissional, visando a um entendimento mais profundo sobre como essa

condição afeta a trajetória e as oportunidades das pessoas. Dessa forma, o bloco busca não apenas analisar dados e expectativas, mas também humanizar o entendimento sobre o impacto do analfabetismo funcional na vida cotidiana e profissional no Brasil.

As perguntas 41 a 47 exploram as percepções dos participantes sobre o futuro da alfabetização no Brasil e suas experiências pessoais e profissionais relacionadas ao analfabetismo funcional. Esses questionamentos abordam quais grupos etários são mais afetados, a relação entre alfabetização e habilidades matemáticas, o impacto de novas tecnologias no ensino e a importância da alfabetização para o desenvolvimento social e econômico.

Em relação ao grupo etário mais afetado pelo analfabetismo funcional, 35,65% dos participantes consideram que os jovens adultos, entre 18 e 29 anos, enfrentam maiores dificuldades. Em seguida, 22,61% apontam as crianças de 6 a 12 anos como outro grupo vulnerável. Os adultos (30 a 59 anos) e adolescentes (13 a 17 anos) foram mencionados igualmente, ambos com 17,39%. Esses dados sugerem que, embora o analfabetismo funcional afete todas as idades, ele incide especialmente sobre os jovens, refletindo possíveis lacunas educacionais acumuladas desde a infância.

Sobre a relação entre dificuldades de leitura e operações matemáticas, 75% dos respondentes acreditam que essas deficiências estão ligadas à forma como a alfabetização é abordada nos primeiros anos escolares. Outros 19,83% indicaram que essa relação poderia existir, respondendo "talvez." Isso sugere uma percepção de que a abordagem educacional inicial tem um papel central no desenvolvimento tanto das habilidades de leitura quanto das matemáticas, e que deficiências nesses primeiros anos podem repercutir negativamente ao longo da vida.

No que tange ao impacto das novas tecnologias e metodologias no ensino, 75,86% dos participantes acreditam que a adoção dessas inovações poderia aprimorar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais. Uma parte dos respondentes (17,24%) respondeu "talvez," indicando que há uma expectativa moderadamente otimista sobre o potencial dessas ferramentas para transformar o processo de alfabetização e aumentar o engajamento dos alunos.

Em relação à participação em programas educacionais de impacto positivo na alfabetização, 60,53% dos participantes afirmaram que não conhecem ou não participaram de tais programas, enquanto 22,81% responderam "sim." Esse dado revela que, para muitos, a

experiência com iniciativas voltadas para a melhoria da alfabetização ainda é limitada, o que pode apontar para a necessidade de maior divulgação e incentivo a esses programas.

A importância da alfabetização para o desenvolvimento econômico e social foi amplamente reconhecida, com 94,87% dos participantes considerando que uma alfabetização de qualidade é "muito importante" para o progresso do país. Apenas 2,56% a consideraram "moderadamente importante," indicando um consenso sobre o papel crucial da educação na promoção de uma sociedade economicamente produtiva e socialmente integrada.

Quanto às expectativas para a melhoria da alfabetização no Brasil nos próximos 10 anos, 53,85% dos respondentes manifestaram incerteza, respondendo "talvez." Outros 28,21% acreditam que é possível alcançar progressos significativos, enquanto 13,68% não têm essa expectativa, sugerindo uma visão cética sobre as possibilidades de transformação rápida diante dos desafios estruturais e de investimento que o país enfrenta.

As experiências pessoais e profissionais dos participantes sobre o impacto do analfabetismo funcional revelam uma diversidade de relatos. As respostas indicam que o analfabetismo funcional influencia profundamente diversos aspectos da vida, desde as relações familiares até o ambiente de trabalho, limitando a autonomia e a capacidade de compreensão crítica dos indivíduos. Esses relatos evidenciam o quanto a alfabetização vai além de uma simples habilidade, afetando a participação plena na sociedade e a construção de uma vida autônoma.

Carvalho (2019) e De Souza *et al.*, (2023) oferecem análises complementares sobre os impactos do analfabetismo funcional no Brasil, ressaltando as limitações impostas à vida econômica e social de jovens adultos e crianças. Carvalho destaca como essa condição afeta diferentes faixas etárias, apontando a vulnerabilidade de jovens e crianças que enfrentam dificuldades educacionais. Já De Souza *et al.*, (2023) ampliam essa discussão, enfocando as barreiras estruturais e educacionais que perpetuam a exclusão social e impedem o progresso econômico, fornecendo um contexto para a visão de que uma alfabetização de qualidade é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país. Esses autores contribuem para a compreensão de que o analfabetismo funcional não é apenas uma questão educacional, mas um obstáculo ao crescimento pessoal e coletivo, afetando diretamente a inclusão e a mobilidade social.

O trabalho de Beserra (2021) aprofunda a análise ao investigar os desafios enfrentados no ensino básico, enfatizando a infraestrutura deficiente e as salas de aula superlotadas,

elementos que comprometem a formação inicial das habilidades de leitura e interpretação. O autor observa que esses fatores não apenas dificultam a alfabetização, mas também comprometem o aprendizado de habilidades matemáticas, algo que se reflete nas percepções dos participantes do estudo. Essa conexão entre alfabetização e habilidade matemática demonstra que a educação básica precisa de investimentos robustos para que a formação seja sólida e eficaz desde os primeiros anos escolares.

Pertuzatti e Dickmann (2019) exploram o papel da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e argumentam que reformas curriculares são essenciais para promover uma alfabetização eficaz. Eles defendem que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita deve começar nas séries iniciais, com metodologias adequadas e práticas educativas que incentivem a compreensão e a interpretação crítica. Essa abordagem teórica sustenta a importância de um currículo que valorize a alfabetização desde cedo, permitindo que os alunos adquiram competências que os preparem melhor para os desafios acadêmicos e profissionais.

Os Relatórios do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente o 4º e o 5º Ciclo de Monitoramento (INEP, 2022; INEP, 2024), reforçam a relevância das análises dos autores ao destacarem os desafios estruturais persistentes para se alcançar a alfabetização plena no Brasil, principalmente em regiões menos favorecidas. Esses relatórios indicam que, apesar de alguns progressos, a qualidade do ensino fundamental permanece estagnada em várias áreas, com impactos diretos nas habilidades de leitura e interpretação desde a infância. Os dados dos relatórios apontam também que a distribuição etária do analfabetismo funcional é especialmente crítica entre jovens adultos de 18 a 29 anos e crianças de 6 a 12 anos, grupos que, segundo os participantes, são os mais afetados por deficiências no sistema educacional.

Além disso, o relatório de 2024 destaca que problemas como turmas superlotadas e infraestrutura precária permanecem críticos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Esses fatores são reconhecidos como obstáculos para o desenvolvimento adequado das habilidades de leitura e interpretação, bem como para a resolução de problemas matemáticos, o que reforça a necessidade de investimentos contínuos para melhorar as condições educacionais nesses locais.

A tecnologia e as metodologias modernas são mencionadas nos relatórios do PNE como ferramentas que podem elevar a qualidade da alfabetização. No entanto, os desafios de infraestrutura em áreas menos favorecidas dificultam a implementação dessas inovações. A

percepção dos participantes de que o uso de novas tecnologias pode beneficiar o aprendizado é válida, mas precisa ser acompanhada de investimentos em infraestrutura para que tenha impacto significativo.

As desigualdades regionais e sociais evidenciadas pelos relatórios e pelos estudos demonstram que a alfabetização e a qualidade da educação estão fortemente ligadas ao desenvolvimento socioeconômico. As regiões com menor acesso a recursos e com uma formação docente insuficiente enfrentam mais dificuldades para garantir uma educação de qualidade, perpetuando as desigualdades. Esse cenário alimenta o ceticismo dos participantes sobre as melhorias futuras na alfabetização, dado o ritmo lento das mudanças estruturais e o insuficiente investimento na educação básica. Embora as metas do PNE para 2024 busquem avanços, a falta de reformas efetivas e o ceticismo dos respondentes evidenciam os desafios persistentes que o país enfrenta para atingir a alfabetização plena e promover um desenvolvimento social mais justo e inclusivo.

Os resultados indicam que, embora o analfabetismo funcional tenha repercussões em faixas etárias diversas, o grupo de 18 a 29 anos é visto pelos participantes como particularmente impactado, o que pode evidenciar falhas na formação inicial, acumuladas ao longo dos anos escolares. Essa percepção dialoga com pesquisas como as de Carvalho (2019) e De Souza et al. (2023), que relacionam as dificuldades de leitura e escrita à perpetuação de obstáculos socioeconômicos, reforçando a necessidade de políticas abrangentes que visem tanto a formação de jovens quanto a retomada de estudos por adultos que não consolidaram habilidades de interpretação. Nesse cenário, a estreita conexão entre dificuldades de leitura e operações matemáticas, apontada pela maioria, sugere uma alfabetização inicial que aborde múltiplas competências de forma integrada.

Outro ponto recorrente é a importância atribuída a novas tecnologias e metodologias como meios de aprimorar o ensino, desde que acompanhadas por infraestrutura adequada e preparo docente, conforme indicado também por Beserra (2021). A ampla concordância em torno do valor da alfabetização para o desenvolvimento nacional, expressa pela maioria dos participantes, encontra eco nos relatórios do PNE (INEP, 2022; INEP, 2024), que sublinham a carência de investimentos consistentes no ensino básico. Essa lacuna se reflete na incerteza de parte dos respondentes acerca da possibilidade de melhorias substanciais na próxima década, sinalizando um ambiente em que mudanças estruturais ocorrem de maneira lenta e desigual.

No contexto de Alto Garças, essas percepções se intensificam devido às limitações de acesso a recursos de ensino em zonas rurais e ao desafio de manter programas educacionais que estimulem a leitura e a compreensão crítica desde a infância. A carência de iniciativas locais reconhecidas pelos participantes indica a necessidade de maior divulgação e de parcerias entre poder público, instituições de ensino e setores produtivos para ampliar oportunidades de alfabetização em todas as fases da vida. Dessa forma, tornar-se-ia possível mitigar as barreiras enfrentadas pelos jovens e adultos que buscam formação complementar e, assim, promover maior inclusão econômica e cidadã.

4.2.2 Análise de Conteúdo da Pesquisa.

As respostas a essas seis questões abertas permitiram uma análise de acordo com a metodologia de Bardin (2016) que apresenta cinco categorias principais. Elas ecoam as respostas dos participantes do município de Alto Garça para compreender dimensões variadas que se referem ao tópico em consideração. Incluiu preparação, exploração do material e tratamento dos resultados para manter o rigor e a veracidade sobre os dados recuperados.

As categorias identificadas foram: Estratégias para Remediar o Analfabetismo Funcional, que abrange ações e propostas para diminuir esse problema no nível local; Impactos do Analfabetismo Funcional na Economia Local, no que diz respeito aos efeitos econômicos e produtivos decorrentes desse transtorno; Lacunas na Implementação do Plano Municipal de Educação, que revela os impedimentos estruturais e gerenciais da luta contra o analfabetismo funcional; Barreiras Socioculturais para Lutar Contra o Analfabetismo Funcional, que discute as razões culturais, familiares e comunitárias para perpetuar o problema; e Atualização dos Programas de Educação de Jovens e Adultos para Eficácia, que discute como esses programas podem ser melhor adaptados para atender às necessidades da população local.

A primeira categoria foi nomeada estratégias para mitigação do analfabetismo funcional e engloba as percepções dos respondentes sobre as ações e propostas voltadas para reduzir os impactos do analfabetismo funcional em contextos específicos, como o de Alto Garças. Essa categoria reflete a busca por iniciativas adaptadas às realidades locais, com foco na ampliação do acesso à educação e na promoção da leitura e escrita.

A categoria de iniciativas locais destacam a importância de projetos diretamente vinculados às comunidades, capazes de atender às demandas específicas da população. As

frases representativas mencionadas foi a (...) *bibliotecas móveis no nível da vila para fomentar o hábito da leitura e disponibilizar literatura básica para adultos e crianças, tem gente que ate quer ler mas ler o que se não tem opção* (Respondente 15). Essa ação visa oferecer literatura básica para adultos e crianças no município, superando a limitação de acesso a materiais de leitura, especialmente na localidade onde há escassez de recursos. A estratégia reconhece que, mesmo quando há interesse pela leitura, a ausência de opções disponíveis representa um obstáculo significativo.

Bibliotecas móveis podem aumentar muito o nível de alfabetização e criar uma cultura de leitura em lugares onde a configuração de um padrão de biblioteca tradicional é difícil. Elas também podem atuar como agentes de inclusão social, fornecendo vínculos comunitários isolados a recursos educacionais e abrindo espaços para interação social (Niemand & Dlamini, 2021). A abordagem dessas bibliotecas é potencializada ao considerar as especificidades locais, ajustando-se às demandas regionais e reconhecendo as barreiras que dificultam o desenvolvimento de habilidades fundamentais.

Ao contemplar particularidades locais, essas propostas visam ampliar a oferta de oportunidades educacionais, reconhecendo os obstáculos que limitam o desenvolvimento de competências básicas. Nesse sentido, torna-se relevante analisar como intervenções práticas e contextualizadas podem contribuir para minimizar a carência de recursos, além de promover maior envolvimento das comunidades na busca pela aprendizagem.

No rol dessas iniciativas, as bibliotecas móveis configuram recurso para suprir a falta de materiais de leitura em vilarejos e zonas rurais. Ao disponibilizar obras básicas para adultos e crianças, essa estratégia busca fomentar o contato diário com livros, superando a ausência de bibliotecas fixas em regiões com poucos recursos. Dessa maneira, mesmo quando há desejo de aprimorar a leitura, a limitação de acesso a obras literárias deixa de ser empecilho, fortalecendo o hábito de leitura e a aquisição de habilidades essenciais para o exercício da cidadania.

A segunda frase representativa dessa categoria foi “*Talvez campanhas aqui na cidade de alfabetização por meio de programas de rádio e televisão; que sejam programas gratuitos que criem quem sabe criar o hábito leitura e escrita* (Respondente 71)”. A TV Escola exemplifica essa abordagem ao se destacar por alcançar regiões remotas do Brasil, contribuindo para a inclusão educacional e reduzindo barreiras de acesso ao conhecimento (Rohana & Watini, 2022). Por meio de parcerias com instituições educacionais e culturais, a

emissora amplia sua influência, promovendo a valorização da diversidade cultural ao abordar temas que refletem os desafios e as especificidades das diferentes regiões brasileiras.

Essa iniciativa demonstra o potencial das mídias amplamente acessíveis como ferramentas pedagógicas, especialmente em contextos marcados pela escassez de escolas e bibliotecas. A gratuidade e a regularidade das transmissões foram apontadas pelos respondentes como características fundamentais para alcançar um público mais abrangente, garantindo continuidade no aprendizado. Dessa forma, tais programas não apenas reforçam competências básicas, mas também fortalecem o vínculo entre educação e inclusão, adaptando-se às necessidades de populações historicamente marginalizadas no acesso ao conhecimento.

Essas subcategorias refletem um entendimento sobre a necessidade de ações diversificadas e adaptadas às realidades locais, reforçando a importância de intervenções que ampliem o acesso à educação e promovam a inclusão social. Ao sugerir transmissões gratuitas e regulares, objetiva-se abranger diferentes grupos populacionais, sobretudo aqueles com menor acesso a escolas ou bibliotecas. Com isso, emergem oportunidades de estudo e formação, mesmo em regiões onde a infraestrutura educacional encontra-se limitada. Essa abordagem, ao favorecer a democratização das informações, amplia o estímulo à leitura e a possibilidades de melhoria do desempenho escolar.

A implementação desses programas requer coordenação entre redes públicas, veículos de comunicação e lideranças locais, garantindo a periodicidade e a qualidade das exposições. Ao ofertar conteúdos em horários acessíveis, busca-se contemplar faixas etárias diversas, promovendo a aprendizagem e contribuindo para a redução do analfabetismo funcional. Esse panorama, evidenciado pelas subcategorias, reforça o valor de ações variadas e adaptadas às particularidades de cada local, potencializando a inclusão social por meio da ampliação do acesso a conhecimento.

A categoria impactos do analfabetismo funcional na economia local, explora as consequências diretas dessa condição sobre as atividades econômicas predominantes no contexto de Alto Garças. As limitações impostas pela baixa alfabetização afetam tanto os processos operacionais quanto a eficiência econômica, impactando trabalhadores e empresários. Essa análise evidencia como a falta de habilidades básicas em leitura e escrita compromete a produtividade e gera custos adicionais, configurando barreiras ao desenvolvimento econômico local.

A primeira subcategoria foi intitulada Consequências Operacionais. As consequências operacionais do analfabetismo funcional estão diretamente relacionadas à dificuldade de realizar tarefas técnicas e administrativas. Uma das dificuldades citadas refere-se à interpretação inadequada de manuais de máquinas agrícolas, que foi relatada pelo respondente 29 “(..) *sempre tem algumas dificuldades em interpretar manuais das máquinas (...) o baixo nível de alfabetização e a pouca capacidade de ler manuais de máquinas agrícolas, reduz a eficiência e aumenta os custos com falhas operacionais.*”.

Além disso, erros no registro de informações afetam processos como certificação de produtos e comercialização como pode ser visto na fala do respondente 71 “ *incapacidade de competir no mercado devido ao registro incorreto de informações de produção, principalmente nos processos de certificação e comercialização*, prejudicando a competitividade no mercado e gerando prejuízos financeiros para os produtores. Observa-se que a dificuldade de interpretação de manuais de equipamentos agrícolas afeta o uso apropriado dos recursos tecnológicos, resultando em desperdício de tempo, elevação de custos e maior possibilidade de falhas. Tais limitações podem inviabilizar o pleno aproveitamento de maquinários que, se adequadamente manejados, contribuiriam para agilizar o processo produtivo e ampliar a eficiência no trabalho.

As falhas no registro de dados e na documentação de produtos evidenciam a relevância de habilidades básicas de leitura e escrita para o bom funcionamento de setores estratégicos como certificação e comercialização. Tais inconsistências podem gerar impactos financeiros significativos para os produtores, especialmente quando resultam em descumprimento de normas regulatórias ou exigências do mercado, conforme apontado por Kazakova e Shinkevich (2020). A incapacidade de atender a esses requisitos não apenas compromete a competitividade, mas também ressalta a importância de práticas mais robustas para o manejo de informações e documentação.

Além disso, a dificuldade em interpretar manuais técnicos e realizar manutenções adequadas acentua os problemas decorrentes do analfabetismo funcional, gerando tempos de inatividade prolongados, redução na produtividade e aumento dos custos operacionais (Myalo *et al.*, 2021). Esses prejuízos ultrapassam a dimensão individual, afetando toda a cadeia produtiva e limitando a eficiência e a adoção plena de tecnologias disponíveis. Assim, torna-se evidente que a alfabetização funcional não é apenas um requisito para o desenvolvimento

peçoal, mas um fator essencial para a competitividade e sustentabilidade no ambiente produtivo.

A segunda subcategoria foi nomeada Custos Econômicos. Os custos econômicos associados ao analfabetismo funcional refletem sua influência no aumento de riscos e despesas no ambiente de trabalho. A incompreensão das precauções de segurança ocupacional relatada pela frase “*A incompreensão das precauções de segurança ocupacional resulta em um aumento nas taxas de acidentes e, como resultado, diminui a produtividade, ao mesmo tempo em que aumenta os custos para as empresas (Respondente 68)*” eleva a incidência de acidentes, o que reduz a produtividade e acarreta custos adicionais para empregadores e trabalhadores.

A dificuldade em interpretar precauções de segurança reflete um grave desafio nos ambientes laborais, contribuindo para o aumento das taxas de acidentes de trabalho. Esse cenário compromete não apenas a integridade física dos trabalhadores, mas também a eficiência operacional das empresas, gerando impactos negativos como a redução da produtividade e a elevação dos custos associados a afastamentos e indenizações (Oliveira et al., 2021). Essa situação evidencia a necessidade de investir em capacitação e alfabetização funcional, de modo a garantir que os colaboradores compreendam instruções e procedimentos que promovam um ambiente de trabalho mais seguro e eficiente.

Outro impacto significativo é observado na limitação do acesso a crédito rural “ *O acesso precário a linhas de crédito rural resulta do analfabetismo funcional, pois a maioria dos agricultores tem dificuldade em entender os termos legais e financeiros dos contratos. (Respondente 61)*”, pois agricultores enfrentam dificuldades em interpretar contratos financeiros e termos legais. Isso restringe a capacidade de investimento e inovação, agravando a vulnerabilidade econômica da região.

A baixa alfabetização funcional entre agricultores impõe desafios consideráveis à interpretação de contratos financeiros, restringindo o acesso ao crédito rural e comprometendo a realização de investimentos essenciais para a inovação e a modernização do setor agrícola (Linh et al., 2019). Essa limitação dificulta a adoção de tecnologias e práticas mais eficientes, ampliando a vulnerabilidade econômica dos produtores.

A falta de acesso ao crédito rural não apenas impacta a sustentabilidade individual dos agricultores, mas também afeta o desenvolvimento das comunidades rurais como um todo, perpetuando desigualdades e limitando oportunidades de crescimento econômico (Sun et al.,

2020). Nesse contexto, o fortalecimento das competências de leitura e escrita entre os moradores surge como uma estratégia indispensável para promover inclusão financeira, possibilitar melhores decisões econômicas e estimular o desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais.

Essa categoria evidencia como o analfabetismo funcional vai além de um problema educacional, afetando profundamente a economia local. A análise das subcategorias demonstra que abordar essa questão exige não apenas iniciativas educacionais, mas também estratégias que promovam a inclusão financeira e produtiva. Nesse sentido, a incompreensão de precauções relacionadas à segurança ocupacional, acarreta mais acidentes, reduzindo a produtividade e gerando custos extras tanto para empregadores quanto para trabalhadores. Também se observa a dificuldade em interpretar contratos e termos legais, o que limita o acesso ao crédito rural e prejudica a capacidade de investimento, ampliando a vulnerabilidade econômica de muitas localidades.

Tal cenário evidencia que o analfabetismo funcional não se restringe a questões pedagógicas, pois repercute em variados aspectos da economia regional. Ao analisar as subcategorias, verifica-se a necessidade de combinar ações educativas com estratégias que favoreçam a inclusão financeira e produtiva, permitindo que trabalhadores e produtores alcancem maior autonomia na gestão de recursos. Dessa forma, podem-se atenuar os custos adicionais advindos das limitações de leitura e escrita, resultando em contextos mais sustentáveis e com menores desigualdades.

A categoria Lacunas na Implementação do Plano Municipal de Educação (PME) mostra as falhas estruturais, gerenciais e pedagógicas que comprometem a eficácia das políticas educacionais destinadas ao combate do analfabetismo funcional em Alto Garças. Essa análise reflete a necessidade de aprimorar as condições materiais e os processos de execução do PME, ajustando-os às demandas locais e às particularidades das populações atendidas.

A primeira subcategoria é a infraestrutura. A precariedade da infraestrutura escolar representa uma das barreiras mais significativas para a implementação eficaz do PME de Alto Garças. Escolas com infraestrutura adequadas a quantidade de alunos, auditório para reuniões com pais, alunos e professores dentro da escola, quadra esportiva coberta, rampas de acessibilidade, banheiros adaptados, entre outros. A falta dessas condições dificultam o

acesso e a permanência dos alunos, minando os esforços para promover a alfabetização funcional de forma inclusiva.

Essa subcategoria mostra que a percepção dos professores quanto as condições físicas das escolas afetam a execução das metas propostas pelo Plano Municipal de Educação (PME). Programas de alfabetização funcional são prejudicados por barreiras como infraestrutura inadequada e falta de recursos pedagógicos, tornando mais difícil atender às necessidades educacionais de adultos em áreas rurais (Li & Li, 2019).

Em municípios como os de Alto Garças, a carência de recursos estruturais, associada à falta de transporte escolar compatível com as necessidades da comunidade, limita o acesso de estudantes a espaços apropriados. Ao considerar a inexistência de bibliotecas em muitas instituições, nota-se que práticas de leitura e estímulos à alfabetização ficam prejudicados, especialmente em regiões mais remotas.

Tais limitações impedem que os alunos permaneçam de forma consistente no ambiente escolar, o que fragiliza a formação contínua e agrava as desigualdades na aprendizagem. A análise dos obstáculos estruturais revela a necessidade de políticas que assegurem melhorias, incluindo a ampliação de acervos literários e a oferta de meios de transporte viáveis. Ao suprir essas lacunas, o município poderá avançar na implementação das metas do PME, fomentando a alfabetização funcional e fortalecendo o processo educativo em todas as regiões.

A segunda subcategoria foi intitulada Gestão e Avaliação. No campo gerencial, a ausência de avaliações periódicas para monitorar o progresso nas metas estabelecidas pelo PME compromete a capacidade de realizar ajustes estratégicos durante a execução do plano. O Respondente 90 demonstra a percepção dos professores quando nos relata que “ *nenhuma das escolas realmente conduziu uma avaliação periódica do progresso nas metas de alfabetização funcional, o que daria suporte a ajustes estratégicos durante a implementação do plano*”. Sem mecanismos de controle e revisão, torna-se difícil identificar pontos críticos e implementar soluções direcionadas, perpetuando ineficiências no combate ao analfabetismo funcional.

A adoção de avaliações periódicas no ambiente educacional contribui de maneira significativa para o aprimoramento do aprendizado, permitindo identificar deficiências no desempenho dos alunos e no alcance das metas educacionais. Estudos apontam que práticas de avaliação contínua estão associadas a avanços na aprendizagem e a uma maior eficiência

organizacional, consolidando-se como ferramentas indispensáveis no processo pedagógico (Sahoo *et al.*, 2023).

Por outro lado, a ausência de monitoramento e ajustes regulares limita o progresso em áreas como a alfabetização funcional, onde desafios estruturais e gerenciais frequentemente ampliam as desigualdades educacionais. Conforme observado por Cassano *et al.* (2019), a inexistência de estratégias eficazes de acompanhamento não apenas impede a superação dessas barreiras, mas também perpetua lacunas que comprometem a formação integral dos estudantes. Assim, o fortalecimento de práticas avaliativas contínuas emerge como um elemento fundamental para enfrentar tais desafios e promover maior equidade no acesso ao conhecimento.

A subcategoria gestão e avaliação destaca o quanto a ausência de monitoramento contínuo prejudica a efetividade das metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação (PME). Sem avaliações periódicas para aferir o desenvolvimento das ações propostas, fica limitado o potencial de ajustes estratégicos, o que compromete a correção de lacunas e a adequação dos métodos adotados.

Sem mecanismos de controle e revisão, aspectos críticos tendem a permanecer sem solução, afetando diretamente os esforços contra o analfabetismo funcional. É fundamental que o planejamento inclua procedimentos de análise e acompanhamento que permitam identificar com clareza os pontos de melhoria, conferindo agilidade na tomada de decisões e aumentando a eficácia das políticas voltadas à promoção da leitura e escrita.

A categoria barreiras socioculturais ao combate do analfabetismo funcional aborda os desafios relacionados às dinâmicas culturais, familiares e sociais que dificultam os esforços para reduzir o analfabetismo funcional. Essa análise revela que, além de fatores educacionais e estruturais, questões socioculturais desempenham um papel determinante na perpetuação desse problema, exigindo abordagens que considerem essas especificidades.

A primeira subcategoria é a Culturais e Familiares. Os fatores culturais e familiares exercem uma influência direta sobre a educação. A desvalorização da educação por famílias de baixa renda, frequentemente motivada pela necessidade de trabalho precoce, contribuindo para o abandono escolar em prol da sobrevivência financeira “(...), *muitos começam a trabalhar desde cedo e acabam por abandonar a escola, o que pode ser mitigado com incentivos financeiros como bolsas de estudo (Respondente 22)*”, o trabalho precoce muitas

vezes resulta em abandono escolar, perpetuando o ciclo de pobreza e limitando oportunidades futuras.

Programas como o Bolsa Família têm mostrado potencial para mitigar esse problema ao oferecer incentivos financeiros às famílias, vinculados à permanência dos filhos na escola, o programa aumenta a probabilidade de crianças estarem matriculadas e reduz as taxas de evasão em cerca de 53%, especialmente em áreas rurais e entre adolescentes de grupos vulneráveis (Silvernale, 2021). Ao reduzir a pressão econômica sobre os lares, essas políticas possibilitam que as crianças e os adolescentes permaneçam nos estudos, ampliando suas perspectivas educacionais e, conseqüentemente, suas chances de inserção no mercado de trabalho em condições mais favoráveis. Assim, iniciativas dessa natureza, destacam-se como estratégias efetivas para combater o abandono escolar e promover a inclusão social.

Além disso, a ausência de hábito de leitura no ambiente familiar reforça a dificuldade de estimular o aprendizado das crianças, perpetuando o ciclo de baixa alfabetização entre gerações como falado pelo respondente 34 *“A falta de hábito de leitura no ambiente familiar poderia ser superada com programas de leitura coletiva envolvendo pais e filhos nas escolas. Isso estimularia a criança e o pais, pois muitos deles não têm fluência leitora”*. Esses aspectos indicam a importância de políticas públicas que promovam incentivos e programas voltados à valorização da educação dentro das famílias.

A prática de leitura em família constitui um alicerce importante para a alfabetização infantil, estabelecendo vínculos que favorecem o desenvolvimento de habilidades de leitura e promovem a motivação para aprender. Programas que envolvem pais e filhos em atividades conjuntas, como leitura compartilhada ou contação de histórias, revelam-se estratégias eficazes para romper ciclos de baixa alfabetização, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Conforme apontado por Geske e Ozola (2020), a participação ativa dos pais nesse processo não apenas auxilia no aprimoramento das competências de leitura das crianças, mas também influencia de forma positiva seu desempenho escolar.

Políticas públicas voltadas à alfabetização deveriam priorizar ações que fortaleçam o ambiente de leitura familiar, garantindo suporte adequado às famílias que enfrentam dificuldades socioeconômicas. Estudos, como os de Swain e Cara (2019), indicam que iniciativas que integram os pais na alfabetização infantil não apenas melhoram o aprendizado das crianças pequenas, mas também consolidam a parceria entre casa e escola, criando uma

base mais sólida para o desenvolvimento educacional. Essa integração reflete o potencial transformador de um trabalho conjunto entre famílias e instituições educacionais.

A subcategoria culturais e familiares revela como valores e práticas presentes no ambiente doméstico influenciam, de maneira direta, o processo de escolarização. Quando a educação é vista como algo secundário em lares de baixa renda, existe uma tendência ao abandono das aulas para atender às demandas financeiras imediatas. Nesse contexto, os jovens, muitas vezes, assumem responsabilidades de trabalho precoce, o que inviabiliza a continuidade nos estudos e perpetua níveis reduzidos de alfabetização. Ainda no âmbito familiar, a falta de incentivo para atividades de leitura e estudo, associada à pouca vivência com livros e outros materiais, prejudica a formação de hábitos que poderiam estimular o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Esses fatores indicam a importância de políticas que estimulem as famílias a valorizar a educação e oferecer condições para que os estudantes permaneçam na escola. Nessa perspectiva, projetos que unam assistência social e práticas pedagógicas podem fortalecer o vínculo entre a escola, os pais e os estudantes, suprimindo as limitações econômicas e culturais que restringem o acesso à leitura e à escrita. Ao direcionar programas de apoio, como bolsas de estudo e iniciativas que disponibilizem materiais didáticos, busca-se a conscientização familiar acerca dos benefícios da educação, rompendo gradualmente o ciclo de baixa escolarização que atravessa diferentes gerações.

As Barreiras Linguísticas foi nomeada como segunda subcategoria. As barreiras linguísticas também representam um obstáculo significativo no processo de alfabetização o que foi apontado pela fala do respondente 2 “(...) *o uso de dialetos locais ou variações do português, podem ser tratadas com materiais pedagógicos que respeitem essas particularidades*”. Ausência de materiais pedagógicos que dialoguem com as especificidades linguísticas das comunidades ergue barreiras que afastam a educação de seu propósito inclusivo. Esses recursos, quando não refletem as variações linguísticas e culturais dos estudantes, assumem o papel de obstáculos silenciosos, limitando o aprendizado e enfraquecendo o reconhecimento da identidade cultural. É como se o próprio material didático negasse um lugar ao aluno em seu universo de palavras e ideias, evidenciando a necessidade de que ele seja mais do que um recurso: um reflexo das vivências e particularidades de quem aprende.

Conforme argumentado por Walker (2019), a ausência de currículos e materiais didáticos que dialoguem com a diversidade cultural estabelece barreiras no processo de aprendizagem, impactando também a preservação da identidade cultural dos alunos. Materiais pedagógicos padronizados frequentemente ignoram as especificidades das comunidades diversas, criando um distanciamento entre o conteúdo acadêmico e as experiências vividas pelos estudantes. Essa desconexão não apenas limita o engajamento dos alunos, mas também compromete o papel da educação como ferramenta para o fortalecimento da cultura e da pertença comunitária.

Nesse cenário, o professor surge como um mediador indispensável. Docentes que abraçam a diversidade linguística de seus alunos transformam o ato de ensinar em um exercício de empatia e criatividade. É o professor quem dá voz ao material, adaptando-o com sensibilidade às realidades locais, estabelecendo pontes entre o conteúdo e as experiências vividas pelos estudantes. Essa tarefa, contudo, exige formação contínua e um olhar atento para as nuances culturais e sociais. Juntos, materiais sensíveis às diferenças e práticas pedagógicas moldadas às necessidades dos alunos tornam-se protagonistas de uma educação que verdadeiramente acolhe e transforma.

Essa subcategoria aponta como a presença de dialetos locais e variações do português, apesar de sua relevância cultural, pode dificultar a assimilação de conteúdos formais na alfabetização. Essas diferenças linguísticas afastam parte dos estudantes do padrão escrito ensinado e geram lacunas de compreensão, criando insegurança no uso da norma oficial.

Observa-se a carência de materiais pedagógicos adaptados às características de cada comunidade, uma vez que poucos recursos incluem elementos regionais e abordam a transição entre o dialeto local e o português padrão. Essa lacuna compromete a inclusão, pois o processo de aprendizagem demanda apoio específico para conciliar as formas de expressão que integram a identidade cultural dos alunos.

Nesse cenário, torna-se recomendável promover práticas que valorizem as variantes linguísticas como parte natural do ensino, reconhecendo a diversidade de falas e, ao mesmo tempo, incentivando a apropriação da norma-padrão sem negligenciar as identidades regionais. Políticas de formação docente direcionadas ao acolhimento dessa pluralidade podem contribuir para uma alfabetização mais consistente, viabilizando o acesso efetivo aos conteúdos escolares.

A terceira e última subcategoria é denominada de estigma e resistência. O estigma associado à educação de adultos e a resistência ao ensino formal são desafios importantes no contexto do analfabetismo funcional. O respondente 68 nos relata que “*frequentar aulas de alfabetização pode visto como custoso ou tarde demais*”. Muitos adultos afastam-se de programas de alfabetização, movidos pelo receio de serem julgados, por barreiras emocionais e sociais, como o medo de julgamento e a crença de que aprender é um privilégio da infância ou pela dificuldade de reconhecerem a aplicabilidade direta da educação em suas rotinas (Ade-Ojo & Duckworth, 2019).

Esses fatores reforçam a necessidade de abordagens que considerem as especificidades dos aprendizes adultos, promovendo um ambiente acolhedor e valorizando as contribuições que cada experiência traz ao processo educativo. Os programas de alfabetização para adultos municipais devem incorporar abordagens personalizadas e acolhedoras, reconhecendo o potencial de aprendizado ao longo da vida e valorizando as experiências dos participantes. Combater o estigma requer sensibilização social e a criação de ambientes educativos que promovam a autoestima e a inclusão.

A inclusão de conteúdos práticos e relevantes ao cotidiano, como sugerido pelo respondente 54 “*a resistência à educação formal por parte de adultos pode ser reduzida com a inclusão de conteúdos práticos e de relevância direta para o cotidiano*”, é uma estratégia promissora para aumentar o interesse e engajamento desse público. Tal estratégia não apenas incentiva o engajamento, mas também fortalece a percepção do valor da educação como ferramenta para melhorar aspectos concretos da vida diária, ampliando as possibilidades de adesão aos programas educacionais.

Metodologias que equilibram conhecimentos teóricos com aplicações práticas aumentam significativamente o envolvimento de aprendizes adultos e melhoram os resultados educacionais. Isso é especialmente eficaz quando o conteúdo é relevante para a vida cotidiana dos alunos (Ruffin *et al.*, 2019). O combate ao analfabetismo funcional exige ações que ultrapassem os limites da sala de aula, abrangendo intervenções voltadas para os valores culturais, o fortalecimento do apoio familiar e a adaptação pedagógica às especificidades dos aprendizes. Estratégias que respeitam a diversidade cultural e promovem a inclusão social e

educacional mostram-se indispensáveis para superar as barreiras socioculturais que perpetuam o analfabetismo funcional e dificultam a integração plena dos indivíduos na sociedade.

A subcategoria destaca os desafios enfrentados por muitos adultos ao aderirem a programas formais de alfabetização, frequentemente marcados pelo receio de julgamentos e pela percepção de que a educação não gerará benefícios imediatos. Esses sentimentos de desconforto são amplificados em ambientes escolares tradicionais que carecem de conteúdos práticos e relevantes para o cotidiano, o que desestimula aqueles já afetados por baixa autoestima e falta de motivação. Nessa conjuntura, a resistência à participação em iniciativas educacionais mantém o ciclo do analfabetismo funcional e reduz as oportunidades de transformação social e econômica.

A inclusão de abordagens pedagógicas que valorizem as vivências dos estudantes e incorporem temáticas do universo profissional, familiar e social representa um caminho promissor para fomentar o engajamento. Aulas que reflitam o cotidiano e os interesses específicos de cada grupo tornam o aprendizado mais dinâmico, aplicável e atrativo. Sob essa perspectiva, enfrentar o analfabetismo funcional requer a implementação de iniciativas integradas que reconheçam e acolham as realidades culturais e sociais dos aprendizes, fortalecendo vínculos familiares e propondo metodologias contextualizadas. Assim, é possível promover uma educação inclusiva e eficaz, superando os entraves socioculturais que limitam o acesso ao conhecimento e à cidadania plena.

A última categoria foi nomeada de aprimoramento dos Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e evidencia propostas que podem tornar esses programas mais eficazes e acessíveis, considerando as necessidades específicas dos alunos. A subcategoria Incentivos e Suporte foi estabelecida para ilustrar estratégias voltadas à garantia do engajamento de jovens e adultos em programas de alfabetização.

Os incentivos materiais e logísticos desempenham um papel crucial na garantia de frequência e engajamento dos alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Respondente 4 destaca que *“a baixa participação na EJA pode ser enfrentada fornecendo transporte e refeições gratuitas aos alunos para facilitar o acesso às aulas, especialmente nas áreas rurais.... chegar do trabalho e ainda se deslocar para a escola muitas vezes desencoraja o aluno...”*. Essas ações tornam-se particularmente relevantes para superar barreiras de acesso, sobretudo em regiões rurais e para estudantes que enfrentam longas jornadas de trabalho antes de frequentarem as aulas.

O apoio institucional, por meio da oferta de recursos básicos, promove maior adesão e permanência nos programas educacionais. A disponibilização de transporte e refeições gratuitas reduz significativamente as barreiras econômicas e físicas que dificultam a frequência regular às aulas, como observado por Guryan *et al.* (2020). Tais medidas ampliam as oportunidades de acesso à educação, oferecendo suporte concreto às populações vulneráveis, que, de outra forma, enfrentariam desafios quase intransponíveis para sua continuidade nos estudos.

A subcategoria Incentivos e Suporte evidencia a relevância de providenciar recursos materiais e logísticos adequados para garantir a participação consistente dos estudantes no EJA. Ações como o fornecimento de transporte e alimentação, além de facilitar o deslocamento, criam condições de maior conforto e segurança, contribuindo para o engajamento e a permanência nos programas. Essas iniciativas não apenas mitigam dificuldades imediatas, mas também fomentam um ambiente mais propício à aprendizagem e ao aproveitamento educacional.

Ao aliviar preocupações relacionadas à locomoção e à alimentação, incentivos materiais permitem que os estudantes se concentrem no processo de aprendizagem, reduzindo a evasão e promovendo melhores resultados escolares. Assim, observa-se a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades regionais e as condições de vida dos estudantes, fortalecendo a estrutura de apoio e ampliando o acesso à educação de jovens e adultos de maneira equitativa e eficaz.

A subcategoria Uso de Tecnologias destaca o potencial de ferramentas digitais, como tablets e cursos online, para tornar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) mais flexível e acessível. Vivendo em um mundo cada vez mais informatizado, essa abordagem oferece uma solução prática para atender estudantes que possuem horários não convencionais de trabalho, como apontado pelo Respondente 68: *“o uso da tecnologia, como tablets ou cursos online, tornaria a participação mais flexível e atrairia mais alunos, claro para aqueles que possuem algum conhecimento nisso ou quem possa ajudar em casa, especialmente aqueles que trabalham em horários não tradicionais”*. Tais recursos permitem que os alunos ajustem o aprendizado às suas rotinas, ampliando as possibilidades de estudo e superando barreiras de tempo e mobilidade.

O uso de tecnologias digitais, como tablets e plataformas online, contribui significativamente para a flexibilização e personalização do aprendizado, permitindo que os

estudantes adaptem os estudos às suas rotinas e conciliem a educação com horários de trabalho não convencionais (Pashine, 2022). Ferramentas de e-learning, como *Massive Open Online Courses* (MOOCs), ampliam as possibilidades de inclusão ao oferecer conteúdos acessíveis e adaptados às necessidades de aprendizes adultos. Além disso, tais tecnologias promovem o conceito de aprendizagem ao longo da vida, incentivando o contínuo desenvolvimento pessoal e profissional (Iskakova, 2024).

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o emprego de tecnologias digitais desempenha um papel transformador ao expandir a acessibilidade e o engajamento dos estudantes. Essas ferramentas, quando integradas a programas de inclusão digital, tornam-se essenciais para superar barreiras relacionadas ao tempo e à mobilidade, garantindo que uma população diversificada tenha acesso a métodos de ensino modernos e eficazes. Assim, a combinação de inovação tecnológica com políticas educacionais inclusivas possibilita a construção de um ambiente educacional mais flexível, acessível e alinhado às demandas contemporâneas dos aprendizes adultos.

O fortalecimento do EJA, nesse contexto, requer a combinação de medidas que promovam acesso, inovação e capacitação. A integração de tecnologias não apenas flexibiliza a participação, mas também democratiza o acesso à educação para aqueles que enfrentam restrições de deslocamento ou horários incompatíveis com os modelos presenciais tradicionais. Ferramentas digitais, ao oferecer conteúdo diversificados e acessíveis remotamente, possibilitam que os estudantes acompanhem os estudos em seus próprios ritmos e condições.

Nesse cenário, o desenvolvimento de programas de EJA eficazes depende da disponibilização de tecnologias adequadas, bem como da adaptação de materiais e metodologias para atender às demandas de públicos diversos. Além disso, é indispensável fornecer suporte contínuo aos educadores, capacitando-os para integrar ferramentas digitais de forma eficiente e inclusiva. Assim, a combinação entre inovação tecnológica, relevância dos conteúdos e suporte pedagógico apresenta-se como um caminho promissor para atender de maneira abrangente às necessidades da população adulta, ampliando as possibilidades de inclusão e aprendizagem no EJA.

Considerações Finais

A pesquisa realizada buscou compreender as causas e implicações do analfabetismo funcional no município de Alto Garças, além de identificar estratégias para mitigar esse fenômeno, com foco em dados locais. Essa análise foi norteada pela questão: “Quais são as causas e implicações do analfabetismo funcional em Alto Garças, e como estratégias específicas podem mitigar esse problema?” A estrutura investigativa permitiu explorar, de forma ampla, os fatores que perpetuam essa condição e os impactos sobre a população local.

O objetivo geral da pesquisa foi plenamente alcançado, pois o estudo realizou um mapeamento detalhado das causas do analfabetismo funcional, evidenciou suas implicações socioeconômicas e apresentou estratégias de mitigação viáveis. A análise contemplou dados concretos obtidos localmente, bem como percepções de educadores e a revisão de políticas públicas, compondo um panorama que uniu a teoria à prática educacional no contexto de Alto Garças.

O primeiro objetivo específico, mapear as condições socioeconômicas e estruturais que contribuem para o analfabetismo funcional em Alto Garças, foi atendido ao identificar a infraestrutura educacional inadequada, a carência de professores qualificados e os desafios socioeconômicos, como a desigualdade de renda e a falta de recursos em escolas públicas. Esses fatores foram destacados a partir de dados locais e análise contextual do município, bem como de informações extraídas da revisão de literatura e dos questionários aplicados aos profissionais da educação.

O segundo objetivo específico, investigar os impactos do analfabetismo funcional na vida cotidiana e no mercado de trabalho em Alto Garças, revelou que o analfabetismo funcional limita a capacidade de muitos indivíduos de participar plenamente da sociedade. Os impactos foram observados em diversas esferas, incluindo dificuldades no mercado de trabalho, restrição de oportunidades de emprego e perpetuação da pobreza. Também foi evidenciado o impacto no acesso à saúde e na autonomia para interpretar informações cotidianas, como receitas médicas ou contrato.

O terceiro e último objetivo específico, avaliar os reflexos do analfabetismo funcional no desenvolvimento social e econômico do município de Alto Garças, apontou que o analfabetismo funcional afeta negativamente o desenvolvimento econômico e social do município. A pesquisa mostrou que a falta de habilidades de leitura e escrita impede o acesso

a melhores empregos, limita a formação de capital humano qualificado e perpetua ciclos de desigualdade. Além disso, as limitações educacionais afetam a capacidade da comunidade de progredir coletivamente, evidenciando a relação entre a qualidade da educação e os indicadores de desenvolvimento local.

Os resultados revelaram que as principais causas do analfabetismo funcional em Alto Garças estão associadas à infraestrutura educacional inadequada, à falta de professores qualificados e ao uso de metodologias de ensino pouco eficazes. As implicações identificadas incluíram limitações na participação cidadã, perpetuação de ciclos de pobreza e ampliação das desigualdades no mercado de trabalho. Apesar das dificuldades, o estudo destacou avanços, como os esforços do Plano Municipal de Educação para reduzir os índices de analfabetismo funcional, embora os resultados ainda sejam modestos.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribuiu para aprofundar a compreensão do analfabetismo funcional como um fenômeno multidimensional, conectando-o às desigualdades estruturais que afetam o acesso à educação de qualidade. Em termos práticos, foram propostas ações para formação continuada de docentes, recomendações para políticas públicas que priorizem a alfabetização nos anos iniciais e diretrizes para programas que promovam inclusão social e educacional no município.

Contudo, a pesquisa apresentou limitações. A dependência de dados regionais restringe a generalização das conclusões, e a interpretação subjetiva das respostas dos participantes pode ter introduzido vieses nos resultados. Esses aspectos indicam a necessidade de cautela na aplicação das estratégias sugeridas em outros contextos.

Como sugestão para futuros trabalhos, o estudo aponta a importância de investigar a alfabetização em diferentes faixas etárias e contextos rurais, realizar avaliações longitudinais das políticas implementadas e explorar o impacto de tecnologias na melhoria da alfabetização. Esses caminhos podem expandir a compreensão e fortalecer as práticas educacionais.

Por fim, a pesquisa reafirma a alfabetização como um direito fundamental para o exercício pleno da cidadania. As descobertas enfatizam que, embora desafios estruturais persistam, a implementação de ações integradas pode transformar a educação básica em um instrumento capaz de reduzir desigualdades sociais. Assim, espera-se que as recomendações apresentadas contribuam para uma educação mais inclusiva e efetiva, promovendo desenvolvimento humano e social para a população de Alto Garças.

Referências

- Abdelkarem, K. N. B. I. (2019). Na caminhada para educar jovens e adultos perpasssei pela alfabetização e pelo letramento. *Brazilian Journal of Development*, 5(5), 3457-3469.
- Abildina, S., Aidarbekova, K., & Mukhametzhanova, A. (2023). Opportunities to use educational resources in the context of distance learning. *Bulletin of the Karaganda University. Pedagogy series*. <https://doi.org/10.31489/2023ped1/160-168>.
- Ade-Ojo, G. O., & Duckworth, V. (2019). Forms of institutionalised symbolic violence and resistance in the journey of a cohort of adult literacy learners. *International Journal of Educational Research*, 98, 336-344.
- Alencar, D., Alencar, J., & Junqueira, A. (2020). UNIVERSALIZATION OF THE EDUCATION IN THE BRAZILIAN MUNICIPALITIES. *Mercator*. <https://doi.org/10.4215/RM2020.E19017>.
- Alferes, M., Aparecida, & Mainardes, J. (2018). Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, 47–68
- Alto Garças. (2015). Lei Ordinária nº 1.033, de 15 de junho de 2015: Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025 e dá outras providências. Recuperado de <https://leismunicipais.com.br/a/mt/alto-garcas/lei-ordinaria/2015/1033>
- Ana, W. P. S., Pereira, G. T. M., de Moraes Nozaki, L. N., Andrade, L. M., de Oliveira Santos, P. R., & dos Santos Araújo, C. H. (2019). Reflexões Sobre A Articulação E Integração Entre Educação Profissional E Tecnológica E Educação De Jovens E Adultos. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, 3(2), 22-36.
- Andrade, A., Fernandes De Lima, D., Silva, C. W., Morais, D., & Silva, A. D. (2021). A psicogênese da língua escrita: um estudo na prática. *Ensino em Perspectivas*, 1–9.
- Andrade, L. M. F. (2019). Analfabetismo funcional: conceito, etiologia e subníveis. Em *Anais do Congresso Internacional de Educação Inclusiva e Tecnologias Assistivas*. Florianópolis.
- Araújo, L. D. S. L. (2018). Analfabetismo funcional, alfabetização e letramento: ações da escola na produção de pesquisas entre 2011 e 2016.
- Araujo, L. D. S. L. (2022). Analfabetismo funcional, alfabetização e letramento e ações da escola. Editora Dialética.
- Baburajan, V., Silva, J., & Pereira, F. (2021). Open-Ended Versus Closed-Ended Responses: A Comparison Study Using Topic Modeling and Factor Analysis. *IEEE Transactions on Intelligent Transportation Systems*, 22, 2123-2132. <https://doi.org/10.1109/TITS.2020.3040904>.
- Barbosa, Andréa Haddad. Anos Iniciais do Ensino Fundamental: teorias, reflexões e práticas. AYA Editora, 2023.

- Barbosa, J. P., Conrado, A. L., & Belusci, H. T. (2023). Pressupostos para a atualização do Indicador de Alfabetismo Funcional. *Estudos em Avaliação Educacional*, 34.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo* (Edição Revisada e Ampliada). Lisboa: Edições 70.
- Barreto, R. C. S., & dos Santos, E. I. (2019). A pobreza multidimensional em salvador diminuiu? Evidências a partir da abordagem espacial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15(3).
- Barroso, L. R. (2019). A educação básica no Brasil: Do atraso prolongado à conquista do futuro. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, 13(41), 117-155.
- Basílio, A. C. P. (2020). (De) formados pela pele: a escola-periférica ea escola-excepcional fragmentada como (re) produtoras de desigualdades.
- Bassachs, M., Cañabate, D., Serra, T., & Colomer, J. (2020). Interdisciplinary Cooperative Educational Approaches to Foster Knowledge and Competences for Sustainable Development. *Sustainability*. <https://doi.org/10.3390/su12208624>.
- Bellini, M., & Soares, R. (2019). Risk of Retrogression in Social Rights and Reduction of Brazilian Public Policies. *Prehospital and Disaster Medicine*, 34, s94 - s95. <https://doi.org/10.1017/S1049023X19001961>.
- Beserra, A. C. (2021). QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: um alvo a ser alcançado. *Interfaces Científicas-Educação*, 10(3), 9-18.
- Boas, G. B. V., de Holanda, M. J. B., & Castro, A. C. (2019). Tendências e perspectivas para erradicação do analfabetismo na EJA. *Projeção e Docência*, 10(1), 142-153.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto editora.
- Branco, A. B. de G., Branco, E. P., Fávoro Alegrâncio Iwasse, L., & Akiko Nagashima, L. (2018). Alfabetização E Letramento Científico Na Bncc E Os Desafios Para Uma Educação Científica E Tecnológica. *Revista Valore*, 3, 702–713. <https://doi.org/10.22408/rev302018174702-713>
- Brasil. tem 13 milhões de analfabetos. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- Brasil. (1994). Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.
- Brasil. (1997). Congresso Nacional. Proposta de Emenda à Constituição nº 536, de 1997. Modifica o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: *Tramitacao-PEC-536-1997.pdf*. Acesso em: 29 jul. 2024.
- Brasil. (2011). *Plano Nacional de Educação - PNE*. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. (2013). Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da*

- União, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.
- Brasil. (2013). Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 11.494, de 20 de junho de 2007, 12.695, de 25 de julho de 2012, e 12.858, de 9 de setembro de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13632.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.
- Brasil. (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.
- Brasil. (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.
- Brasil. (2014). Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planeando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023
- Brasil. (2016). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. – Brasília, DF: Inep, 2016. 590 p.: il.
- Brasil. (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019). PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Brasília, DF.
- Brasil. (2021). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Saeb 2021: Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb 2021: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2023.
- Brasil. (2022). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Escolar da Educação Básica 2022. Brasília, DF: IBGE, 2022.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disposições Constitucionais Transitórias, art. 60.
- Brasil.(1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.
- Brasil.(2014). [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 193).

- Buselli, M., dos Santos, A. L., Teodoro, A. F. C. M., & Souza, E. D. S. M. (2020). As Práticas De Alfabetização Dos Professores Da Rede Municipal De Pindamonhangaba-SP. *Revista Eletrônica de Ciências Humanas*, 3(1).
- Cagliari, L. C. (1990). *Alfabetização & linguística*. 2ª. Ed. Editora Scipione, São Paulo.
- Cano Ruíz, A., & Aduna Soberano, Z. (2021). Literacy practices and didactic situations to favor early preschoolers' literacy. *Diálogos sobre educación. Temas actuales en investigación educativa*, 12(23).<https://doi.org/10.32870/DSE.VI23.943>.
- Capra, E. P., & Ferreira, S. B. L. (2023). Acessibilidade Web para Cuidadores Analfabetos Funcionais: Reflexões sobre o uso de tecnologias voltadas ao trato do idoso. *Brazilian Journal of Information Science*, (17), 21.
- Carraro, P. R., & Andrade, A. D. S. (2009). Concepções docentes sobre o construtivismo e sua implantação na rede estadual de ensino fundamental. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13, 261-268.
- Carvalho (2008), Marlene. *Métodos de alfabetização: um estudo comparativo*. Porto Alegre: Artmed.
- Carvalho, M. A. J. (2019). Analfabetismo funcional no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v, 24.
- Chan, C., & Lee, K. (2020). Reflection literacy: A multilevel perspective on the challenges of using reflections in higher education through a comprehensive literature review. *Educational Research Review*, 32, 100376. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2020.100376>.
- Covaleski, L. M., & da Silva Cardoso, F. B. (2023). Educação No Brasil: Um Direito Essencial Ao Exercício Da Cidadania. *Epitaya E-books*, 1(52), 91-102.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2017). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage publications.
- Cunha, N. S. (2018). Analfabetismo funcional: uma análise crítica. *Revista Espaço do Currículo*, 11, 351–366.
- Cunha, R. B. (2018). O que significa alfabetização ou letramento para os pesquisadores da educação científica e qual o impacto desses conceitos no ensino de ciências. *Ciência & Educação (Bauru)*, 24, 27-41.
- Da Costa BRITO, J., & da SILVA, K. P. (2018). As Influências Dos Investimentos Financeiros Na Efetivação Do Primeiro Plano Nacional De Educação. *Jornada Brasileira De Educação E Linguagem/Encontro Do Profeduc E Proletras/Jornada De Educação De Mato Grosso Do Sul*, 1(1).
- Da Costa, R. P., Cassimiro, É. E., & da Silva, R. R. (2021). Tecnologias no processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista Docência e Cibercultura*, 5(1), 97-116.
- Da Cruz, L. C. (2021). *A importância da escrita no desenvolvimento cultural dos sujeitos (Doctoral dissertation, [sn])*

- Da Silva Pereira, L., & Alves, F. I. B. M. (2022). Principais desafios pedagógicos para a alfabetização das crianças/Main pedagogical challenges for children's literacy. ID on line. *Revista de psicologia*, 16(63), 749-763.
- Da Silva, F. M., & da Silva, A. C. (2020). A psicogênese da língua escrita: uma análise de suas contribuições ao processo de alfabetização. *REEDUC-Revista de Estudos em Educação* (2675-4681), 6(1), 21-32.
- Da Silva, G. T. (2023). ALFABETIZAÇÃO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA. *Revista Primeira Evolução*, 1(44), 41-48.
- Da Silva, S. C. V., Ferreira, V. S., & Boeing, R. F. R. (2020). As políticas de combate ao analfabetismo no Brasil: continuidades e descontinuidades. *Horizontes*, 38(1), e020057-e020057.
- Da Silva, V. E., & da Silva, F. B. (2018). Alfabetização e letramento nas séries iniciais. *Revista Saberes Docentes*, 3(5)..
- Damasceno, L. L., & Fontes, M. G. (2019). Formação de professores para a qualidade na educação básica: contextos que conduziram à implementação do Parfor. *Jornal de Políticas Educacionais*, 13.
- De Lima, N. R., da Silva, J. C., & Ciasca, M. I. F. L. (2022). Alfabetização Escolar: Conceitos Contemporâneos E Sua Relação Com O Letramento. *Revista Form@ Re Em Novo Endereço*, 10(3).
- De Melo, T. G. S., & Moura, D. H. (2017). PNE (2001-2010), PNE (2014-2024): orientações para a Educação Profissional no Brasil. *Holos*, 3, 3-15.
- De Oliveira, J. C. A. X., de Paula Corrêa, Á. C., Cezar-Vaz, M. R., Marcon, S. R., Rosa, I. T. M., & Dalprá, L. A. (2021). Work conditions and their repercussions on the quality of life of rural workers. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 55, e20200408.
- De Sousa Oliveira, M. (2019). Uma reflexão sobre a ideia de superação do ensino tradicional na educação matemática: a dicotomia entre a abordagem clássica e abordagens inovadoras em foco. *Revista BOEM*, 7(14), 79-93.
- De Sousa, R. C. (2021). Intersecções Entre O Analfabetismo E As Instituições Sacrossantas No Jornal O Exemplo: Porto Alegre, RS, 1916-1930. *Revista Brasileira de Alfabetização*, (14), 188-199.
- De Souza, E. A. M. (2019). História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. *Cadernos da Pedagogia*, 12(23).
- De Souza, I. N., & da Silva Benathar, I. (2019). REVENDO A EDUCAÇÃO DE ADULTOS. *Revista Psicologia & Saberes*, 8(13), 91-103.
- De Souza, R. B., da Fonseca, M. A. R., & Lima, D. D. C. B. P. (2023). O analfabetismo funcional: reflexo nas desigualdades sociais do Brasil. *REVISTA UNIARAGUAIA*, 201-214.
- Diniz, R. V., & Goergen, P. L. (2019). Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 24, 573-593.

- Do Canto, C. G. D. S., Nunes, P. O. C., & da Silva Rodrigues, A. C. (2021). O lúdico como ferramenta de aprendizagem de leitura e escrita. *Revista eletrônica pesquiseducu*, 13(29), 284-299.
- do Nascimento, J. Z., & Brun, E. P. (2018). Oralidade e alfabetização: o que propõe o material do pacto nacional pela alfabetização na idade certa?. *Claraboia*, (10), 144-172.
- Domingos, A. C. D. S. (2021). Progressão continuada e leitura um caso escolar em estudo.
- Dos Anjos Marques, L. T., & Alves, F. I. B. M. (2021). A Importância da Oralidade no Processo de Alfabetização com Enfoque na Contaçon de História/The Importance of Orality in the Literacy Process With Focus on History Telling. ID on line. *Revista de psicologia*, 15(57), 720-728.
- Dos Santos, G., & Arantes, C. M. F. D. V. (2020). Aspectos da sociedade brasileira que influenciam na transformação da democracia na era digital. *Caderno PAIC*, 21(1), 639-656.
- Dos Santos, R. S., & Sobrinho, T. B. L. (2023). Escola, educação básica e analfabetismo estrutural no Brasil: a negação da escola aos trabalhadores. *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, 6(11), 171-187.
- Farias, R. (2020). Ensino de química, 'analfabetismo científico' e 'analfabetismo funcional' no Brasil. *Jornal Africano de Educação Química*, 10, 141-145.
- Fernandes, A. M. M., Marinho, G. D. O., Batista, M. D., & Oliveira, G. F. de. (2018). O Construtivismo na Educação. ID on line *REVISTA DE PSICOLOGIA*, 12(40), 138-150. <https://doi.org/10.14295/idonline.v12i40.1049>
- Fernandes, S. B., & Colvero, R. B. (2019). Políticas públicas educacionais contraditórias: a alfabetização em foco. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 23(2), 286-305. <https://doi.org/10.22633/rpge.v23i2.11963>
- Ferrari, C. D. (2021). Variedades linguísticas e relações entre oralidade e escrita: análise crítica dos livros didáticos de alfabetização de Foz do Iguaçu.
- Ferraro, A. R. (2002). Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. *Educação & Sociedade*, 23, 21-47.
- Ferraro, A. R. (2009). Gênero, raça e escolarização na Bahia e no Rio de Janeiro. *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 813-835.
- Ferreira, V., & dos Santos Coelho, É. D. (2020). Alfabetização e letramento: utilização dos métodos no processo de alfabetização e letramento dos alunos nos anos iniciais. *Revista Facimp-Empowerment*, 1(1), 90-101.
- Ferreiro, E., Teberosky, A., & Lichtenstein, D. M. (1986). Psicogênese da língua escrita (p. 300). *Artes Médicas*.
- Flick, U. (2009). Thematic Coding. *An Introduction to Qualitative Research*, 1-100.
- Fortes, P., & Tchanchane, A. (2010). Dealing with Large Classes: A Real Challenge. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 8, 272-280. <https://doi.org/10.1016/J.SBSPRO.2010.12.037>.

- Gee, J. P. (2014). *Literacy and education*. Routledge.
- Geske, A., & Ozola, A. (2020, May). PARENTS'IMPACT ON STUDENTS'READING ACHIEVEMENT. In *SOCIETY. INTEGRATION. EDUCATION. Proceedings of the International Scientific Conference* (Vol. 3, pp. 656-666).
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Editora Atlas SA.
- Gomes, V., & Santos, A. C. (2018). Perspectivas da alfabetização e letramento científico no Brasil: levantamento bibliométrico e opinião de profissionais da educação do ensino fundamental I. *Scientia Plena*, 14(5).
- Gontijo, C. M. M. (2022). *Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais*. Autores Associados.
- Guryan, J., Christenson, S., Cureton, A., Lai, I., Ludwig, J., Schwarz, C., Shirey, E., & Turner, M. (2020). The Effect of Mentoring on School Attendance and Academic Outcomes: A Randomized Evaluation of the Check & Connect Program. *NBER Working Paper Series*. <https://doi.org/10.1002/PAM.22264>.
- Haddad, E. (2018). Regional Development and Regional Inequality: An Overview of the Brazilian Economy. *Regional Inequality and Structural Changes*. <https://doi.org/10.1201/9780429449406-1>.
- Haddad, M., Freguglia, R., & Gomes, C. (2017). Public Spending and Quality of Education in Brazil. *The Journal of Development Studies*, 53, 1679 - 1696. <https://doi.org/10.1080/00220388.2016.1241387>.
- Harmbach, O. J., & dos Santos, L. R. (2023). Analfabetismo: uma realidade na desigualdade no Brasil no que toca à dignidade (Direitos Humanos). *Revista Internacional Consinter de Direito*, 75-75.
- Haviland, S., Robbins, S., Belur, V., Cherfrere, G., & Klieger, D. (2021). Improving Workforce Readiness Skills Among Community College Adult Learners Through New Technologies. *Metropolitan Universities*. <https://doi.org/10.18060/23884>.
- Hilário, R. A., & Garcia, D. F. M. (2018). Analfabetismo E Formação De Professores Em Rondônia: Uma Reflexão Sobre O Atual Cenário. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, 20(1).
- Holder, A., Wilson-Jones, L., Phillips, B., Jones, P., & Jones, J. (2017). Elementary Administrators' Exploring the Factors that Promote or Inhibit Reading Achievement. *Journal of Research Initiatives*, 3, 16.
- IBGE. (2001). *Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4711.pdf>. Acesso em: 29 jul 2024.
- IBGE.(2022). Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos, e no Nordeste. Agência de Notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no->

- Li, X., & Li, Z. (2019). Functional Literacy: New Requirements in Rural Economic & Social Development. *DEStech Transactions on Social Science, Education and Human Science*. <https://doi.org/10.12783/DTSSEHS/MEIT2018/27627>
- Libâneo, J. C (2002). Didática. São Paulo: Cortez.
- Lima, J. L. S., & Rivera, E. F. C. (2022). Análisis del analfabetismo en la Parroquia Simiatug, Cantón Guaranda. *Tesla Revista Científica*, 2(1), e14-e14.
- Lima, R. D. O. (2020). Desigualdades sociais e políticas educacionais em contexto neoliberal. *Brazilian Journal of Development*, 6(4), 21553-21564.
- Lima, R. L. F. (2021). A Gênese Da Expansão Da Educação Escolar E A Mazela Do Analfabetismo. *Revista GeoPantanal*, 16(31), 106-116.
- Linh, T., Long, H., Chi, L., Tam, L., & Lebailly, P. (2019). Access to Rural Credit Markets in Developing Countries, the Case of Vietnam: A Literature Review. *Sustainability*. <https://doi.org/10.3390/SU11051468>.
- Maciel, B. N. O., & Moreira, R. (2021). Alfabetização E Letramento Digital Para Idosos. *Anais Do Seminário Formação Docente: Intersecção Entre Universidade E Escola*, 4(4), 1-7.
- Maciel, F. I. P. (2019). Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil?. *Revista Brasileira de Alfabetização*, (10).
- Mackenzie, N., & Veresov, N. (2013). How Drawing can Support Writing Acquisition: Text Construction in Early Writing from a Vygotskian Perspective. *Australasian Journal of Early Childhood*, 38, 22 - 29. <https://doi.org/10.1177/183693911303800404>.
- Marquez, N. A. G., & Godoy, D. M. A. (2020). Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. *Revista. Ed. Popular, Uberlândia*, 19(2), 25-42.
- Martins, C. J., de Andrade, C. C., Martins, M. S. C., & do Nascimento, S. B. (2023). Formação de professores: práticas educativas e os desafios da atualidade. *Monumenta-Revista Científica Multidisciplinar*, 6(1), 87-98.
- Martins, L. M., & Marsiglia, A. C. G. (2022). As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita. *Autores Associados*.
- Masykur, M., Supriyatna, A., Maulana, A., & Darajat, A. (2019). Life Skill Training and Entrepreneurship Mentoring: Effort to Maintain Functional Literacy. *Proceedings of the Proceedings of the 1st International Conference on Business, Law And Pedagogy, ICBLP 2019, 13-15 February 2019, Sidoarjo, Indonesia*. <https://doi.org/10.4108/eai.13-2-2019.2286155>.
- Mathieson, L. C. (2018). O recenseamento escolar de 1920 na imprensa paulista: uma campanha cívica de combate ao analfabetismo. *Educação e Pesquisa*, 44, e181751.
- Mathieson, M. (2018). *Educational Reforms in Latin America*. Routledge.
- Matos, E. M. B., de Sousa Matos, B., & Alves, F. R. V. (2021). Analfabetismo funcional: reflexões sobre o desenvolvimento educacional no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(6), 575-592.

- Matos, E. M. B., de Sousa Matos, B., & Alves, F. R. V. (2021). Analfabetismo funcional: reflexões sobre o desenvolvimento educacional no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(6), 575-592.
- Mattos, P. S., & Magalhães, T. G. (2020). Práticas de oralidade na alfabetização: uma leitura do material do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, e3400102-e3400102.
- Mello, P. D. (2019). Políticas públicas para a produção de materiais didáticos para educação de jovens e adultos no Brasil entre 1995 e 2017: avanços, contradições e recuos. *Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 79-96.
- Mendonça, O. C. (2007). Mendonça Onaide Schawartz. *Alfabetização: Método sociolinguístico: Consciência Social, Silábica e Alfabética em Paulo Freire*.
- Menezes, E. N. Q. (2020). Analfabetismo funcional no Brasil: situação atual e desafios para a educação. *Revista Educação e Aprendizagem*, v, 45.
- Michelino, M. S. A. (2019). Processamento fonológico e velocidade de nomeação automática rápida em jovens e adultos analfabetos funcionais.
- Mills, D., Pudney, S., Pevcin, P., & Dvorak, J. (2021). Evidence-based public policy decision-making in smart cities: Does extant theory support achievement of city sustainability objectives? *Sustainability*, 14(1), 3. <https://doi.org/10.3390/su14010003>
- Ministério da Educação. PNE – Plano Nacional de Educação. (2024). Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/brasil_plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.
- Mite, B. A., Arana, & Calle, K. (2017). Exclusión digital; Cómo afecta en el desarrollo profesional y social de los habitantes del barrio Nueva Jerusalén? *INNOVA Research Journal*, 2(8), 307–321.
- Montessori, M. (2013). *The montessori method*. Transaction publishers.
- Moreira, R., & Silva, P. A. (2020). Plano Nacional De Educação De 2014-2024: Um Desafio Da Alfabetização Da População De 15 Anos. *Colóquios-Geplage-PPGED-CNPq*, (1), 524-530.
- Mortatti, M. D. R. L. (2006, April). História dos métodos de alfabetização no Brasil. In Conferência proferida durante o Seminário " Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em (Vol. 27, No. 04).
- Mortatti, M. D. R. L. (Ed.). (2011). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. Editora Oficina Universitária.
- Moura, B. S. S. (2023). Educação como prevenção à criminalidade.
- Mousena, E. (2020). Forming Autonomous Citizens – The Role of Education. , 10, 16-26. https://doi.org/10.47929/2305-7327_2020.01_16-26.

- Myalo, O., Prokopov, S., Myalo, V., Redreev, G., & Demchuk, E. (2021). Feasibility and efficiency of agricultural machinery maintenance. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 659. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/659/1/012053>.
- Nascimento, B., Santos, & Rosa, M. (2023). Método fônico e sua importância no processo de alfabetização e letramento. Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino. Pesquisa e Extensão (SIEPE), e33879–e33879.
- Navarro, T. S. (2021). O analfabetismo funcional e o direito à educação no Brasil.
- Niemand, M., & Dlamini, B. (2021). The Role of Mobile Libraries in Developing a Culture of Reading. *IASL Annual Conference Proceedings*. <https://doi.org/10.29173/IASL8052>.
- Nobre, E. D. S. S., & Siqueira, L. C. C. (2023). A alfabetização de jovens e adultos no Brasil: uma análise documental. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 16(11), 28030-28043.
- Noletto, E. S. B., & Neto, I. P. F. (2023). Uma Reflexão A Cerca Dos Métodos E Da Didática Utilizada No Processo De Alfabetização No Primeiro E Segundo Ano Do Ensino Fundamental. *Facit Business and Technology Journal*, 2(45).
- Novo, B. N. (2023). Direito à educação.
- Olbata, Y., Nelwan, M., & Oematan, G. (2022). Literacy Lessons and a Reading Contest to Improve Students' Reading Comprehension (A Case of Students in an Indonesian Senior High School, SMAN 1 Soe). *English Language and Education Spectrum*. <https://doi.org/10.53416/electrum.v2i2.83>.
- Oliveira, A. P. S. de; Pereira, M. A. (2020) A importância das políticas públicas para o combate ao analfabetismo funcional no Brasil. *Revista Educação e Contemporaneidade*, v. 12, n. 24, p. 101-118.
- Oliveira, B. A. (2022). É possível erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil até 2024?. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, 6.
- Oliveira, M. (2017). *Métodos de Alfabetização no Brasil*. Editora Pedagógica.
- Oliveira, M. B., Martins, Borges, E., Velter, & De Lima, T. (2021). Inclusão digital e as políticas públicas: qual o papel da escola e do professor? *INTERLETRAS*, ISSN No 1807-1597. *INTERLETRAS*, 32(11), 1–18.
- Oliveira, M.; Pereira, A. R. (2020). Analfabetismo funcional: definição e desafios para a alfabetização de jovens e adultos. *Educação e Pesquisa*, v. 46, e206693, 2020.
- Oliveira, R. L. de, Santana, W. K. F. de, Veiga, D. de O. C. da, Maconato, A. M., Pequeno, B. E. de M., Barros, R. R. de, Reis, L. D., Pacheco, L. F., Macedo, H. A. de, Gomes, J. C. T., & Araújo, I. de O. de. (2021). A interpretação da prescrição sob a ótica do paciente idoso analfabeto funcional e de baixa escolaridade. *Research, Society and Development*, 10(2), e25410212494. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12494>
- Ottaviani, E. S. (2021). Da comunidade eclesial ao Pacto Educativo Global: coordenadas pastorais no combate ao analfabetismo funcional. *Revista Encontros Teológicos*, 36(3). <https://doi.org/10.46525/ret.v36i3.1661>

- Parraleigo, A. (sem data). Alfabetização e letramento nas classes do 3o ano do ensino fundamental: processos e práticas pedagógicas.
- Pashine, P. (2022). Blended Learning: A Need for Change in Education System. *International Journal of Advanced Research in Science, Communication and Technology*. <https://doi.org/10.48175/ijarsct-7418>.
- Paulo Montenegro, Instituto. Baixa escolaridade e aprendizagens insuficientes ainda impedem muitos jovens de buscar o ensino superior, mesmo nas principais capitais do país. http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.10.01.00.00&num=84&tp=especial&ver=por. Acesso em 10 jan. 2024.
- Pertuzatti, I., & Dickmann, I. (2019). Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 27(105), 777-795.
- Piaget, J. (1971). O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Zahar.
- Piaget, J. (1986). O nascimento da inteligência na criança. *mental*, 258, 259.
- Pittman, R., Zhang, S., Binks-Cantrell, E., Hudson, A., & Joshi, R. (2020). Teachers' knowledge about language constructs related to literacy skills and student achievement in low socio-economic status schools.. *Dyslexia*. <https://doi.org/10.1002/dys.1628>.
- Piza, C., Zwager, A., Ruzzante, M., Dantas, R., & Loureiro, A. (2020). Supporting Teacher Autonomy to Improve Education Outcomes : Experimental Evidence from Brazil. . <https://doi.org/10.1596/1813-9450-9371>.
- Pontes, G. (2020). Instrumentos para monitoramento e avaliação das políticas e programas do Ministério da Educação. *Revista Brasileira de Avaliação*, 5, 142-159.
- Pontes, T. M. (2018). Relação entre os desvios dos recursos federais para a educação e os indicadores educacionais: o que os dados têm a dizer? (Bachelor's thesis, Brasil).
- Prioste, C. (2020). Hipóteses docentes sobre o fracasso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Educação e Pesquisa*, 46, e220336.
- QEdu. (2023). *Indicadores educacionais do município de Alto Garças - MT*. Recuperado de <https://qedu.org.br/municipio/5100409-alto-garcas>
- Rangel, J. (2021). As múltiplas experiências do PIBID-UESB - Campus de Jequié. 1a Edição, 459 p. Vitória da Conquista: Edições UESB.
- Rangel, T. G. (2020). 182. O processo de alfabetização e letramento na Educação Infantil: desafios para o ensino em tempos de pandemia. *Revista Philologus*, 2483–2493.
- Ribeiro, L. D., Martins, & Borges, F. (2020). A argumentação no processo de alfabetização de crianças: Uma revisão da literatura. *Revista Valore*.
- Ribeiro, V. M. (Ed.). (2003). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. Ação Educativa.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

- Rocha, C. N., Novaes, A. M. P., & Avelar, K. E. S. (2020). Análise do desempenho da educação brasileira baseada nos indicadores oficiais PISA e IDEB. *LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades*, 4(3), 71-92.
- Rodrigues, V. (2010). Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 15(57).
- Rogers, T., Marshall, E., & Tyson, C. (2006). Dialogic narratives of literacy, teaching, and schooling: Preparing literacy teachers for diverse settings. *Reading Research Quarterly*, 41, 202-224. <https://doi.org/10.1598/RRQ.41.2.3>.
- Rohana e Watini, S. (2022). Implementasi Panggung TV Sekolah Sebagai Media Pembelajaran di RA Mutiara Ambon. *EDUKASIA: Jurnal Pendidikan Dan Pembelajaran*, 3(3), 571–578. <https://doi.org/10.62775/edukasia.v3i3.164>
- Ruffin, T., Hawkins, D., & Lee, D. (2019). Increasing Student Engagement and Participation Through Course Methodology. *Advanced Methodologies and Technologies in Modern Education Delivery*. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-2255-3.CH126>.
- SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica. (2016). Avaliação Nacional de Alfabetização. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/75181-resultados-ana-2016-pdf/file>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- Sali, J. J., de Souza Magnani, C., & Patella, M. B. (2023). Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. In *Litteras*, 8(1), 47-70.
- Santos, A. d. S & Santos, J.F. (2019). diagnóstico de leitura e de escrita em uma turma do 3º ano ensino fundamental: o caso de uma escola pública de Jequié/Bahia. *Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional*, v. 7, n. 7.
- Santos, A. P. L., & da Silva, C. A. (2019). Alfabetização: entre a perspectiva construtivista e o processamento da informação. *Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional*, 7(7).
- Santos, J. A. D. (2020). Reflexões sobre evasão escolar: uma problemática na educação brasileira. *Revista Teias*, 21(SPE), 260-270.
- Sarceño, J. A. E. (2018). Analfabetismo y su relación con el desarrollo social de los seres humanos. *Revista Científica del Sistema de Estudios de Postgrado de La Universidad de San Carlos de Guatemala*, 1(01), 85-96.
- Santos, J. A. L. D. (2023). Política educacional e evasão escolar: o serviço social no enfrentamento às expressões da questão social nas instituições de ensino (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Scliar-Cabral, L. (2020). Políticas públicas de alfabetização. *Ilha do Desterro*, 72, 271-290.
- Severino, A. J. (2017). Metodologia do trabalho científico. Cortez editora. https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico__1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf.

- Shelton, R., Cooper, B., & Stirman, S. (2018). The Sustainability of Evidence-Based Interventions and Practices in Public Health and Health Care.. Annual review of public health, 39, 55-76 . <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-040617-014731>.
- Silva, C. M. N. D., & Polachini, B. S. (2023). Apropriações da pedagogia moderna na Escola Normal de São Paulo: convergências e divergências entre Silva Jardim e Camillo Passalacqua (1884 a 1887). Cadernos de História da Educação, 22.
- Silva, F. P. D. (2018). Ineficiência, corrupção e desigualdade: três males a serem superados no caminho do desenvolvimento do Brasil. Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública, 4(2), 117-136.
- Silva, I. D. S. (2018). Alfabetização e Letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Silva, J., Pacheco, M., & Araújo, E. (2023). High school dropout: A reflection on high schools in Itacoatiara-Amazonas/Brasil. III SEVEN INTERNATIONAL MULTIDISCIPLINARY CONGRESS. <https://doi.org/10.56238/seveniiimulti2023-219>.
- Silva, João.(2015). História da Educação Brasileira. São Paulo: Editora Educação.
- Silva, W. R. (2019). Polêmica da alfabetização no Brasil de Paulo Freire. Trabalhos em Linguística Aplicada, 58(1), 219-240.
- Silvernale, J. (2021). Do Conditional Cash Transfers Increase School Enrollment? Evidence from Brazil. .
- Soares, M. (2018). Letramento-um tema em três gêneros. Autêntica.
- Soares. M. (1998). Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.
- Souza, A. L. S., & Gonçalves, A. (2021). Analfabetismo e exclusão social: Apontamentos a partir do diálogo com Freire, Arroyo, Marta Oliveira e Antônia: Illiteracy and social exclusion: Notes from the dialogue with Freire, Arroyo, Marta Oliveira and Antônia. Revista Desenvolvimento Social, 27(2), 118-129.
- Souza, Â. R. D., Gouveia, A. B., & Scheneider, G. (2011). Índice de condições de qualidade educacional: metodologia e indícios. Estudos em Avaliação Educacional, 22(48), 115-135.
- Sun, H., Li, X., & Li, W. (2020). The Nexus between Credit Channels and Farm Household Vulnerability to Poverty: Evidence from Rural China. *Sustainability*. <https://doi.org/10.3390/su12073019>.
- Swain, J., & Cara, O. (2019). The role of family literacy classes in demystifying school literacies and developing closer parent–school relations. *Cambridge Journal of Education*, 49, 111 - 131. <https://doi.org/10.1080/0305764X.2018.1461809>.
- Tavares, M. (2018). Literatura e analfabetismo: a mediação de booktubers. In Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online (Vol. 7, No. 1).
- Taverna, A. R., Taverna, M. R., & Mello, E. H. (2022). Processo histórico do analfabetismo no Brasil (1500-1945): The historic process of illiteracy in Brazil (1500-1945). *Brazilian Journal of Development*, 8(9), 62250-62265.

- Thun, P., & Manh, T. (2021). Poverty Alleviation in the Aspect of Government Collaboration with NGOs. , 2, 1-5. <https://doi.org/10.47616/JAMRSSH.V2I2.128>.
- Toledo, L. (2018). Meninos e meninas adolescentes em situação de analfabetismo funcional: diferentes abordagens frente ao desamparo da palavra. *Revista Fundamentos*, 1(1), 92-109.
- Vasconcelos, J. C., Lima, P. V. P. S., Rocha, L. A., & Khan, A. S. (2021). Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 29(113), 874-898.
- Veiga, C. G., & de Lima, T. N. (2018). História e historiografia da educação no Brasil. *Autêntica*.
- Veloso, G., & Cordeiro, R. (2020). Método fônico ou método global para alfabetizar crianças das camadas populares?(1930-1980). *Educação, Escola & Sociedade*, 13(15), 1-19.
- Vidal, D. G., & Rabelo, R. S. (2019). A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores. *Cadernos de História da educação*, 18(1), 208-220.
- Vieira, M. C., & Justo, D. M. M. (2018). Computador e alfabetização de jovens e adultos: uma proposta de inclusão digital. *Participação*, 1(31), 87-104.
- Vigotzky, L. S. (1984). *A formação social da mente*.
- Villatore, M. A. C., Ferraz, M. O. K., & Marzani, C. F. P. (2021). o direito do trabalho como mecanismo de combate à desigualdade de gênero produzida pelo analfabetismo funcional no mercado de trabalho. *Revista Direito, Economia e Globalização*, 1(2), 203-232.
- Vitória Pereira Virgínio, A. (2023). Gêneros Literários E O Uso Da Linguagem No Combate Ao Analfabetismo Funcional Educação Pós-Pandemia E Os Seus Desafios. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 11(237), 1–13. <https://doi.org/10.35265/2236-6717-237-12676>
- Wagner, D. A. (1992). *Literacy: Developing the Future. International Yearbook of Education: Volume XLIII-1991*. UNIPUB, 4611 F Assembly Dr., Lanham, MD 20706.
- Wanke, P., Lauro, A., Figueiredo, O., Faria, J., & Mixon, F. (2023). The Impact of School Infrastructure and Teachers' Human Capital on Academic Performance in Brazil.. *Evaluation review*, 193841X231197741 . <https://doi.org/10.1177/0193841X231197741>
- Winck, F. (2019). Analfabetismo funcional entre vestibulandos dos cursos de graduação em letras, história e jornalismo.
- Yulida, Y. (2020). Efforts to Increase Interest in Reading Through The Literacy Movement for Elementary School Students. , 3, 1599-1606. <https://doi.org/10.20961/SHES.V3I4.55813>.

Este estudo aprofunda a problemática do analfabetismo funcional em Alto Garças, Mato Grosso, evidenciando como desigualdades socioeconômicas e estruturais impactam a qualidade da educação e limitam as oportunidades individuais e coletivas. A partir da análise de dados locais e da percepção de profissionais da educação, a autora identifica as causas que perpetuam esse fenômeno, como a infraestrutura inadequada e a carência de metodologias eficazes de ensino.

Ao destacar os efeitos do analfabetismo funcional no cotidiano, mercado de trabalho e desenvolvimento social, a pesquisa apresenta um panorama realista dos desafios enfrentados pela comunidade e propõe estratégias fundamentadas para sua superação. Com enfoque na alfabetização como direito fundamental à cidadania, esta obra oferece contribuições valiosas para educadores, gestores públicos e todos os interessados na melhoria da educação básica e na inclusão social.

Uma leitura essencial para compreender as complexas relações entre educação, desigualdade e desenvolvimento, e para fomentar políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam uma educação inicial de qualidade em contextos semelhantes.



**EDITORA
ENTERPRISING**

doi 10.29327/5574458

ISBN 978-65-845-4698-1



9 786584 546981 >